

SEMINÁRIO NACIONAL
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
Plenária Temática “Educação e Economia Solidária”



Mística de abertura do evento

Porto Alegre, 10 a 12 de julho de 2012.

Sumário

Apresentação.....	4
Objetivos.....	6
Participantes.....	6
Convidados-as.....	6
Programação.....	7
1. Acolhida e apresentação dos/as participantes.....	8
2. Apresentação e aprovação da programação/metodologia.....	9
3. Socialização das produções regionais para o projeto político pedagógico (PPP) ...	11
3.1 - Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste.....	11
3.2 - Centro de Formação em Economia Solidária da Região Amazônica.....	12
3.3 - Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sul	15
3.4 - Centro de Formação em Economia Solidária da Região Centro-Oeste	18
3.5 - Centro de Formação em Economia Solidária da Região Nordeste	19
3.6 - Plenária - esclarecimentos após as apresentações.....	26
4 - Marco Situacional: contexto e análise de conjuntura.....	27
4.1- Resgate do Marco Situacional a partir das apresentações das regiões	27
4.2 - Provocações e questões para a análise de conjuntura	28
4.3 - Apresentação das discussões em grupo	29
4.3.1 - Autogestão e autonomia.....	29
4.3.2 - Economia Popular.....	31
4.3.3 - Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária.....	33
4.3.4 - Território e Territorialidade.....	36
4.3.5 - Diversidades	38
4.3.6 - Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado.....	40
4.3.7 - Sustentabilidade.....	42
4.4 – Análise de conjuntura	43
4.1 - Plenária: discussões e esclarecimentos.....	49
5 - Marco Político-Filosófico: a sociedade que queremos.....	53
5.1 - Discussões em grupo.....	53
5.2 - Síntese das discussões em grupo	56
5.3 - Plenária: discussões e esclarecimentos	57
6 - Marco Referencial: qual educação para a economia solidária.....	60
6.1 - Os acúmulos do movimento.....	60
6.2 - Trabalho em grupo	63
6.2.1 - Autogestão e Pedagogia.....	64
6.2.1.1 - Debate em grupo.....	64
6.2.2 - Espaços educativos.....	67
6.2.2.1 - Debate em grupo.....	67
6.2.3 - Formação e assessoria técnica.....	69
6.2.3.1 - Debate em grupo.....	69
6.2.4 - Identidade, cultura e expressões da solidariedade.....	70
6.2.4.1 - Debate em grupo.....	70
6.3 – Plenária: discussões e esclarecimentos.....	73
7 - Marco Operacional: diretrizes para a implementação do ppp	75
7.1 - O que acumulamos e o que ainda falta?	75
7.2 - Mapa dos/as Educadores/as da Economia Solidária.....	79
7.3 - Estratégia por Região.....	80

7.3.1 - CFES Nordeste.....	80
7.3.2 - CFES Norte.....	85
7.3.3 - CFES Sudeste.....	87
7.3.4 - CFES Centro-Oeste.....	91
7.3.5 - CFES Sul	92
7.4 - Indicações das regiões para a V Plenária Nacional de Economia Solidária.....	95
7.5 - Indicações das regiões para a composição do GT de Educação do FBES.....	95
7.6 - Informes SENAES.....	96
7.6.1 - Mudança de ministro no MTE.....	96
7.6.2 - Nova regulação das cooperativas de trabalho.....	96
7.6.3 - Orçamento da União para 2013.....	96
7.6.4 - Conselho Nacional de Economia Solidária	96
7.6.5 - Centro de Formação em Economia Solidária	97
7.6.6 - Diálogo para dentro do governo federal sobre educação	97
7.6.7 - Mapeamento Nacional de Economia Solidária	97
7.7 - Encerramento.....	99
8 - Registros e Imagens.....	100
9 - Anexos	101
Anexo A – Texto de acúmulo “Autogestão e autonomia”	102
Anexo B – Texto de acúmulo “Economia Popular”	109
Anexo C – Texto de acúmulo “Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária”	112
Anexo D – Texto de acúmulo “Território e territorialidade”	121
Anexo E – Texto de acúmulo “Diversidades”	125
Anexo F – Texto de acúmulo “Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado”	136
Anexo G – Texto de acúmulo “Sustentabilidade”*	140
Anexo H – Texto de acúmulo “Autogestão e Pedagogia”	141
Anexo I – Texto de acúmulo “Espaços Educativos”	144
Anexo J – Texto de acúmulo “Formação e Assessoria Técnica”	145
Anexo L – Texto de acúmulo “Identidade, cultura e expressões da solidariedade/ bem-viver: identidade do-a educador-a, simbologias, mística”	156
Anexo M – Carta de princípios da rede de educadores da região centro-oeste”	159
Anexo N – Lista dos-as participantes.....	165

Apresentação

Entre os dias 10 e 12 de julho a cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, sediou o Seminário “Projeto Político Pedagógico da Economia solidária e Plenária Temática “Educação e Economia Solidária”. O objetivo do encontro foi contribuir com o movimento de economia solidária brasileiro, propondo o seu Projeto Político Pedagógico - PPP, além de aprofundar o debate sobre o documento da V Plenária Nacional de Economia Solidária, identificando elementos acerca do projeto político do movimento de economia solidária.

O evento foi organizado pelas entidades executoras do projeto Centros de Formação de Economia Solidária (Cáritas Brasileira, Instituto Marista de Solidariedade, Escola Centro-Oeste da CUT, Universidade do Vale do Rio do Sinos, Universidade Federal Rural de Pernambuco e Universidade Federal do Pará) e contou com a participação de educadoras-es de economia solidária, representantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e convidadas-os.

O debate sobre o PPP teve início em 2010, no qual organizações executoras do Centro Nacional de Formação em Economia Solidária, conjuntamente com os coletivos de educadores-as da economia solidária e os Fóruns de Economia Solidária, iniciaram as discussões em torno do tema.

A proposição de construção de um PPP neste processo, esteve voltada para uma contribuição ao movimento de economia solidária, sendo que cada região do país realizou atividades de produção coletiva para o documento nacional. Desta forma, as discussões realizadas entre os dias 10 e 12 de julho, pretendeu avançar na elaboração do PPP, dialogando com os acúmulos do movimento de economia solidária no tema educação, retomando as deliberações e afirmações das Oficinas Nacionais de Formação, Plenárias Nacionais e Conferência Nacional de Temática de Formação e Assessoria Técnica, e aprofundando os temas sobre pedagogia e autogestão, rede de educadores-as da economia solidária. Além disso, encontra-se presente no PPP, questões centrais da V Plenária Nacional de Economia Solidária, tornando-se o PPP um processo contínuo de diálogo que visa orientar as ações de educadoras-es, constantemente analisado e alterado a partir das reflexões coletivas em curso.

Desta forma, o presente relatório, apresenta os principais debates e encaminhamentos sobre o PPP, realizados durante o Seminário “Projeto Político Pedagógico da Economia solidária e Plenária Temática “Educação e Economia Solidária”.

OBJETIVOS

- Aprofundar o debate sobre o documento da V Plenária Nacional de Economia Solidária para identificar elementos acerca do projeto político do movimento de economia solidária;
- Recolher e elaborar elementos para a construção do projeto político pedagógico da economia solidária, a partir dos acúmulos do movimento sobre o tema educação e das produções coletivas realizadas regionalmente, contribuindo com a construção da V Plenária Nacional de Economia Solidária.

PARTICIPANTES (LISTA DOS/AS PARTICIPANTES - ANEXO N)

- 1 educador-a de cada coletivo estadual que tenha participado da produção do PPP na região e que seja, preferencialmente, integrante do Fórum de Economia Solidária;
- As-os indicados-as dos Fóruns Estaduais para o Grupo de Trabalho de Educação e Cultura do Fórum Brasileiro de Economia Solidária;
- 2 integrantes de cada equipe executiva dos CFES Regionais.

CONVIDADOS-AS

- Rede de Gestores de Economia Solidária;
- União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES;
- UNISOL;
- Rede de ITCPs;
- UNITRABALHO;
- Rede de Bancos Comunitários;
- RECID;
- Fórum Educação de Jovens e Adultos;
- Fórum de Educação do Campo.

PROGRAMAÇÃO

	Manhã	Tarde
Terça 10/jun.	8h30-12h30 ►Acolhida e apresentação das-os participantes ►Apresentação, ajustes e aprovação da programação/ metodologia ►Socialização das produções regionais para o PPP	14h-19h ►Produções regionais do PPP: esclarecimentos e contribuições; ►Marco situacional: contexto e análise de conjuntura.
Quarta 11/jun.	8h-12h30 ► Marco político-filosófico: economia solidária a partir dos acúmulos do movimento.	14h-19h ► Marco referencial: educação em economia solidária.
Quinta 12/jun.	8h30-12h30 e das 14h-18h ► Marco operacional: diretrizes para a implementação do PPP ► Avaliação geral do encontro ► Encerramento	

1. ACOLHIDA E APRESENTAÇÃO DOS/AS PARTICIPANTES

*“Estamos chegando do funda da terra,
estamos chegando do ventre da noite,
da carne do açoite nós somos,
viemos lembrar.*

*Estamos chegando do chão da oficina,
estamos chegando do som e das formas,
da arte negada que somos,
viemos criar.”*

A de Ó (Milton Nascimento)

A Plenária Temática “Educação e Economia Solidária” e o Seminário Nacional “Projeto Político Pedagógico da Economia solidária” tiveram início às 8h30 da manhã do dia 10 de julho de 2012 e reuniu, na cidade de Porto Alegre, educadores e educadoras de todas as regiões do país, representantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e de demais organizações e redes ligadas ao campo da economia solidária.

A atividade foi iniciada com a *Acolhida* aos participantes, ao som da música de *De Ó*, de Milton Nascimento. Cada um/a dos presentes foi convidado/a a escrever em uma tarjeta o que trazia e o que esperava do encontro:



2. APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO/METODOLOGIA

Rosana Kirsch, CFES Nacional, esclareceu sobre os objetivos da Plenária Temática de Educação e Economia Solidária, atividade convocada pelas organizações que integram o Centro Nacional de Formação em Economia Solidária (CFES Nacional), no caso, a Cáritas Brasileira, a EcoCult, a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o Instituto Marista de Solidariedade (IMS) e a Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS). Também foram esclarecidos e reforçados os objetivos do encontro: i) aprofundar o debate sobre o documento da V Plenária Nacional de Economia Solidária para identificar elementos acerca do projeto político do movimento de economia solidária e ii) recolher e elaborar elementos para a construção do projeto político pedagógico da economia solidária, a partir dos acúmulos do movimento sobre o tema educação e das produções coletivas realizadas regionalmente, contribuindo com a construção da V Plenária Nacional de Economia Solidária.

Participaram da Plenária Temática de Educação: **a)** uma/um educador-a de cada coletivo estadual que tenha participado da produção do PPP na região e que seja, preferencialmente, integrante do Fórum de Economia Solidária; **b)** as/os indicados-as dos Fóruns Estaduais para o Grupo de Trabalho de Educação e Cultura do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e **c)** dois integrantes de cada equipe executiva dos CFES Regionais. Além disso, foram também convidadas para a atividade algumas organizações que, a partir de suas experiências, pudessem contribuir na elaboração do projeto político pedagógico da economia solidária. Foram convidadas: a Rede de Gestores de Economia Solidária; a Unicafes, a Unisol; a Rede de ITPCs; a Rede Unitrabalho, a Rede de Banco Comunitários; a Recid, a Rede EJA e o Fórum de Educação no Campo¹.

A programação e metodologia dos três dias de plenária foi apresentada, sendo acolhida e respaldada por todas/os as/os presentes. Por último, foram organizadas as comissões de trabalho: registro, infraestrutura, mística, etc. Cada um dos grupos tiveram 50 minutos para organizar seu trabalho durante os três dias

1 Organizações convidadas que não participaram do evento: Rede de Gestores Públicos, Unicafes, Rede Unitrabalho, Recid e o Fórum de Educação no Campo.

de plenária, assim como definir uma pessoa de referência que se incorporou à Coordenação do encontro.

3. SOCIALIZAÇÃO DAS PRODUÇÕES REGIONAIS PARA O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

3.1 - CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO SUDESTE

“Nossa proposta parte dos acúmulos, não estamos querendo reinventar a roda, há acúmulos do movimento de economia solidária e utilizamos o tempo todo os documentos já criados”.

Roseni (IMS) fez a apresentação da estrutura do ALMANAQUE de práticas educativas em economia solidária – tecendo fios de nosso projeto político pedagógico. O documento será publicado pela editora da PUC/RS e relatará todo o processo de construção do projeto político pedagógico da região sudeste, além de conter itens como “dicas de leitura”, “poesias”, “músicas”, “conteúdos” e “subsídios para discussão”. O prefácio foi elaborado por Carlos Brandão. Os temas que aparecem no texto são tratados e explicados de modo didático. A proposta contempla os seguintes tópicos: 1) o que é o almanaque, 2) metodologia / caminhos percorridos na construção do ppp, 3) como é a sociedade que vivemos e o brasil que queremos construir, 4) que tipo de educação para a ES, 5) A rede de educadores.

A metodologia utilizada para a construção do Almanaque ocorreu a partir da *Colcha de Retalhos* (cada educador/a, com um pedaço de tecido em mãos, relatou sua trajetória), o *Mapa do Brasil* (colagem e desenho no chão, onde cada educador/a relatou a sua realidade), *Intercâmbios* (visitas do coletivo do CFES Sudeste a distintas realidades, como Canta Galo/RJ e a UNIFORJA/SP), as *Cartas Pedagógicas* (os/as educadores/as escreveram cartas ao futuro presidente do Brasil a partir da pergunta *que Brasil queremos*) e o *Caldeirão Pedagógico* (debate do ppp a partir dos acúmulos das discussões realizadas na região sudeste tendo em vista três questões: a) como é a sociedade em que vivemos? Qual é o Brasil que queremos construir? b) Princípios ético-filosóficos da educação/formação em Economia Solidária c) Estratégia política formativa e organicidade da rede de formadores). A obra de Paulo Freire e passagens de sua obra aparecem em várias partes do documento e inspirou a elaboração do documento.

A proposta do Almanaque parte dos acúmulos do movimento e foram citamos e utilizados, assim como os documentos já elaborados. A elaboração do documento partiu das atividades locais, regionais e estaduais. Foi criado para a elaboração um Grupo de Trabalho (GT). Inicialmente o GT foi composto por vinte pessoas, depois oito e por fim quatro (que veio a finalizar o documento). O entendimento do CFES Sudeste sobre o PPP é que o documento não é uma proposta fechada, mas estará sempre em construção. O nome dado, Almanaque, é para explicitar que se trata de uma construção contínua. Em breve a versão final do documento será divulgada.

3.2 - CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO AMAZÔNICA

“Defendemos uma formação com base na espiritualidade, a partir da relação consigo mesmo, com o outro e com a natureza”

Bárbara (ITCP/UFGA) apresentou a experiência do CFES da região amazônica². As atividades em torno da construção do texto ocorreram durante todo o ano passado. O entendimento do CFES Norte é construir um texto de referência para a região e não o projeto político pedagógico participativo (pppp)³ para todo o Brasil. A partir do Conselho Gestor apresentou-se esses referenciais para cada estado da região que, assim, o colocaram em prática levando em consideração a realidade local, sempre (re)adaptando-o. O documento geral e mais amplo ainda está em fase de elaboração que, em breve, será socializado e contribuirá para o documento nacional. O documento possui três objetivos básicos. Primeiro, *explicitar* o contexto no qual a economia solidária vem construindo a sua identidade; segundo, *afirmar* os objetivos pedagógicos e políticos e, terceiro, *subsidiar* as estratégias e atividades dos CFES e dos processos formativos da economia solidária na Amazônia.

Foram organizados um conjunto de atividades em cada estado (encontros pedagógicos estaduais), no sentido de viabilizar as discussões sobre o PPPP nacional. O objetivo foi construir um documento referencial para subsidiar e

2 Acesse em <http://cirandas.net/cfes-nacional> a apresentação completa.

3 A região Amazônica e a região Sul, diferentemente dos demais Centros Regionais de Formação em Economia Solidária, falam em um projeto político pedagógico participativo – pppp.

nortear os processos formativos, como também contribuir com o documento nacional. Essa construção levou em consideração as especificidades amazônicas, tentando responder às demandas formativas dos empreendimentos, das entidades de assessoria e fomento e também dos gestores públicos da região.

A ITCP propôs discussões estaduais para a formulação do documento. A partir de uma reflexão, levando em consideração a prática, foram construídos os referenciais e documentos de subsídios. A metodologia utilizada baseou-se na realização de encontros, com a participação, média, de 15 a 25 pessoas.

- ▶ 1º encontro - momento da **contextualização**, onde ocorreu a identificação dos sujeitos e suas identidades, a construção da história da economia solidária, das concepções de economia solidária e a reflexão das práticas formativas;
- ▶ 2º encontro, momento de **estudo**, ocorreu a definição das diretrizes teóricas – pedagógicas, o debate sobre sistematização e a discussão sobre a organização da Rede de Formadores.
- ▶ 3º encontro - momento da **alternância**, momento de reflexão e debate nos locais de atuação de cada ator sobre o que foi construído no 1º encontro, como também de debate e construção do instrumental sobre a reflexão da prática acerca das ações formativas realizadas em cada estado e o estudo dos textos referências para o debate acerca concepções teóricas – pedagógicas.

No que diz respeito a estrutura do documento da região amazônica, optou-se pela seguinte forma de organização:

- ▶ **Apresentação:** contém os objetivos do documento, o processo de construção e a metodologia utilizada;
- ▶ **Histórico:** região, sujeitos e economia solidária (aspectos mais relevantes da história dos estados e da região, enfatizando o histórico da economia solidária e apresentação dos sujeitos);
- ▶ **Concepções pedagógicas e metodológicas;**
- ▶ **A Rede de Formadores** (estadual e regional).

Quanto aos subsídios, os documentos utilizados foram aqueles produzidos

pelo FBES, os anais da I e II Conferência Nacional Nacional de Economia Solidária e textos sobre autogestão. Quanto à identidade, foram utilizadas imagens que representam os estados e a região amazônica e que fortaleciam a economia solidária nesses espaços. Para a construção das diretrizes pedagógicas, foram utilizados os subsídios produzidos pela I e II Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária, as resoluções da I e II Conferência Nacional Nacional de Economia Solidária e textos sobre referenciais pedagógicos.

Após a realização de todo esse processo, definiu-se que as diretrizes e os referenciais teóricos formativos da economia solidária para a região amazônica seriam estruturas a partir dos seguintes pilares:

- ▶ **Filosófico** – formação baseada na espiritualidade e a partir da relação consigo mesmo e com o outro e com a natureza; formação que priorize as demandas e necessidades dos indivíduos e sujeitos coletivos e uma formação que promova os aspectos culturais locais, regionais e nacional;
- ▶ **Sociopolítico-ambiental** - formação baseada nos conceitos da sustentabilidade;
- ▶ **Pedagógica** – formação que potencialize o desenvolvimento de metodologias e técnicas que dialoguem com as dimensões técnicas, científicas e práticas;
- ▶ **Técnico-científica** – formação humanística, emancipatória e construtivista (...).
- ▶ **Produtiva** – formação voltada para a capacitação em certificação, no processo produtivo, na comercialização, na gestão e assistência técnica.

Quanto à Rede de Formadores, foram elaboradas as diretrizes, os objetivos, a forma de organização e o funcionamento / sustentabilidade. A reflexão do coletivo CFES Norte é que ainda não haveria, pelo curto tempo, uma estratégia regional. Os estados estariam mais organizados nesse sentido.

A proposta é que o documento em elaboração não fique apenas *na* e *para* a região e que toda a região se reconheça no documento.

3.3 - CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO SUL

“Nosso sonho (...) caminhada que nos leve a um projeto alternativo, que exige a transformação social pela autonomia e a emancipação dos sujeitos em busca de outra economia”

Leonice, Eliandra e Katiúcia fizeram a apresentação da experiência do Centro de Formação da região Sul⁴. O projeto político pedagógico não foi construído para a região sul, mas sim para o movimento de economia solidária. Para tanto, foram resgatados os acúmulos, e os não-acúmulos, a partir das experiências de formação dos/as educadores-as em economia solidária. Participaram desta construção os coletivos de educadores dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

A reflexão feita pela região é que, ainda, não existe um coletivo regional de educadores-as, nem uma rede de formadores, mas sim núcleos. Há muitas dificuldades neste sentido, como as distâncias entre as regiões e organicidade dos próprios fóruns.

Os subsídios teórico-metodológicos para a elaboração do documento da região sul foram obras e reflexões de autores como Karl Marx, Paulo Freire, o Plano Político Pedagógico e Organizativo da Recid, dentre outros. Os subsídios políticos foram as deliberações I e II Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária, os anais da II Conferência Nacional de Economia Solidária e o termo de referência do CTFAT – Formação e Assessoria Técnica.

Os principais elementos das discussões e reflexões do CFES Sul dizem respeito:

- ▶ A afirmação sobre a importância de trazer a discussão da educação para dentro do movimento de economia solidária;
- ▶ Da necessidade de uma estratégia político-pedagógica a fim de consolidar o projeto de uma nova economia que tem a ver com outro projeto, centrado nos valores do trabalho emancipado, na propriedade e gestão compartilhada dos meios de produzir as riquezas e reproduzir a vida.

A construção de um projeto político pedagógico participativo (pppp) para a economia solidária pressupõe uma construção coletiva que envolva os diversos

⁴ Acesse em <http://cirandas.net/cfes-nacional> a apresentação completa do CFES Sul.

atores sociais. Trata-se de uma ferramenta de luta para a transformação da realidade, ajudando a conquistar e consolidar o processo educativo na prática. O PPPP fornece o rumo, a direção e as orientações quanto às ações pedagógicas, ajudando a conquistar e consolidar a autonomia e emancipação de educadores e educadoras *pelo* e *no* processo educativo, nos seguintes aspectos:

- ▶ **Político:** compromisso com a formação dos sujeitos para uma outra sociedade, busca do bem comum e sem exploração de trabalhadores e trabalhadoras;
- ▶ **Pedagógico:** definir ações educativas, formação dos educadores, participação, responsabilidade, compromisso ético, crítico e criativo;
- ▶ **Participativo:** exige dar voz a todos, escutar, dialogar, interagir, estabelecer relações, crescer mutuamente; exige práxis (ação-reflexão-ação), autonomia e comprometimento.

Em muitos momentos do processo formativo, o político, o pedagógico e o participativo se misturam, sendo impossível separá-los. Mas, mesmo assim, é sempre importante reforçar que toda ação é política.

Quanto aos instrumentos do PPPP, devem: **a)** ser revisados permanentemente por todos/as os/as envolvidos/as, **b)** orientar o processo pedagógico, **c)** interferir em dada realidade, **d)** exige planejamento, **e)** deve ser alternativo ao modelo hegemônico de sociedade e pressupõe uma forma de sociedade; **f)** ter uma linguagem que aproxime as pessoas.

Há várias dimensões quanto aos acúmulos já construídos, assim como ausências:

- ▶ **Políticas Públicas** – pensar o território como identidade; pensar a partir do território e as formas de articular os projetos;
- ▶ **Economia Solidária** – que o sujeito seja o elemento central; resgate de princípios; está no chão do trabalho associado; como dialogar com demais movimentos sociais; discutir redes e cadeias (...);

- ▶ **Autogestão da pedagogia** – houveram limitações, processo contínuo de reflexão *sobre como aplicar, pensar a partir da prática, todos são sujeitos*;
- ▶ **Educação** – que valorize os saberes, exercício de síntese (dialógica), exercitar o registro das experiências práticas;
- ▶ **Sistematização** – como fazer? Baseado em autores e a partir de nossas vivências com a construção de conceitos. A construção do método do “Trem da Sistematização”, construção de instrumentos, como cartilhas. Cada um dos estados da região sul focou em uma metodologia: Santa Catarina fará cartilha e vídeo com as experiências das oficinas; Rio Grande do Sul fará os vídeos sobre os cursos Estaduais e o Paraná fará também vídeos sobre as atividades (a decidir quais);
- ▶ **Educador (a)** – qual o papel? Como ser moderador? Saber ouvir e também questionar, pois nem sempre os acúmulos são verdades absolutas;

Quanto às *estratégias* do projeto político pedagógico participativo (pppp) para a economia solidária, as seguintes dimensões foram laboradas:

- ▶ **Linguagem:** popular e acessível a todas e todos;
- ▶ **Metodologia:** que garanta os princípios da educação popular;
- ▶ **Rede de Educadores/as:** a região sul se reconhece enquanto coletivos / núcleos, e não como uma rede;
- ▶ **Economia Solidária e Educadores/as** – afirmar as concepções e responsabilidades, dar retorno aos fóruns;
- ▶ **Clarear a nossa identidade** – que tipo de movimento social somos? Popular? Social?
- ▶ **Ampliar os princípios da economia solidária** - como a diversidade;
- ▶ **Participação do movimento de economia solidária nas políticas públicas** – é preciso que os fóruns participem da elaboração das políticas públicas a partir do território;
- ▶ **Economia Solidária como política de Desenvolvimento** – incluir a economia solidária em outros espaços;

► **Ampliar os atores** – participar de outros espaços, buscar traçar o perfil sobre que gestores públicos desejamos.

► **Formação** – economia solidária não é capacitação, mas construção de saberes.

Por fim, os sonhos passam pela caminhada que leve a um projeto alternativo, que exige a transformação social pela autonomia e emancipação dos sujeitos em busca de outra economia, com valorização do trabalho humanizado e com formas de gestão coletiva, democrática e participativa na perspectiva da autogestão, de outra sociedade, de outro mundo possível.

3.4 - CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE

“A construção do nosso projeto político pedagógico foi participativa e elaborado em várias mãos, com idas e vindas do local para o estadual e regional. A discussão foi mais rica do que o próprio resultado”.

Rosângela Góes fez a apresentação do projeto político pedagógico do CFES Centro-Oeste. O PPP da região centro-oeste não está acabado e a clareza do CFES C.O. é de que a construção será sempre contínua. O documento foi elaborado de forma participativa, ao longo de dois anos e envolveu discussões e elaborações em várias mãos, com idas e vindas do local para o estadual. O documento foi concluído em abril de 2011 e está estruturado em quatro eixos:

1) Contexto da política de educação na região

Item em que foi discutido o processo de ocupação da região. O processo foi importante e pedagógico por ter proporcionado o confronto com as concepções existentes nos documentos oficiais - como a de desenvolvimento e sobre os povos indígenas (visão tradicional), o uso dos agrotóxicos e os desmatamentos. A discussão foi mais rica do que o próprio resultado.

2) Economia Solidária e Agricultura Familiar na região

Para a construção deste item do documento partiu-se dos dados da primeira fase do Mapeamento Nacional de Economia Solidária, além da discussão sobre os conceitos de empreendimentos econômicos solidários. Discutiu-se também as potencialidades da região como, por exemplo, o turismo.

3) Marco referencial

Neste item foram trabalhados os temas educação e economia solidária, além da discussão sobre o marco teórico da educação a partir de Paulo Freire. O momento foi de estudo e discussão dos autores da economia solidária, como Paul Singer, Cláudio Nascimento e Euclides Mance.

Quanto às *estratégias* políticas de organização, a reflexão feita é a que a Rede de Formadores está em construção na região, mais há coletivos organizados. A organização da Rede de Formadores se daria a partir dos territórios.

3.5 - CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO NORDESTE

“O que estamos fazendo não é apenas um planejamento, um plano escolar, é algo bem mais amplo, complexo e desafiador.”

Alzira Medeiros fez a apresentação das discussões sobre o Projeto Político Pedagógico da região Nordeste. Foi realizado um grande debate na região e há grandes questões sobre como construir e elaborar um PPP que esta fora dos padrões e dos demais já elaborados. O que está em elaboração não é apenas um planejamento, um plano escolar, é algo bem mais amplo, complexo e desafiador. A proposta construída pela região passou por vários momentos e se cristalizou frente ao projeto CFES Nacional - espaço de centralização das ações.

Para a região nordeste, o PPP é um instrumento de reflexão e organização da ação político-pedagógica dos educadores e educadoras que: *a)* orienta as intervenções e *b)* organiza as ações e as ideias. A orientação para o futuro está relacionada com a própria dinâmica dos coletivos/ núcleos e rede de educadores.

Quanto à elaboração do PPP foram retomados os acúmulos da economia

solidária e de outros movimentos sociais. O processo de construção foi realizado com as organizações que endossaram essa discussão - mais de 40 organizações do nordeste, tanto da economia solidária quanto de outros movimentos sociais. O Conselho Gestor do CFES também teve um papel fundamental, cada estado elaboraram as orientações políticas. Aproximadamente 90% das pessoas que participaram dessas atividades foram indicadas pelo FBES.

Para a construção do PPP inicialmente foi realizada uma importante reflexão, orientada pela indagação: Quem são os sujeitos da economia solidária, como vivem e se organizam? Assim, o primeiro momento importante foi a reflexão sobre a economia solidária no nordeste: quem a faz? qual a cara da economia solidária na região? Foi constatado que 60% dos empreendimentos econômicos solidários do nordeste estão no rural. Desta forma, percebeu-se que havia algo errado, pois os projetos e ações estavam orientados quase que totalmente para as regiões metropolitanas. Tal processo desencadeou uma reflexão sobre a realidade da região, sobre o rural e foram elencadas questões importantes, como a complexidade do nordeste frente ao modelo desenvolvimentista em progresso (grandes projetos industriais, expansão das fronteiras agrícolas, expansão do capital imobiliário) incentivado e tendo à frente o Estado, situação que gera mais contradição frente a um contexto de cada vez mais problemas com relação ao trabalho no rural e no urbano e as mulheres assumem um protagonismo cada vez maior. Além disso, é preciso refletir sobre a figura da mulher em contexto no qual os homens, cada vez mais, estão saindo para o trabalho dos mega projetos em curso no país (um novo tipo de migração). A água e a terra se mantêm como uma questão ambiental, política e social e as lutas e processos de resistência e construção de experiências na contra-mão do hegemônico se colocam em torno do paradigma de Convivência com o Semiárido com vistas a um desenvolvimento sustentável. As construções em torno de uma agricultura sustentável (chamada inicialmente de alternativa) passa a dar elementos para um debate mais amplo em torno da agroecologia. Acentuam-se também os conflitos com as populações indígenas frente à demarcação de terras no Brasil e na América Latina, bem como uma lentidão na demarcação de terras quilombolas e o avanço do agronegócio e a

instalação do hidro-negócio. Ou seja, a questão da Reforma Agrária se mantém na atualidade. Todavia, os instrumentos do Estado para não realizá-la contam com a crescente criminalização dos movimentos sociais – particularmente do MST.

Nota-se, assim, que não é possível conceber e praticar a economia solidária sem estabelecer de fato uma articulação com esses atores que estão ligados e em luta pela água e pela terra. Esse pano de fundo necessita ser colocado para a discussão sobre a economia solidária. Há uma heterogeneidade sócio-territorial que caracteriza a região e que desafia a proposta pedagógica do CFES Nordeste. Considerando a heterogeneidade na composição da economia solidária e a diversidade socioterritorial, chama-se atenção para a importância do território, pois nele se evidenciam as experiências e as relações que estão se construindo e (re) constituindo e, particularmente, no Nordeste, coloca-se a importância da relação entre o espaço urbano e o rural, os quais nos últimos anos têm sofrido impactos profundos.

Fundamentos político-filosóficos - sociedade e utopia

- Os valores e práticas da Economia Solidária, conforme a Carta de Princípios construída pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES);
- A economia solidária tem como centralidade a construção de novas relações econômicas e sociais que são construídas e reconstruídas cotidianamente pelos sujeitos que a constituem, em um território e espaço;
- Fundamenta-se na cooperação e autogestão no trabalho e em todas as instâncias de produção e reprodução da vida, portanto, o ponto de partida dos processos formativo/educativos é a prática solidária, compreendida como atividade humana que, contrapondo-se aos princípios da competição e do individualismo, orienta-se na horizontalidade das relações entre os seres humanos, independente de suas condições sócio-econômicas, considerando as desigualdades de gênero e raça-etnia existentes e respeitando as diferenças de geração e religiosidade;
- A educação em Economia Solidária tem em conta a solidariedade em sua

dimensão ontológica e libertadora (condição humana, constitutiva da vida social), como uma construção social histórica realizada por homens e mulheres que buscam constituir e manter os laços sociais com base na cooperação, na reciprocidade e na confiança, entre outros, que se manifestam nos diversos espaços/tempos pessoais e históricos que, inclusive, convivem num mesmo espaço físico/subjetivo. Sintonizando-se na potencialização de redes de cooperação solidária, as práticas pedagógicas propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida;

- Fortalecem a organização dos trabalhadores e trabalhadoras em torno de um projeto econômico-social e político que fundamenta-se na valorização do trabalho (e não do capital). Para tal, ao mesmo tempo em que se substancia na denúncia da exploração do trabalho, na crítica à lógica capitalista e patriarcal excludente e opressora que fragmenta o ser humano;
- Estimulando processos de trabalho e práticas sócio-ambientais que respeitam, preservam e conservem a biodiversidade da flora e fauna, de forma sustentável, assim como dos demais elementos que compõem o ambiente, as práticas educativas buscam o reencontro dos seres humanos consigo mesmos, com a comunidade local, com a sociedade, com o planeta e com o universo;
- Por não existir neutralidade nas relações econômicas e sociais e tampouco nas práticas educativas, a educação deve ser concebida como um ato político a favor da emancipação humana, constituindo-se em um espaço de lutas, contradições e disputas. Por meio da ação dialógica problematizadora que garanta horizontalidade das relações sócio-educativas, a autoridade do educador é validada na própria prática pedagógica libertadora. Para tal, é necessário o respeito à alteridade, ou seja, respeito ao outro em todas as suas diferenças;
- As ações político-pedagógicas pressupõem conteúdos e metodologias de trabalho cujos horizontes encontram-se com os princípios da Economia Solidária. Considerados como momentos educativos, inclusive para os

próprios trabalhadores-educadores, a avaliação, a sistematização e a socialização sobre as experiências concretas de educação dos trabalhadores e trabalhadoras acontecem de forma permanente, permitindo a (re)construção das práticas sociais e dos sentidos do trabalho. Em outras palavras, o próprio espaço de trabalho dos empreendimentos é concebido como instância e como princípio educativo, cujo horizonte é a criação coletiva de uma nova cultura do trabalho para viabilizar novas relações econômico-sociais, validando os conhecimentos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Pedagogia da Autogestão e Sistematização:

- A proposta político-pedagógica tem como base a ideia de que na sociedade todos somos educadores e educandos e que a educação cumpre um papel preponderante de mediação nas mudanças sociais;
- A proposta está ancorada nas práticas e conceitos da educação popular que ensina “que é preciso semear dúvidas quanto às relações pedagógicas que, pseudamente neutras, vêm assegurando a dominação dos que “não sabem” pelos os que “sabem”. Também ensina que, sendo a educação um ato político, não se pode confiar em técnicas de ensino-aprendizagem e em receitas pedagógicas prontas que podem ter o poder sobrenatural de redimir os seres humanos e, assim, resolver todos os males sociais (TIRIBA, 2006, p. 1).

Princípios (a partir da síntese de Nascimento (2010, p.3):

- coloca a organização popular de base no centro mesmo da construção do projeto político alternativo;
- reconhece o ambiente onde se atua como espaço concreto e determinante das relações sociais, políticas e econômicas;
- destaca a importância da democracia na construção do novo projeto de sociedade;
- valoriza a cultura popular como fonte de identidade e força de um projeto popular nacional;

- reconhece a vida cotidiana e a experiência, como espaços de construção de uma nova sociedade;
- coloca em relevo a importância do papel do indivíduo e da subjetividade;
- assume os instrumentais da “sistematização” e da ‘pesquisa-ação’ como métodos estratégicos para reflexão sobre suas experiências.

O fundamento da presença constitutiva da educação em Economia Solidária passa pelo exercício coletivo da experimentação da autogestão nos espaços de trabalho como processo educativo para os trabalhadores da economia solidária. E, mais que isso, é também certo que a autogestão requer uma educação gerida pelos próprios trabalhadores, mesmo que não exclua a presença de educadores externos. Neste sentido, não há como ensinar a pedagogia da autogestão. Para construí-la é necessário experimentá-la.

Princípios metodológicos específicos - “não existem saberes, nem relação dos sujeitos com os saberes, se não for numa perspectiva de compreender este processo, numa relação com o contexto político, econômico e social onde tais sujeitos estão inseridos. Assim, o ponto de partida do processo de transformação de lógica individual e coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos/as, será o das relações que os sujeitos estabelecem com o mundo de uma maneira geral, em especial com o mundo do trabalho.

Cada tema, conceito ou noção a ser trabalhada nos processos educativos, deverão sempre partir das noções que os sujeitos já construíram no seu ‘senso comum’, pois não há aprendizagem se os indivíduos não conseguem estabelecer ligações entre os novos conhecimentos e os conceitos intuitivos que eles formaram ao longo de sua vida

Considerando os pressupostos da caminhada interdisciplinar, enfatiza-se que:

- A realidade é construída com consequências seguidas e trocas mútuas, constituindo uma teia de eventos e fatores;
- O processo de construção do conhecimento ocorre conjuntamente com a sociedade.

Segundo tais pressupostos, a prática da interdisciplinaridade tem por base a construção do conhecimento, de forma a constituir a consciência pessoal e totalizada. A realidade é uma construção social, é multifacetada e não pode ser considerado como algo dado e o objetivo primeiro do nosso trabalho na consecução desta proposta pedagógica é de superar os limites da fragmentação do conhecimento na busca dos processos de transformação social.

Numa perspectiva da pedagogia da alternância “que combina momentos educativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados.

Como a principal intenção é a consolidação de uma rede de educadores refletimos que para esta construção, existem ainda dois outros conceitos que impactam em consequências diretas na metodologia, quais sejam, *território* e *rede*. O CFES Nordeste faz a reflexão de que não se constituiu uma rede de formadoras, mas na maioria dos estados da região há pessoas que se auto-reconhecem como educadores da economia solidária, oriunda de uma provocação realizada a partir do CFES. Há várias formas de organização, como coletivos, redes, ou rede, núcleos, etc., e que o caminho é a organização desses educadores por território, por temas e questões.

Por fim, para que realmente se consolide o PPP é fundamental que os/as envolvidos/as se assumam como tal, não é um PPP para que os outros façam e não deve estar sempre em construção.

Rosana Kirsh

Após a apresentação de todas as regiões algumas questões ficaram bastante evidentes. Primeiro, há elementos distintos em cada região com relação a essa construção, assim como aparecem aspectos contraditórios em torno da economia solidária e a importância de articulação com outros movimentos sociais. Segundo, há distintas nomenclaturas, como projeto político pedagógico (ppp) e projeto político pedagógico participativo (ppp). Terceiro, algumas afirmações aparecem, como “ainda são somos rede” (caso da região sul, nordeste, norte e centro-oeste); “somos uma rede” (caso da região sudeste); temos rede nos estados e na região; temos rede na região e não nos estados e estamos organizados de distintas formas como núcleos, coletivos. Tudo isso para irmos pensando sobre o que vamos recolher e elaborar como proposta e o que vamos deixar ao final deste

evento.

3.6 - PLENÁRIA - ESCLARECIMENTOS APÓS AS APRESENTAÇÕES

Prado (RS) - *Quanto a sugestão de identidade apresentada pelo CFES Sudeste, sugiro a elaborada por Castel que fala em três tipos: a tradicional, a de resistência, e a estratégica. Poderíamos refletir sobre essas.*

Arroyo (PA) - *Neste espaço foram levantados elementos para a discussão na V Plenária e para a elaboração do PPP para a economia solidária. Seria importante dar um contorno sobre o que tem do CFES da política pública e o que tem do movimento de economia solidaria (...) podemos estar falando de autogestão e estarmos dependentes do governo.*

Robson (SP) - *É muito importante que os três segmentos que integram a economia solidária participem das discussões, os empreendimentos, as entidades e os gestores públicos e quando se pensa em rede: é cada um pra si? Temos também que refletir sobre a relação autogestão e Estado.*

Mônica (PE) - *O que foi colocado agora fará parte de discussões nos distintos momentos do seminário. Podemos segurar um pouco e discutir isso nos espaços pensados nos seminários. São provocações que fomentam as discussões nos grupos.*

Rosana (DF) - *A afirmação de uma identidade do educador é antes de tudo sermos militantes, não estamos dizendo que se trata de apenas de um segmento que integra a economia solidária.*

Tche (RS) - *Pode parecer fácil, mas o desafio de construção de um ppp é enorme diante de um movimento tao amplo e complexo como o da economia solidária. Estamos falando de um ppp para uma outra economia e de um movimento social. Não há nada escrito neste sentido e estamos partido meio “que do nada”. Uma coisa é construir o ppp para uma escola, curso de agronomia, outra um ppp para a economia solidária que envolve: diversidade cultural, cadeias e redes diversas; experiencias antigas e experiencias novas. Podemos estar falando aqui de uma utopia, mas do que de algo real. O movimento da ES ainda não compreendeu isso e nem o governo.*

Rosana (DF) - *O desafio continua quando voltarmos para os nossos espaços locais, empreendimentos, entidades e gestão pública.*

4 - MARCO SITUACIONAL: CONTEXTO E ANÁLISE DE CONJUNTURA

“A luta é contra a hegemonia neoliberal, os poderes patriarcais, a opressão e o preconceito. Neste sentido, a nossa luta enquanto movimento de economia solidária extrapola a luta por políticas públicas”

4.1- RESGATE DO MARCO SITUACIONAL A PARTIR DAS APRESENTAÇÕES DAS REGIÕES

Arroyo (PA) – síntese a partir do que as regiões apresentaram no que diz respeito ao Marco Situacional (conjuntura, história e contexto, contradição, atores e aonde estamos):

- **Acúmulos** - não se começou a discussão do zero e é preciso aproveitar os acúmulos existente;
- **Articulação** - boa condição de articulação dos atores para a elaboração do ppp, mas por outro lado a organicidade do movimento deixa a desejar. Necessário avançar na organicidade do movimento;
- **Desafios** – que tipo de formação para os educadores/formadores? Para enfrentar quais condições do país? Em que momento estão sendo preparados os militantes da economia solidária para enfrentar esse contexto? Há riscos e potencialidades: o aumento da renda e a saída da pobreza é positivo para os empreendimentos, mas esse crescimento vem contaminado pela ideia de crescimento (desejo de ficarem ricos). Como mostrar que há outro caminho que não esse? Como construir uma sociedade solidária futura, se não a praticamos nesse momento atual? Não será através de um golpe ou revolução que a solidariedade se dará.
- **Pedagogia** - ação pedagógica a partir da prática;
- **Dicotomia** - necessidade de sair da prática, mas quando implementamos o modelo é de sala de aula;
- **Linguagem** – como resgatar a linguagem, mas transformado, mudando? Como fazer com que os indivíduos percebam e analisem a sua realidade?
- **Relação com outros movimentos sociais** – todas as apresentações falaram

sobre a importância de articulação com outros movimentos sociais. Mas faltou discutir: a relação do movimento com os partidos e com o Estado. Quantos estarão fazendo o movimento sem recurso do Estado?

4.2 - PROVOCAÇÕES E QUESTÕES PARA A ANÁLISE DE CONJUNTURA

Alzira (PE) fez a apresentação das questões provocadoras à análise de conjuntura realizada em grupo (sete no total). Os temas das temáticas dos grupos correspondem aos temas da V Plenária Nacional de Economia Solidária: 1) Autogestão e Autonomia, 2) Economia Popular, 3) Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária, 4) Território e Territorialidade, 5) Diversidades, 6) Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado e 7) Diversidades.

Questões provocadoras

- O que fortalece a economia solidária hoje?
- O que fragiliza a economia solidária?
- A partir de nossa realidade, cresceu ou o número de empreendimentos, de atores novos? Ou diminuiu? Como percebemos a correlação de forças políticas a partir de onde atuamos?
- Quais as contradições mais significativas que vemos em nossa região, em nosso país e que interferem na economia solidária?
- Frente ao contexto e a conjuntura, qual nosso papel como educadores?
- Como se apresenta a economia solidária na conjuntura?

Além das questões acima, com o objetivo de subsidiar as discussões em grupo, foi preparado, para cada um dos temas, um documento com a sistematização dos acúmulos do movimento de economia solidária (I e II Conferências de Economia Solidária, IV Plenária Nacional de Economia Solidária, Carta de Princípios do FBES), com questões provocadoras ao debate a partir desses documentos. Tais textos de subsídios estão no item *Anexo* deste relatório, na mesma ordem de apresentação das temáticas abaixo.

4.3 - APRESENTAÇÃO DAS DISCUSSÕES EM GRUPO

4.3.1 - Autogestão e autonomia

“Teoria e prática: ou estão fundidas ou se trata de hipocrisia”

Coordenação: Tatiana (RS) Relatoria: Arroyo (PA)

(Texto de subsídio às discussões Anexo A)

Autonomia e autogestão, tal como a liberdade, são relativos à convivência entre indivíduos, ao pacto societário. Portanto, o grande desafio é a partir da valorização ser humano e do trabalho, único fator de produção que gera riqueza, ampliar a capacidade de autodeterminação do indivíduo e das organizações.

O que fortalece a economia solidária hoje?

- A ênfase no trabalho como fonte da riqueza social. O fator associativo e cooperativo que cria a oportunidade de fortalecimento a partir de dentro, da vivência e convivência e do respeito ao outro. Confiar no outro, estar comprometido com o outro;
- O acúmulo das discussões e experiências. O que mais nos fortalece é a centralidade no ser humano, que trabalhe sem ser escravo, que cuide do meio ambiente;
- Nossa prática. A construção em si da autonomia. O processo de assunção do sujeito coletivo;
- A capacidade dos fóruns de não depender dos governos e projetos. As redes andam de forma autônoma mas buscam parcerias;
- Queremos uma educação em economia solidária para além da educação escolar. Disputamos os currículos formais mas avançamos sobre a educação não formal.

O que a fragiliza a economia solidária?

- O contexto cultural de poder – centralizado - nos limita. A competição dentro do movimento acaba prejudicando a autonomia. Somos filhos do

Capital, temos que buscar a transformação dentro do sistema. Na lei existe o Fundo, mas é uma contradição com o que a gente prega? Nos encontros a alimentação tem que vir pronta. Sem as coisas dadas as pessoas não vão.

- As tentativas padecem com hábitos e costumes individualistas;
- A dependência de políticas públicas e políticas de governos, que se acabarem pode colocar as iniciativas em risco;
- Falta de diálogo, transparência e comunicação. A falta de formação coletiva que aproximem os valores;
- As contradições entre discurso e prática. Temos deixado a desejar a reflexão e a prática do nosso próprio consumo. Em encontros, desde a limpeza do local vemos a falta de preocupação com o cuidado de nossos próprios espaços que reflete em nossas organizações;
- Os vícios das pessoas que precisamos superar. A falta de organicidade dos fóruns. A falta de consciência do papel de cada espaço organizativo do movimento, é lá que temos que praticar o que defendemos. Sem criar o exemplo prático não conseguimos convencer os outros.
- A não percepção do militante como sujeito da autonomia e da autogestão no cotidiano.

Cresceu os atores no nosso movimento?

- Há avanços mas ainda não suficiente.

Como vemos a correlação de forças políticas a partir de onde atuamos?

- A cultura da autonomia está iniciando;
- Precisamos avançar de dentro do movimento. Fora do movimento ainda estamos iniciando;
- Como movimento social já inclui o econômico? Devemos ter autonomia social e econômico. E a quantas anda a nossa força frente o capitalismo?

Quais as contradições que vemos hoje na construção da economia solidária?

- Discurso diferente da prática cotidiana;

- A relação entre fóruns e projetos (políticas públicas) / criador e criatura, relação de poder invertida.

Frente ao contexto e a conjuntura qual nosso papel como educadores?

- Dar o exemplo. Teoria e prática ou estão fundidas ou se trata de hipocrisia.
- Ofertar oportunidades de vivenciar economia solidária.
- Promover o autoaprendizado, respeitando o tempo, a linguagem, a lógica do grupo.

4.3.2 - Economia Popular

“O papel do educador/a é continuar fazendo formação para sensibilizar todos os segmentos para a construção do modelo de sociedade que defendemos”

Coordenação: Roseny (MG) Relatoria: Marinalva (xxx)

(Texto de subsídio às discussões Anexo B)

O que fortalece a economia solidária hoje?

- O trabalho associado e autogestionário;
- A formação do CFES;
- O projeto de sociedade pela transformação social;
- A organização nos fóruns, ainda que incipientes em alguns locais, e a construção enquanto movimento político (exemplo da PL 865).

O que fragiliza a economia solidária?

- A conjuntura atual mais favorável ao trabalho formal;
- A falta de organicidade do movimento e dos fóruns de economia solidária;
- A falta de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários (muitas instituições não trabalham a autonomia/protagonismo dos trabalhadores/as);
- A falta de recursos para produção, capital de giro, beneficiamento dos produtos;
- Muitos empreendimentos têm a economia solidária como complemento de

renda;

- Faltam políticas públicas para economia solidária ou essas criam dependência?

A partir da nossa realidade cresceu o número de empreendimentos?

- Está diminuindo em alguns lugares;
- Ampliação em outros lugares;
- Criação de pontos fixos (avançando na comercialização);
- Está crescendo a organização em redes e cadeias.

E outros segmentos?

- Diminuição do número de entidades de apoio (caça às bruxas às ONGs);
- Incubadoras fragilizadas devido à redução de recursos;
- Aumentou espaços nas prefeituras e governos estaduais para política voltada para economia solidária;
- As prefeituras e governos estaduais estão se apropriando mais da política de economia solidária, mas falta política pública para garantir a inserção;
- Hoje há política governamental, mas estamos vulneráveis à política partidária.

Como está a correlação de forças de onde atuamos ?

- Avanço na base (leis municipais e estaduais);
- O governo não acredita no movimento de economia solidária;
- O processo é de construção: ainda não há força suficiente / a identidade-organicidade do movimento está em construção e há dificuldade de atuar como movimento;
- Participação ainda fragilizada nos Conselhos de economia solidária;

Quais as contradições mais significativas na realidade da economia solidária com outros trabalhadores (as) ?

- Reconhecimento como trabalhador(a);

- Por um lado falamos do trabalho autônomo, por outro lado queremos as garantias do trabalhador assalariado;
- Luta-se por outra economia, mas estamos dentro da lógica capitalista.

Frente a conjuntura qual o nosso papel como educador(a)?

- Formação continuada para sensibilizar todos os segmentos para a construção do modelo de sociedade que defendemos;
- Investir na formação de novos educadores (as). Grande parte dos nossos educadores (as) estão se apropriando da educação popular, embora carreguem outros aprendizados importantes da sua prática;
- Garantir a formação contínua para educadores (as) e membros dos empreendimentos econômicos solidários.

4.3.3 - Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária

“Emancipação econômica e política só pode se dar quando começarmos a construir novas relações de mercado e de produção”

Coordenação: Rosana (DF) Relatoria: Rose (xxx)

(Texto de subsídio às discussões Anexo C)

Algumas questões iniciais foram colocadas a fim de fomentar o debate: *a)* qual a melhor estratégia para esta emancipação dos empreendimentos da economia solidária? O texto nos aponta alguns elementos, tais como: comercialização, organização de redes e cadeias, novos mercados; *b)* como trabalhamos a questão da competitividade? *c)* como estar no mercado capitalista, tendo outra concepção? *d)* como construir novos mercados? *e)* O trabalho assalariado cresceu, mas cresceu?

Debate em grupo (síntese)

- Os empreendimentos estão se desarticulando por conta do descrédito da implementação da política pública. Não se percebe mais a presença de determinadas organizações que fortaleciam;

- O cooperativismo se tornou uma estratégia do capitalismo para alguns nichos de mercados, e ficamos onde? Hoje não existe uma nova classe média, mas sim um aumento de postos de trabalho precários, onde quase que 50% da população recebe salário mínimo;
- Pelos dados do Mapeamento Nacional de Economia Solidária há diversos EES do mesmo segmento econômico e produtivo e não há nenhum conectivo entre eles, então a estratégia de redes não é primordial para o movimento? Temos vontade política, mas colocamos em prática esta estratégia? Temos que praticar o que falamos;
- Quando se atua no mercado, sempre vai existir fatores que fortalece e os que dificultam, como: trabalhamos para ocupar o resíduo de uma parte do mercado capitalismo, exemplo: a reciclagem. Estamos realmente apontando para uma nova relação de mercado ou simplesmente nos inserindo nele para sobreviver, pois ou os EES resistem ou se adaptam. O mercado institucional é muito importante, mas isso não causa dependência ou a autonomia?
- Nossas práticas não condizem com as nossas concepções. Nossa produção ainda é cara para o mercado popular. Por exemplo, a produção orgânica, agroecológica, artesanal e produtos reciclados. Os EES estão com o foco na sobrevivência e não na transformação da economia e da sociedade para emancipação política-econômica. Não há criação de fundos para criar condições próprias necessárias para esta emancipação;
- Qual o verdadeiro papel do Estado na formulação das políticas públicas de comercialização (PNAE. PAA), pois gera comercialização direta e isso é uma dualidade. Hoje a crise é do trabalho terceirizado e isso nos atinge diretamente. Temos que refazer a leitura desse novo modelo de desenvolvimento;
- Onde estão os EES mapeados? Quem são estes EES que devem ser emancipados? Neste sentido qual o papel do educador da economia solidária? A instabilidade financeira e econômica é um dos grandes dificultadores para a emancipação dos EES, pois ou produzem e vendem ou acompanham os processos formativos e políticos. Como se relacionar e se

- apropriar das propostas de sustentabilidade social das grandes empresas?;
- Emancipação econômica e política pode se dar quando começamos construir novas relações de mercado e de produção, comungando com a organização de estratégias eficazes de logística e comercialização;
 - A crítica que fazemos ao capitalismo é profunda – exploração ao meio ambiente e as pessoas - mas quando produzimos para o mercado capitalismo isso aflora e cresce a dependência econômica.

Como se apresenta hoje a questão da emancipação dos EES:

- Entendemos que a política pública é um direito, contudo precisamos que os EES se apropriem das formulações e pautem o que é realmente necessário.

O que nos fragiliza?

- Lutas difusas;
- Falta foco no que realmente queremos;
- Diferentes concepções dentro do movimento.

O que nos fortalece?

- A possibilidade de conquista de nossas lutas;
- Formação;
- Identidade de classe;
- As ações de comercialização institucional.

Correlação de forças

- O capital assumir nossas bandeiras de lutas;
- O protagonismo maior das entidades para acesso das políticas públicas e não dos EES.

Papel do educador

- Agente político no chão do trabalho.

Contradições mais significativas

- Práticas diferentes das concepções;
- Produzir para um nicho de mercado capitalista;
- Adaptação do cooperativismo ao sistema capitalista;
- Dependência produtiva a partir da demanda do mercado capitalista.

“Emancipação economia e política pode se dar quando começamos construir novas relações de mercado e de produção, comungando com a organização de estratégias eficazes de logística e comercial”.

4.3.4 - Território e Territorialidade

“Historicamente, sempre nos organizamos em território”

Coordenação: Alzira (PE) Relatoria: xxx
(Texto de subsídio às discussões Anexo D)

Debate em grupo (síntese)

O debate sobre territorialidade pode ser analisado a partir de diferentes movimentos. América Latina e Europa possuem contextos diferentes. Na Europa, o debate ocorreu muito mais a partir de uma revalorização dos lugares e na América Latina a partir da questão das identidades. No Brasil o debate é recente, aparece na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As primeiras experiências vem do debate sobre desenvolvimento local e alterna-se a lógica do que estava posto no governo anterior de Fernando Henrique Cardoso.

No primeiro mandato de Lula, havia uma política de indução para a construção e fortalecimento das identidades e territorialidades existentes. Os sujeitos locais definiam e construíaam seus planos e projetos e, assim, iam forjando sua identidade territorial dentro dos embates políticos. No segundo mandato do governo Lula, ocorreu um certo esvaziamento, pois apostou-se nos territórios como lugar de articulação de políticas públicas. A sociedade passa a olhar esse espaço como oportunidade para acessar recursos. Notamos que o atual governo de Dilma tem anulado as estratégias anteriores, governança marcada por um ritmo de

eficiência técnica e burocrática do Estado, tirando das mãos da sociedade a possibilidade de negociar. Assim, o Estado está se inserindo unilateralmente na definição da política territorial. Os Programas de erradicação da pobreza tem promovido a quebra da organização territorial substituindo-a por políticas assistenciais e de inclusão produtiva, onde a eficácia é medida pelo número de atendidos.

Neste contexto, o município é fortalecido, reforço da estrutura federalista, enfraquecendo a construção desse novo espaço – o território. Hoje, os colegiados territoriais não são capazes de discutir com os governos locais e quem define os territórios são as políticas públicas. Processo diferente da política do MDA, no qual havia a articulação dos atores e pessoas e elas se identificam (territorialidade quilombola, indígenas, povo da periferia, etc).

Atualmente, a única preocupação é com a macroeconomia. Ninguém está preocupado com a microeconomia e a política territorial é vista como apenas para os pobres.

Os movimentos sociais não incorporam o território pela visão tradicional. Nosso sindicalismo, impregnado pela visão da luta de classes, não o considera viável e olha a política como algo utópico ou até mesmo neoliberal.

Os movimentos sociais são mais permeáveis. O único movimento com potencial para incorporar essa perspectiva seria o da economia solidária que consegue retomar alguns elementos, como o desenvolvimento local e a soberania alimentar.

A territorialidade é importante para quebrar a visão municipalista que é insustentável, a não ser para as cidades médias que tem uma dinâmica própria e é comandada pelo capital.

Não conseguimos envolver as gestões municipais – a SDT não é mais referência.

Partimos de uma concepção de territórios rurais, reforçando o isolamento. Mas é preciso compreender o rural o urbano como dinâmicos.

A Estratégia de ação territorial é uma conversa de gestor e de dirigentes, por isso é necessário não nos orientarmos pelas demarcações do Estado. As territorialidades são demarcadas pelo Estado.

É necessário estar atentos às territorialidades que se forjam pelas relações de vizinhança e nos espaços das feiras rurais. Em outras palavras, devemos incluir em nossa leitura os fluxos das trocas, dos intercâmbios, a comunicação e as identidades construídas.

Na prática, na economia solidária, há dificuldade de articulação dos grupos em termos regionais. Trata-se de um desafio, pois existem múltiplas geopolíticas institucionais.

O capital cria ilhas de isolamento relacionadas à acumulação do capital, fazendo com nada e ninguém se relacionam com seu entorno, assim territorialidade é um elemento fundante para a economia solidária no sentido de produzir, trocar, distribuir e criar novos intercâmbios. Mas, qual que rede é essa e que tipo de fluxo se estabelece? As finanças solidárias, o comércio justo, etc, precisam perseguir esse fluxo. Entretanto, é fundamental distinguir a visão institucional de territorial daquelas que se constituem no movimentos social. Ainda não temos ações voltadas para construção de territorialidades, salvo os bancos comunitários e os fundos solidários.

4.3.5 - Diversidades⁵

“A economia solidária não tem valorizado em suas formulações os temas das diversidades como deveria”

Coordenação: Tatiana(DF) Relatoria: Índio (SP)

(Texto de subsídio às discussões Anexo E)

- Os projetos de economia solidária foram construídos a partir de demandas do movimento; portanto há uma necessidade de transformarmos estes

⁵ Gênero, raça, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, rural/urbano, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional e saúde mental.

programas em políticas de estado. Houve avanços nas políticas públicas que beneficiam as mulheres, quilombolas, entre outros, mas ainda é muito pequeno e não mudaram as desigualdades sociais mesmo com alguns projetos e programas que levantaram a discussão;

- Na economia solidária ainda é muito frágil as ações e debates sobre as temáticas de: pessoas com necessidades especiais, mulheres negras, juventude, LGBTQI+, Indígenas e egressos do sistema prisional;
- A valorização e mapeamento dos saberes e fazeres das comunidades tradicionais ainda estão tímidas e pequenas nas nossas formulações;
- Há uma necessidade de olhar as especificidades locais no diálogo da economia solidária com os movimentos sociais; existem regiões que os movimentos sociais organizados não querem discutir com a economia solidária, mesmo tendo práticas de economia solidária e em outras regiões a economia solidária não dialoga com os movimentos sociais;
- O debate de gênero é diferente do feminismo e precisa ser considerado como tal nas nossas formulações;
- Para economia solidária reconhecer a economia feminista é necessário repensar o conceito de trabalho para além do trabalho mercantil, compreendendo o trabalho doméstico e do cuidado como fundamental para o bem viver e sustentabilidade da vida humana;
- A economia solidária não tem valorizado nas suas formulações os temas das diversidades como deveria em diálogo com o acúmulo dos movimentos sociais (movimento negro, indígena, etc);
- Falta na economia solidária um documento sobre as temáticas orientação sexual, comunidades ribeirinhas e propostas para juventude.

4.3.6 - Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado

“Na verdade, somos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e não gestor, entidade ou empreendimento”

Coordenação: Mônica (PE) Relatoria: Fernanda (DF)

(Texto de subsídio às discussões Anexo F)

Cidadania

- A economia solidária não avançou como deveria na discussão referente aos aspectos da cidadania;
- Importante refletir com a economia solidária pode e tem contribuído para a emancipação das pessoas;
- A formação que estamos fazendo não está provocando o embate contra o sistema.

Conjuntura - relação Estado e as políticas públicas

- A relação entre Estado e Sociedade civil organizada é sempre conflituosa. Precisamos fazer esse debate dentro dos Fóruns: que sociedade? Com Estado? Sem o Estado? Se com Estado, qual?
- Quem “vai brigar” dentro do Estado? Vamos ocupá-lo ou não? Se sim, como?
- Há uma fragilidade das políticas públicas de economia solidária, por serem políticas de governo e não de Estado;
- Estamos inseridos no sistema capitalista, como realizar a transformação?
- Mesmo com governos populares houveram retrocessos e apatia por parte dos movimentos sociais, mas ao mesmo tempo os grandes projetos em curso também tem suscitado mobilizações e resistências;
- Importante disputarmos as Políticas Públicas - faz parte do nosso processo de acumulação;
- O movimento de economia solidaria nasce e surge com os três segmentos (empreendimentos, entidades e gestores públicos), mas precisamos resolver essa relação principalmente com relação aos gestores públicos;

- O gestor público precisa ser militante;
- Erro estratégico – colocar o gestor público no espaço dos fóruns, pois existem espaços de construção e controle da política pública, como os conselhos, as conferências;
- Podemos ser autônomos com a presença dos gestores? Nota-se que há um gerenciamento partidário, muitas vezes, nesse processo;
- Quanto aos projetos governamentais, como o CFES: em alguns fóruns o CFES está fortalecendo o espaço dos Fóruns, mas em outros fragiliza-os.

Movimento/FBES

- O FBES precisa ampliar as suas pautas. Há outras pautas, muito importantes, como a Reforma Tributária, a Reforma Agrária, os 10% do PIB: qual a proposta do FBES? Não discutimos as leituras e isso é um erro estratégico.

Formador/a

- Nosso papel enquanto formador é a formação para os diferentes agentes, até mesmo o gestor;
- Até que ponto os coletivos – redes de educadores vêm substituindo a ação pública dos Fóruns – devido ao fato de ter recursos públicos do CFES?
- O CFES provocou o debate sobre educação e formação em ES;
- Precisa ser um provocador de debates e reflexões;
- Fortalecer e promover o debate sobre a compreensão sobre o Estado, a sociedade civil e os movimentos sociais;
- Promover o diálogo com outros movimentos sociais;
- Até que ponto os coletivos – redes de educadores vêm substituindo a ação pública dos Fóruns – devido ao fato de ter recursos públicos do CFES?
- O formador precisa ser antes de tudo um problematizador/a.

4.3.7 - Sustentabilidade

“O político e o econômico não são partes apartadas. Não existe nenhuma mão invisível na economia”

Coordenação: Shimbo (SP) Relatoria: Marcos (MT)

(Texto de subsídio às discussões Anexo G)

Aparentemente tudo virou sustentável. O tema é muito relevante e atual e carece de maior compreensão e prática. É preciso entender o próprio conceito.

O que fortalece a economia solidária?

- A ideia de oportunidade de trabalho (reprodução da vida devido às dificuldades de inserção no mundo de trabalho) e a de que outra economia é possível;
- A organização coletiva e autogestionária;
- Trabalho associado e as trocas;
- Gestão democrática;
- Experiências acumuladas em vários territórios como referência;
- Consolidação e avanços do movimento de economia solidária e ampliação do número de atores e de iniciativas em ES);
- Elevação da autoestima dos trabalhadores;

Correlação de forças

A partir da realidade (Mapeamento Nacional de Economia Solidária e outros atores) como percebemos, analisamos a correlação de forças políticas onde atuamos.

- Força poderosa de bombardeio da mídia para a manutenção da ideologia dominante e capitalista;
- A maior parcela da população ainda desconhece a economia solidária;
- Desconhecimento da maioria dos governos: economia solidária não esta na

agenda, portanto não é prioridade.

O que fragiliza a Economia Solidária?

- Ausência de um marco legal para a economia solidária;
- Falta de fomento/financiamento;
- Apropriação de ideias e distorção de conceitos por parte do setor dominante;
- A economia solidária não está na maior parte das agendas governamentais, quando acontece se dá no plano assistencial e para responder as demandas de geração de emprego e renda;
- Há dificuldade de lidar com conflitos interpessoais (sujeitos individuais e coletivos);
- Incoerência, por parte do educador/, nas práticas cotidianas com relação aos princípios da economia solidária.

4.4 – ANÁLISE DE CONJUNTURA

“Nenhum movimento social sozinho dará conta da tarefa de fazer o embate ao sistema atual. Somente articulados teremos alguma possibilidade de transformação”

A análise de conjuntura foi realizada por Alzira (PE). Sua apresentação apontou e problematizou elementos da conjuntura política, econômica e social atual, considerando aspectos locais, regionais e nacionais, destacando a questão da educação. A reflexão foi também elaborada a partir dos elementos que os sete grupos apresentaram anteriormente. As questões centrais apontadas na conjuntura atual, podem ser assim apresentadas:

► Correlação de forças:

- É importante explicitar os diferentes projetos políticos existentes no contexto, que revelam a complexidade do momento histórico. Existe um bloco político cujo alinhamento se dá diretamente aos interesses dos EUA e das grandes corporações em torno do México, Colômbia e Chile;

- O poder do agronegócio e do sistema financeiro tem se expandido sob a orientação das políticas do Estado Brasileiro que visa criar um novo ciclo de acumulação do capital – via o desenvolvimentismo. O Brasil forma um bloco diferenciado no cenário mundial e na América Latina em torno do Mercosul.;
- Determinadas alianças que se desenham na América Latina que se expressam via o Equador, Bolívia e Venezuela;
- A mídia massiva, ligada às grandes agências internacionais de comunicação, é um dos pilares de reprodução do pensamento e a ideologia hegemônica;
- A justiça tem se vinculado aos processos de criminalização dos movimentos sociais.

► **A nossa força:**

- Temos forças de resistência e de articulação, do movimento de economia solidária com outros movimentos sociais, na a luta anticapitalista. É importante atentarmos o seguinte: nenhum movimento social isolado vai conseguir fazer frente à investida do grande capital e dos interesses políticos que se articulam no continente e no mundo;
- Buscar os alinhamentos com outros movimentos sociais que apresentam contradições com o modelo e que surgiram nos enfrentamentos dos últimos anos, como a Via Campesina, a Marcha Mundial das Mulheres, o encontro da Cúpula dos Povos, entre outros;
- A cultura da autonomia e a construção de novos referenciais políticos e sociais tem dado mostra no Brasil e na América Latina. Precisamos aprofundar a compreensão que a construção econômica está profundamente vinculada à luta política no atual contexto. A economia solidária faz parte da resistência e alternativa ao que está estabelecido – novas contradições e processos sociais e políticos criam novas possibilidades de alianças;
- A luta é contra a hegemonia neoliberal, de poderes patriarcais, da opressão e do preconceito e que germine o bem viver. Nesse sentido, a nossa luta enquanto movimento da economia solidária extrapola a luta por políticas

públicas, pois o que estamos vislumbrando é a necessidade de transformação da sociedade;

- Ainda temos uma frágil organização política dos EES. Isso já foi mais frágil no passado, mas o fato de estarmos aqui debatendo e querendo avançar revela a existência dos EES.
- O embate contra o PL 865 foi de resistência e demonstração de força da economia solidária e contou com a solidariedade e cooperação de outros movimentos sociais;
- Novos atores se somaram à construção da economia solidária – o encontro “Diálogos e Convergências” é um exemplo. Mas é preciso avançar na construção de uma agenda comum que nos vincule a outras experiências de educação praticadas por outras redes e movimentos sociais.

► **Dimensão econômica/ emancipação econômica:**

- A conjuntura apresenta um aumento do trabalho assalariado mesmo que seja precário/ temporário. Frente a isso, observamos pessoas deixando os EES para buscar uma solução imediata que resolva a sua sobrevivência;
- Mas também observamos um movimento de camponeses em direção aos grandes projetos de construção civil e do agronegócio. Será que isso não está relacionado à dinâmica dessa nova onda desenvolvimentista que necessita de mão-de-obra barata?
- Não será por este projeto desenvolvimentista que a economia solidária tem sido apresentada no campo da inclusão produtiva que visa uma integração a economia hegemônica?
- Mas esse emprego é muitas vezes temporários, o que só revela a dificuldade dos trabalhadores e das trabalhadoras de construírem as condições de vida;
- É necessário refletirmos que a ação política é intrínseca a própria existência da economia solidária que é praticada por trabalhadores / as que se organizam de forma coletiva e autogestionária;
- Precisamos apagar a separação artificial entre economia e política que o pensamento liberal estabeleceu;

- A economia solidária é uma ação política porque questiona as relações desiguais que se produzem sejam na própria produção/comercialização, seja nas relações sociais culturais e sexuais;
- A sua força está diretamente relacionada quanto maior sua capacidade de associação com outros empreendimentos e outros atores e movimentos sociais. Por isso, a importância estratégica de sua organização territorial;
- Os processos de mudança cultural de um empreendedor/a individual para um coletivo são demorados e relacionam-se aos próprios enfrentamentos que vivência no seu cotidiano para produzir, comercializar e garantir seu estar no mundo e de seus pares. Esse processo é permeado de contradições objetivas (concretas materiais) e subjetivas;
- Como fazer para que brote uma outra cultura do trabalho e de novas relações sociais? Como fazer brotar e emergir o seu próprio reconhecimento enquanto força política?

Questão: estes são os desafios centrais da educação em economia solidária.

► **Fragilidades:**

- Lidar com os conflitos interpessoais dentro dos grupos – individualismo e egoísmo;
- Limites com relação à preocupação com o ambiente;
- Centralização do poder;
- O consumo;
- A competição interna no movimento não está clara em torno do quê. Parece que estão mais relacionadas à permanência de lugares sem sentido político. Precisamos como educadores enfrentar tais questões e exercitar a prática do diálogo e não “deixar para depois”;
- Contradições que revelam as transformações que vivenciamos enquanto pessoas para rompermos com valores e práticas que teimam em permanecer;
- Somos seres capazes de auto-reflexão e acreditamos na mudança;
- Temos a resposta para isso: buscar viver e praticar o que pregamos. O exemplo é mais educativo do que muitas palavras e discursos;

- Não há acúmulo sobre a temática da diversidade. A diversidade não pode ser tratada de forma isolada, mas incorporada ao conjunto das temáticas;
- Dificuldade em reconhecer o trabalho doméstico e reprodutivo como fundamental à vida;
- A formação não contempla as diversidades e não traz os acúmulos destes movimentos;
- Os movimentos sociais da diversidade têm dificuldade de dialogar com a economia solidária.

► **Fortalecemos-nos quando identificamos que:**

- Autonomia e autogestão são produtos de uma relação entre os seres humanos, a busca constante através do trabalho para uma autodeterminação dos indivíduos e das organizações;
- O acúmulo das discussões e a nossa prática nos fortalecem, alimentam nossas relações a partir da confiança, da cooperação e do compartilhar de experiências e saberes;
- Ao estimular a importância da construção da autonomia, estamos contribuindo para a reflexão dos sujeitos sobre a sua própria condição de vida e seu lugar no mundo;
- É possível criarmos uma capacidade do fórum para caminhar com as próprias pernas, mas: de quem são as pernas?
- Avançamos na educação não formal ao criarmos novas dinâmicas nos últimos anos que favorecem a reflexão e produção de conhecimentos em torno da economia solidária.

► **O que observamos frente ao contexto que fragiliza o exercício da cidadania pelos integrantes da economia solidária (para fora):**

- - A Economia Solidária está na agenda do governo com ações compensatórias voltadas para o enfrentamento da pobreza e miséria – isso revela uma faceta do projeto político de setores na sociedade, que querem construir ajustes as exclusões geradas pelo capitalismo;
- Ausência de um marco legal, de recursos para a produção e de

financiamento para a economia solidária;

- A dependência de política de governo que sofrem pela vontade política do gestor. As políticas são residuais; a participação nos conselhos é frágil. As políticas públicas não conseguem promover os EES; as compras públicas são pouco acessíveis;
- As políticas públicas de economia solidária são de governos e não de Estado.

► **Contradição:**

- Dependência das iniciativas da economia solidária para com o mercado capitalista e a economia formal.

► **Formação e o papel dos/as educadores/as:**

- A formação que estamos fazendo precisa incorporar essas questões. Entenda-se formação como processo contínuo e não apenas eventos formativos;
- A Formação política se dá no enfrentamento diário;
- Parece que o papel dos educadores/as é contribuir nesse fortalecimento, buscando trazer reflexões desde as inquietações cotidianas relacionando-as aos problemas referentes à lógica excludente do modelo hegemônico;
- Garantir a formação continuada;
- O/a formador/a é um gente político a partir do chão de trabalho e de vida;
- É preciso discutir e clarear a relação dos coletivos de educadores com os fóruns de economia solidária.

4.1 - Plenária: discussões e esclarecimentos

“A transformação não está aqui, dentro dessa sala, mas lá fora, em nossas práticas”

•

Após a realização da análise de conjuntura feita por Alzira (PE), abriu-se espaço para discussões e esclarecimento em plenária.

Raimundo (PI) – *Gostaria que Alzira esclarecesse sobre o terceiro projeto em disputa hoje na sociedade.*

Alzira (PE) – *No caso, há o projeto político hegemônico que envolve as grandes corporações. O segundo seria organizado pelo Brasil que implementa outros projetos e faz incidência e tenta fortalecer o Mercosul e, por fim, o terceiro seria encabeçado pelo Equador, Bolívia e Venezuela que possuem uma proposta clara de contraposição ao sistema dominante e propõem o Bem Viver.*

Arroyo (PA) - *Querida chamar a atenção para o que Alzira falou de estamos vivendo, desde 2008, um cenário de crise baseado na volatilidade financeira e não do capital que se acumulou no financeiro. Neste bojo, grande movimento nasceram, como os indignados e aqueles nos meios virtuais, parte deles vieram também do Fórum Social Mundial. Do ponto de vista da guerra – há um espaço enorme aberto e estamos ocupando pouco esses espaços. Como está a nossa Companhia pela Lei Nacional de Economia Solidária? Ainda não a transformamos em um processo de mobilização social e de visibilidade do movimento. Outra questão, temos que criar como referências os nossos produtos – novas adesões – não podemos nos fechar. Há ainda grupos que dizem que temos que nos fechar – acho que temos que nos expandir. Outro golpe duro ao sistema seríamos abrir mão da propriedade e do trabalho assalariado. Tem gente que abre mão de tudo e vive a 16 anos sem nenhuma propriedade. Mas como vamos conquistar algo se as pessoas que olham para nós não vê nenhuma novidade? Novidade em nossa pratica.*

Edson (MG)– *Gostaria de reforçar a falta de visibilidade e reconhecimento por parte do Estado aos nossos empreendimentos. É importante que nossas reivindicações sejam atendidas e que haja maior autonomia dos empreendimentos frente às leis e a burocracia imposta pelo Estado.*

Luciano (SP) - *A fala da Alzira foi rica e a partir das discussões dos sete grupos. A análise de conjuntura é instrumento importante para embasar a luta política futura. Temos que prestar atenção em nossas contradições e ir ao eixo central dessa contradição. A crítica não pode ser um juízo de valor. O nosso movimento tem um idealismo muito grande e isso pode invisibilizar a nossa luta e tornarmos míope diante da realidade. O que acontece comigo não quer dizer que não acontece na sociedade, e nos perdemos muito vezes nisso. Temos que nos fortalecer e acumular forças junto a outros movimentos sociais e avançar na luta popular. Há também nesse contexto momentos de retrocessos, como aconteceu na Grécia, o que pode sempre provocar ações reacionárias. No momento atual não estamos disputado o modelo. Com a entrada do PT no governo, perdemos o debate e o projeto neo desenvolvimentista*

ganhou.

Nelcy (RS) - *De acordo com a conjunta, as pessoas tomam suas decisões e estamos percebendo a saída dos integrantes dos empreendimentos para o emprego formal. A cultura individualista é muito forte, já nascemos dentro dela e alterá-la é muito difícil. Para a manutenção do sistema capitalista muitas são as forças. A PL 865, nos ajudou a mobilizar, mas por outro lado desarticulou a nossas pautas. Poderia ter sido uma estratégia de desarticulação do movimento? Mas, ainda não nos reconhecemos como movimento, ainda estamos nos fazendo movimento e A V Plenária vai ser importante nesse sentido.*

Tchê (RS) – *Na sociedade em que vivemos existem múltiplos projetos. O capital tem seu projeto, mas tem também fragilidades e tem enfrentado limitações. Cada um de nós aqui viemos de uma matriz metodológica e conceitual, formas diferentes de interpretar o mundo. A matriz marxista olha o macro. Mas eu venho de uma matriz que vê o micro. O movimento de economia solidária é formado por uma diversidade de atores e possui um longo caminho pela frente. Temos que ter um olhar nacional, latino americano, internacional, e local. Temos vários projetos, mas não estamos conseguindo nos encontrar. Por exemplo, na Cúpula dos Povos, ocorrido durante a Rio+20, o aterra estava organizado em 4 grandes blocos de movimentos sociais que não se intercruzavam (primeiro bloco, a Uniosol, o Sebrae, a CUT, depois os movimentos mais espiritualizados, terceiro aqueles ligados à agroecologia e depois o nosso) e não conseguiam dialogar, embora o momento tenha sido rico. Há muitos movimentos na sociedade, e nosso desafio é articulá-los. Para isso há vários elementos importantes no processo, como a territorialidade, a superação do rural e do urbano, os circuitos curtos, a soberania alimentar e a lógica produtiva dos quilombolas e dos indígenas - enfim incluir tudo que não tem como lógica o capital.*

Ana Lourdes (CE) – *Há duas questões que gostaria de expor, as possibilidades e o Bem Viver. Faço parte das CEBES e estamos discutindo por todo o Brasil, nos estados, que Estado queremos e que estamos temos e mapeando os grandes projetos. Estamos em um momento de cal, mas esse cal pode ser fértil, pois dentro do Bem Viver podemos discutir e colocar em prática o nosso consumo.*

Prado (RS) – *O que foi feito de análise de conjunta fez lembrar metodologia do Betinho. Uma das resoluções é a defesa dos bens comuns, refrear a economia capitalista e a economia verde e colocar a discussão da economia solidaria e o elemento chave é a territorializar, o desenvolvimento local e o consumo local. O capitalismo se baseia no consumo, precisamos assim consumir o básico e o necessário se quisermos atingí-lo. O capitalismo ataca a democracia, os povos, a natureza e os mega projetos são para manter o privilégio de apenas alguns. O capitalismo fracassou em muitos aspectos e espalhou apenas a miséria. A disputa é por ideias, pois o que mantém o capitalismo são as ideias, temos que discutir as ideias. Se somos maioria enquanto trabalhadores porque não tomamos o Estado a sociedade? Estamos aprisionados pelas ideias que legitimam o capitalismo.*

Elza (RJ) – Gostaria de reforçar o aspecto de nossas práticas. Já elaboramos muito teoricamente. Vamos ficar só aí? Compramos dos nossos empreendimentos? Ou das grandes corporações? Precisamos pensar para consumir o que nós e os empreendimentos produzimos e não do capitalismo. Fazer análise de conjuntura e depois ter prática não tem saída. Que economia solidária estamos fazendo? Precisamos de matérias primas e de tecnologia para produzir.

Tide (ES) - Tenho medo que a gente saia deste espaço da mesma forma que chegamos. A divisão de classe é muito grande e ela também ocorre dentro do FBES, como a existência dos três segmentos. Vamos fazer economia solidária só pra gente? Isso tem que ficar claro. Queremos salvar o mundo ou só a gente? Temos muitas bandeiras e não seguimos nenhuma. Falamos do processo de chamar outros movimentos, mas no projeto do CFES nunca os chamamos para além de uma palestra ou fala pontual. Mas, precisamos dialogar e confrontar nossas experiências.

Rosana (DF) - Olhando para algumas discussões realizadas pelos grupos, especialmente o que discutiu o eixo “Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado” chamo atenção para o cuidado que devemos ter com o caráter assistencialista e muitas vezes não emancipatório das políticas públicas voltadas para a economia solidária. Há um tensão com relação a isso. Outra questão que chama atenção é o conteúdo da Carta de Princípios e da Plataforma do FBES em que fica muito clara as nossas reivindicações junto ao Estado, como para a educação, a comercialização, e muito mesmo para as nossas ações enquanto movimento social. Fazemos primeiro nossas afirmações com relação ao Estado e bem menos para a organização do movimento de economia solidária, talvez um erro histórico. Outro aspecto foi o que levantou em sua fala o companheiro Luciano, de que nossas contradições não podem ser encaradas como moral, mas necessitam ser discutidas. Ainda sobre nossas bandeiras notamos que há muitas externas - para as políticas públicas e para o Estado - e poucas internas - para o movimento. A discussão de território aqui realizada também voltou-se muito mais para as políticas públicas e para o Estado, mas essa discussão antes de ser propagada pelo Estado já era discutida por autores, como Milton Santos. O Estado e o capital também se apropriaram e se apropriam de nossas bandeiras, como o da responsabilidade social.

Andrea (xx) - Me senti contemplada pelas falas. Quanto ao consumo consciente, um tema a ser aprofundado é o da consciência. Como podemos levar isso para fora, para as escolas por exemplo.

Raimundo (PI) - Estamos discutindo os elementos para a V Plenária. Nossos empreendimentos precisam ter acesso a educação, os empreendimentos são os protagonistas desse processo e é preciso que em espaços como esses façam suas falas. Temos nossos amigos acadêmicos, mas precisamos exercitar enquanto empreendimentos, os protagonistas desse processo. O grande desafio está nos estados, no local, como o ter acesso a formação voltada para a economia solidária. O nosso movimento é extraordinário em sua pluralidade, mas os empreendimentos são os

protagonistas.

Edson (MG) - *Identificamos com facilidade os nossos opositores (o Estado, as grandes corporações e a mídia) e nossos aliados, mas pecamos na reflexão sobre a nossa realidade e sobre como nos vemos. Falamos enquanto movimento, mas o que estamos fazendo enquanto movimento? Se tivemos uma identidade, não seríamos mais visto? Me parece que somos invisíveis, a sociedade não nos enxerga. Não temos ainda identidade, de fato temos? Falta uma alta análise. Estamos sempre a reboque de outros movimentos, poucas são nossas ações como movimento de economia solidária. A PL foi interessante neste sentido, mas paramos neste ponto.*

Tuíra (MG) - *A Via Campesina articula outros movimentos que trabalham com a terra, mas não é novo, tem mais de vinte anos. O que falta para nós é clareza: somos ou não movimento social? Precisamos realmente nos definir e o modelo não pode ou precisa ser apenas a forma de agir do MST. Com relação ao MST, lutamos por uma reforma agrária popular e que não esta dentro desse modelo. Existe economia solidária dentro do capitalismo? Somos e queremos ser uma pauta ou outro modelo de sociedade? Estamos fazendo de uma outra forma, incorporando outras pautas de outros movimentos sociais? Falta mais análise de conjuntura, como estamos fazendo aqui.*

Robson (SP) - *Quanto a nossa ausência de identidade, como está aparecendo nas falas. Que são os responsáveis? Nós mesmos, gestores, empreendimentos, entidades. Precisamos romper com essa divisão de classe dentro da economia solidária. Somos seres humanos dentro do movimento, dentro do FBES. A transformação se dá entre teoria e prática. Várias pessoas aqui participam de outros movimentos: como estamos levando a economia solidária para esses espaços? No ano que a igreja trabalhou com a temática economia solidária, durante a Campanha da Fraternidade, percebo que não ganhamos a visibilidade que poderíamos ter ganhado. A transformação não está aqui, dentro dessa sala, mas esta lá fora, em nossas práticas.*

5 - MARCO POLÍTICO-FILOSÓFICO: A SOCIEDADE QUE QUEREMOS

“Não podemos perder de vista a radicalização do econômico e a autogestão precisa ser o centro de tudo”

Após o debate em plenária, a coordenação do evento orientou que o coletivo presente se organizasse em grupo (dupla, trio) e elaborasse até três proposições para os sete eixos da V Plenária Nacional de Economia Solidária, levando em consideração o que foi discutido nos trabalhos em grupo.

5.1 - DISCUSSÕES EM GRUPO

Foram utilizadas tarjetas e, na parede da sala, cada um dos coletivos agrupou suas proposições/sugestões para cada um dos sete eixos da V Plenária Nacional de Economia Solidária.

► **Diversidade** (descrito nas tarjetas)

- Gênero, raça, etnia, povos tradicionais e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude rural/urbano, pessoas em situação de vulnerabilidade e egressos do sistema prisional e da saúde mental;
- Inclusão das pessoas com necessidades especiais e a saúde mental na economia solidária;
- A elaboração do eixo “diversidade” se apresenta de forma transversal nas elaborações dos outros eixos;
- Aprofundar os debates com os movimentos que levantam as bandeiras da diversidade a fim de entender as especificidades e tratar ou detalhar melhor os temas;
- A formação com os empreendimentos da economia solidária e da Rede Estaduais e Nacional de educadores precisa incorporar o tema da diversidade;
- Edital do turismo étnico;
- Apoio às feiras temáticas;

- Edital do etnodesenvolvimento para todas as etnias.

► **Território e Territorialidade** (descrito nas tarjetas)

- O espaço enquanto espaço de criação de identidades (cultural, social e política). É o espaço do enfrentamento do cotidiano, dos fluxos (de consumo – produção) e de enfrentamento pelos sujeitos;
- É no território que ocorre o reconhecimento dos laços afetivos de vizinhança e de solidariedade. São espaços de construção das identidades e da construção da relação entre o urbano e o rural;
- Espaço de uma política social, cultural econômica;
- Fortalecer, nos processos formativos, os vínculos com o território, com os lugares de vida e de referência dos empreendimentos.
- Desenvolver o sentimento de territorialidade na perspectiva da gestão, em articulação na base, com os movimentos sociais locais;
- Incorporar as contribuições da educação do campo e da educação ambiental;
- Valorização da cultura, dos saberes, das experiências locais e das linguagens - relações presentes nos territórios;
- Articular a economia solidária na perspectiva dos territórios temáticos e da cidadania.

► **Emancipação econômica e política dos EES** (descrito nas tarjetas)

- A inclusão da temática economia solidária nas grades curriculares do primeiro e segundo grau;
- Incorporar outras dimensões na agregação valor;
- Oficinas técnico-políticas;
- Fazer valer o marco regulatório de políticas públicas de economia solidária como política de Estado;
- Garantir aos empreendimentos de economia solidária acesso a formação continuada e a qualificação;
- Acesso aos editais de projetos, garantindo: formação, investimentos / infraestrutura e custeios;

- Articular os temas: autogestão - autonomia e emancipação – econômica e política (Obs.: EIXO TRANSVERSAL entre Emancipação econômica e política dos EES e Cidadania, organização da sociedade)

► **Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado** (descrito nas tarjetas)

- Fluxo de informação e comunicação;
- Apropriação de mídias alternativas;
- Articular as grandes bandeiras;
- Incorporar outros atores para o fortalecimento do movimento de economia solidária;
- Debater qual Estado queremos construir? Que autogestão? Afirmamos uma sociedade autogestionária e, ao mesmo tempo, afirmamos a construção de um estado forte;
- A desvinculação dos gestores públicos das coordenações dos fóruns como condição para afirmação do movimento social da economia solidária.

► **Economia Popular** (descrito nas tarjetas)

- Propor estratégia para construção de indicadores dos eixos destacados dos EES, território, redes, cadeias; Obs.: EIXO TRANSVERSAL entre Sustentabilidade e Economia Popular;
- Incorporar o segmento-economia popular na economia solidária: seria estratégico no atual estágio de organização da economia solidária?;
- Aproximação da economia solidária com a economia popular através da formação política em parceria com as secretarias de Assistência Social;
- Aprofundar na organicidade do movimento de economia solidária.

► **Sustentabilidade** (descrito nas tarjetas)

- Elaborar o conceito de sustentabilidade do movimento em contra ponto ao capitalista;
- Articular as diferentes dimensões (política, social, econômica, cultural e

ambiental) na perspectiva de não mercantilizar a relação do trabalho e da natureza e da relação entre os dois (natureza e trabalho);

- Mobilizar através da prática;
- Fim da divisão sexual do trabalho no trabalho solidário;
- Valor trabalho com base na relação;
- Prossumidores organizados.

► **Autogestão e Autonomia** (descrição das tarjetas)

- Reconhecimento do trabalho coletivo autogestionário através da divulgação junto a sociedade;
- Relações simétricas.

5.2 - SÍNTESE DAS DISCUSSÕES EM GRUPO

Fala de síntese a partir dos agrupamentos das tarjetas com as contribuições aos sete eixos.

Shimbo (SP) – Algumas propostas feitas podem integrar e fazer parte de mais de um dos eixos, outras são transversais a todos os sete eixos:

- **Diversidade:** há propostas mais políticas, como a elaboração desse tema como transversal com relação aos movimentos sociais como também sua presença em todos os processos de formação da economia solidária, assim como propostas mais específicas como editais e outras formas de apoio.
- **Território e Territorialidade:** algumas propostas definem o que é território – o que acontece no espaço – e outras revelam a dimensão das ações que acontecem nesse território.
- **Emancipação econômica:** há um bloco de sugestões que trazem um conjunto de elementos para um processo de emancipação, assim como a de se incorporar outros valores – uma dimensão mais filosófica.
- **Cidadania, organização da sociedade (...):** onde aparece a discussão sobre a relação com o Estado, a articulação com outras bandeiras e incorporação de outros atores, assim como a desvinculação dos gestores públicos dos

espaços dos fóruns.

- **Economia Popular:** economia popular dentro ou fora da economia solidária?
- **Sustentabilidade:** apareceu o debate conceitual – economia solidária seria uma contraposição ao sistema capitalista? E a aproximação entre produtores e consumidores – prosumidores.
- **Autogestão e autonomia:** mobilização e divulgação da economia solidária junto à sociedade.

5.3 - PLENÁRIA: DISCUSSÕES E ESCLARECIMENTOS

Tatiana (DF) – *Gostaria de fazer um esclarecimento sobre o que discutimos no grupo Diversidade. Vimos que o documento da II Conferência Nacional de Economia Solidária anteriores chamam atenção para a necessidade do tratamento mais cuidadoso com os temas da diversidade, não tratá-los como pertencente ao que sobra. Reforçamos a necessidade de se trabalhar separadamente cada tema, mas para fazer um tratamento diferenciado e não com a intenção de isolá-los. É preciso aprofundar cada um dos temas.*

Prado (RS) – *A discussão que teríamos que ter feito neste momento era sobre a sociedade que temos e aquela que queremos. O que saiu das discussões em grupo foram coisas práticas, acho que o coletivo não entendeu. Que sociedade temos e a que queremos do ponto de vista dos sete eixos? Acho que essa discussão não foi realizada e de novo transformadas o debate em demandas, como já ocorreu em outros momentos. Como fazemos um movimento contrario, em oposição ao mercado que temos? Como fazer o trabalho livre se tornar realidade? E agora, como respondemos o vir a ser? A sociedade que queremos?*

Rosana (DF) – *É um desafio encarar a elaboração do PPP. De novo aparecem as demandas, por editais e políticas públicas para a economia solidária como já colocados em outros documentos. Os documentos iniciais do FBES foram assim, a IV Plenária também foi assim, mais bandeiras externas e do que internas. Temos que fazer o debate sobre o olhar para nós, enquanto sociedade e não apenas voltado para o Estado. Quanto ao que foi apresentando. O tema Diversidade precisa ser aprofundado e é um tema transversal, Autogestão e autonomia precisa ser unido em um único eixo com Emancipação econômica. Sugiro indicar para o FBES o aprofundamento do tema Sustentabilidade nas plenárias. Quanto ao debate sobre autogestão, ficará restrito apenas aos empreendimentos? E quanto ao Estado? Pois, autogestão e Estado não funciona e precisamos encarar o debate.*

Encaminhamentos: 1) sugerir a Comissão Organizadora da V Plenária / FBES a união dos dois eixos “Autogestão e Autonomia” e “Emancipação Econômica” e 2) Aprofundar o debate sobre Sustentabilidade durante as plenárias preparatórias.

Edson (MG) - Tentamos trazer uma discussão que a diversidade não é um balaio e reforçamos as especificidades de cada e a importância de trazer a discussão para dentro da economia solidária. No que diz respeito a discussão sobre Emancipação econômica, é preciso criar os Planos de Desenvolvimento Solidário, uma forma prática da economia solidária acontecer. Em Minas Gerais estamos construindo esses planos e esses não são pensados pelo governo. A economia solidária de Minas é que está fazendo esse plano. Quanto aos gestores públicos, se foi erro de início e a IV Plenária definirá ou não o afastamento dos gestores públicos, pois agora os gestores estão nos conselhos de economia solidária.

Alzira (PE) – Sugiro que considerássemos e incluíssemos na discussão sobre o marco político filosófico o que está sendo discutido no documento da V Plenária Nacional de Economia Solidária e que essa parte da reflexão ser inserida no nosso PPP. É preciso sairmos um pouco da concretude de ter sempre ação, mas tomando cuidado com os delírios. O debate que estamos fazendo aqui é que vai construir a concepção de sociedade que queremos. Os elementos da Carta de Princípios do FBES também fala da sociedade que queremos, é importante resgatarmos.

Encaminhamento: 1) para a construção do marco político filosófico do PPP da economia solidária resgatar a discussão feita no documento da V Plenária Nacional de Economia Solidária e a Carta de Princípios do FBES.

Tide (ES) – Precisamos ter uma conversa clara sobre os gestores. Muitos gestores são militantes e tratá-los como intrusos é muito prejudicial ao movimento. O mais importante não são os empreendimentos de economia solidária, mas todos que estão no movimento e todos precisam uns dos outros. Muitos empreendimentos que estão nos espaços dos fóruns nem existem.

Elza (RJ) – Concordo com o Tide, se estamos querendo transformar a sociedade e estamos com a proposta de trabalhar em rede é necessário incluir as pessoas. Mas, alguns gestores não nos consultam e acho que os empreendimentos são importantes sim. Não acho justo que apenas os gestores falem e é preciso ter alguém que dialogue com a SENAES, assim os empreendimentos precisam aprender a falar. Os empreendimentos precisam de formação, assim como os gestores públicos e as entidades. A separação não é interessante, mas primeiro vem os empreendimentos Nós

mesmos estamos nos dividindo internamente.

Robson (SP) - *A discussão das tarjetas precisa levar a algum lugar. A diversidade não pode ficar no transversal apenas, mas é preciso aprofundar o tema e não que fique como apêndice. Para o eixo Emancipação, discutimos uma proposta concentra para que ela ocorra, o desenvolvimento territorial e local é fundamental para romper com o capitalismo. Quanto aos gestores públicos, falamos o tempo todo em unidade e estamos separando. Que construção é essa?*

Prado (RS) - *Precisamos agora traduzir toda essa discussão em uma proposta para o projeto político pedagógico para a economia solidária. Na página 6 “Para melhor.” do caderno que temos em mãos há elementos. Vamos construir o novo a partir do que já existe e aprofundar questões como a radicalização da democracia, sem relação de exploração, de patrão e empregado e sem exploração da natureza de forma predatória. Precisamos da multidiversidade.*

Diogo (BA) - *Não vejo necessidade de separar empreendimentos, gestor e entidade. Precisamos não perder de vista a radicalização do econômico. O desenvolvimento local é fundamental nesse processo e a autogestão precisa ser o centro de tudo, assim como a radicalização da democracia.*

Leo (RS) – *Na página 11 do caderno que temos em mãos há elementos. O documento já trás afirmações em forma de perguntas e a linguagem não veio facilitada. Quanto a questão dos segmentos dentro do FBES, não dá pra não dizer quem é mais importante. É importante termos também gestores públicos, mas esses precisam ter clareza do processo. Os gestores são importantes, no caso são eles que formulam os editais e precisamos manter o diálogo. Nos conselhos quem precisa estar é a sociedade civil organizada e muitas vezes confundimos as discussões, como direito, o que cabe ao Estado, dentre outros.*

6 - MARCO REFERENCIAL: QUAL EDUCAÇÃO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

6.1 - Os ACÚMULOS DO MOVIMENTO

“A educação para a economia solidária deve ser contextualizada, emancipatória e engajada”

Para o início da elaboração do Marco Referencial do Projeto Político Pedagógico (ppp), o CFES Nacional sistematizou e apresentou em plenária os acúmulos do movimento de economia solidária na temática educação. O acúmulo apresentado foi organizado a partir dos documentos produzidos pelo movimento entre os anos de 2008 e 2012 e teve como objetivo subsidiar os trabalhos em grupo realizados posteriormente. Rosana Kirsch fez a apresentação a partir de três eixos: a) orientações (reafirmar); b) balanço e c) proposições.

A) Orientações (reafirmar)

- A educação deve ser contextualizada, emancipatória e engajada;
- Fortalecimento dos processos formativos de educação em Economia Solidária, com o empoderamento das práticas, conceitos, princípios e valores da Economia Solidária: realização de atividades formativas ocorrendo em todos os segmentos da economia solidária;
- Importância da sistematização de experiências: contar, refletir e divulgar a história e o trabalho autogestionário;
- Processos formativos devem combater linguagem sexista e racista, sendo os espaços de construção de conhecimentos lugar de respeito à diversidade da Economia Solidária.

B) Balanço

- Formação junto a trabalhadores-as: ocorreram ações formativas, mas não há levantamentos para avaliar o tipo de formação realizada;
- Articulação da Rede de Educadores-as: está em processo, sendo que em

alguns estados a articulação ultrapassa a mobilização em torno do projeto CFES, há diferentes níveis de relação com o Fórum (por vezes sendo o GT de Educação) e existe iniciativa de rede macrorregionais (Sudeste e Centro-Oeste) e microrregionais (Minas Gerais);

- Desenvolvimento de tecnologia: existe financiamento, mas não se relaciona diretamente com ações de fortalecimento da ES. No sudeste, por exemplo, esta bandeira não foi desenvolvida;
- Inclusão da ES na educação formal: Há algumas universidades e EJA (MT) que incluíram a ES no currículo, além da produção de material para EJA via Ministério da Educação com elaboração a partir das universidades, mas o material ainda está para ser divulgado. No entanto, não basta criar disciplinas na escola, é preciso que a escola mude para ser espaço da autogestão e da cooperação;
- Campanhas e programas públicos: A Campanha da Fraternidade de 2010 foi uma iniciativa importante de divulgação da ES. Por outro lado, o Kit de Divulgação da ES teve pouca circulação para além de nosso campo, ainda que tenha sido veiculado na TV estatal;
- Fomento de centros públicos: Houve ampliação e melhoria dos Centros Públicos;
- Formação e sensibilização para consumo consciente: Foi realizado um mapeamento de referência, identificando 18 grupos de consumo, que contam de 30 a 250 consumidores-as. As ações de formação e sensibilização precisam ser realizadas, inclusive junto às-aos integrantes da ES;
- Qualificação dos debates e proposições: A partir do intenso processo de formação desenvolvido com e junto as/aos militantes do movimento de economia solidária, abrangendo outros movimentos;
- Proposição de políticas públicas: Participação massiva de alguns Fóruns Estaduais na elaboração e acompanhamento dos projetos Estaduais e Municipais para o desenvolvimento da Economia Solidária (AC, AM, RO,

TO).

C) Proposições

- Desenvolvimento da formação em todas as dimensões para melhor qualificação dos atores/sujeitos da Economia Solidária, aprimorando as práticas pedagógicas para torná-las mais acessíveis e adequadas à realidade vivenciada pelos empreendimentos;
- Formação de educadores-as para assessoria técnica e de organização interestadual (agência) que trabalhe nesta perspectiva;
- Formação específica representações no fórum: mecanismos de controle social dos projetos, elaboração do edital e execução de projetos;
- Escola Nacional de Economia Solidária - Espaço que seja de vivência das práticas da economia solidária voltada para empreendimentos, organizações de assessoria e gestão pública, que seja gerida pelo movimento, como já acontece no MST;
- Estudo do impacto da lei do microempreendedor individual na ES: Identificar em que esta lei contribui para a ES, uma vez que oferece a opção de consórcio de empreendedores-as;
- Capacitação dos segmentos sobre Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual: Conhecer orçamento e as ferramentas para propor e realizar políticas públicas para economia solidária;
- Comunicação: Criar estratégias para ampliar a visibilidade do movimento, divulgando as experiências que realmente desenvolvem as práticas e princípios da cooperação, solidariedade, democracia e autogestão, diferenciando das iniciativas que se colocam como economia solidária para benefício de empresas capitalistas, ações assistencialistas e projetos de empreendedorismo;
- Necessidade de internalizar e praticar os princípios e valores da economia solidária nos fóruns (nos compreendermos como militantes na mesma luta,

com nossa diversidade) e na relação com a sociedade civil (unidade e projeto político);

- Ações dos fóruns devem estar pautadas pelas práticas da base, especialmente dos empreendimentos;
- Necessidade de incorporar aos processos do movimento as iniciativas autônomas que acontecem fora da capilaridade dos Fóruns;
- Criar estratégias de sustentabilidade para avançar no fortalecimento dos Fóruns Estaduais;
- Desenvolver maior consciência para o enfrentamento político quanto às ações que vão contra nossos princípios e quanto ao atual modelo de desenvolvimento da região;
- Manakô - viver em união: Articulação com movimentos sociais e entidades que atuam com temáticas complementares a economia solidária; Necessidade de ampliar as relações para convergir as lutas;
- Maior de organização, organicidade e fortalecimento dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, coletivos, redes e do próprio movimento de economia solidária nos Estados e nas Regiões;
- GT de Educação e Cultura do FBES: necessidade de organização e ação imediata para contribuir na articulação dos-as educadores-as e na proposição/ realização de atividades formativas no movimento.

Questões para a orientação dos trabalhos em grupo:

- 1) O quanto os projeto existentes dentro dos fóruns de economia solidária estão voltados para a formação;
- É preciso avançar em práticas educativas voltadas para a realidade.

6.2 - TRABALHO EM GRUPO

Em cada um dos quatro grupos de discussão houve inicialmente a apresentação dos acúmulos do movimento sobre o tema tratado a partir dos

documentos de subsídio (IV Plenária Nacional de Economia Solidária, I e II Oficinas de Formação e CTFAT). A partir desta apresentação e provocação, o grupo produziu elementos a partir da questão “qual educação para uma economia solidária”, destacando os acúmulos, as produções regionais, o debate do grupo e uma ideia-força para o tema, além da relação com território e a territorialidade.

6.2.1 - Autogestão e Pedagogia⁶

“A autogestão e a pedagogia da alternância tem valores na cooperação e na solidariedade”.

Coordenação: Zadi (RS)

Texto de subsídio ao debate (Anexo H)

6.2.1.1 - Debate em grupo

O debate foi iniciado com as provocações elaboradas por Zadi (RS), que recuperou elementos dos textos acumulados pelo movimento a partir do tema autogestão e pedagogia (Anexo H), enfatizando questões como: educação como construção social, contextualizada, a alternância no percurso formativo, o reconhecimento dos diversos saberes e a prática dialógica, o trabalho em rede. Elementos que surgiram no debate⁷:

Como estamos atuando no território?

- Os EES assumem várias formas. Há uma questão cultural por trás disto, pois na Europa é diferente. No EES só pode ser identificado se for trabalho associado. Como tratamos a economia formal?

Educadora/os:

- Todas/os nós somos educadores e educandos. O que limita é não nos sentirmos como educadores. Enquanto eu não me coloco como educador/a

⁶ Educação popular, pedagogia da alternância, percurso formativo, etc.

⁷ O agrupamento dos tópicos e subtítulos foram sugeridos pela relatoria.

não conseguimos resolver essa questão (os processos do CFES mostraram isso);

- Qual educação quer o movimento e os empreendimentos?
- Precisamos ir aos empreendimentos;
- Ao invés de pensar o nosso papel como educadores, não seria melhor pensar o nosso papel como articuladores?
- É preciso buscar a história nos processos educativos: o antes de ser gestor ou empreendimento;
- Se educador é ser militante atuante no processo do movimento;
- O educador popular é formado na “universidade” da vida;
- O intercâmbio é um instrumento muito importante no processo de formação;
- Nos colocamos como educadores, mas ainda temos como referência o professor como educador;
- As nossas formações precisam partir das práticas e os intercâmbios como estratégia pedagógica.

Sistematização:

- A sistematização (um de nossos desafios) é o caminho para buscarmos a produção do conhecimento e um dos tijolos da construção desse conhecimento;
- A sistematização como reflexão e amarrador da construção do conhecimento;
- Os espaços de trabalho são espaços de imersão para a prática da pedagogia da autogestão, o que exige de nós um processo de sistematização;

Dilemas e desafios:

- Como ficar em uma sala por 4 horas, se é preciso produzir?
- Na região nordeste, a maioria tem a economia solidária como bico. No caso dos apicultores eles têm como complemento de renda e priorizam o sustento da família. E quando se fala de formação eles não querem, pois precisam

produzir. Como romper tal dificuldade?

- Economia Solidária refém de políticas públicas. Os EES em Brasília estão neste contexto. A cada momento chega um candidato e propõe algo, por exemplo, um shopping. Depois esse é fechado e as pessoas envolvidas ficam como incompetentes;
- Queremos transformar por dentro da cultura dominante;
- A formação cultural que carregamos reproduz a cultura dominantes;
- Afirmamos a autogestão, mas ela precisa estar presente em nossas práticas;
- Somos imediatistas e os integrantes dos movimentos sociais que buscam autonomia se defrontam com a necessidade de sobrevivência;
- Os empreendimentos precisam valorizar os seus saberes;
- Geralmente não refletimos sobre nossas práticas;
- Precisamos reduzir o consumo, pensar a questão energética. Quando vamos pensar sobre isso?
- Dificuldade de articular os princípios da economia com a educação pedagógica;
- Estamos imersos numa cultura de competição e isso se reproduz nas nossas práticas;
- Não há claro: qual a nossa concepção de democracia para a economia solidária;
- É preciso avançar na pedagogia da autogestão nos espaços dos EES, nos espaços de decisão política do FBES e nos territórios;
- Tencionar o Estado para construir outras formas de gestão social e democráticas;
- A vivência dos processos pedagógicos nos espaços de trabalho: por que temos uma renovação pequena de lideranças?
- A autogestão é para além dos empreendimentos, para toda a sociedade;
- Afirmamos a autonomia e ao mesmo tempo falamos no Estado como indutor dos processos;
- A pedagogia da autogestão implica em assumirmos a autogestão nos empreendimentos;

- Por que temos avançado tão pouco na nossa incidência social? Inclusive quando nos relacionamos com outros atores e movimentos?

Ideia-força: a autogestão e a pedagogia da alternância tem valores na cooperação e na solidariedade. Mas, por que não estamos incorporando isso na nossa prática educativa?

6.2.2 - Espaços educativos⁸

Coordenação: Rosângela (MT)

Texto de subsídio ao debate (Anexo I)

6.2.2.1 - Debate em grupo

Provocação inicial realizada por Rosângela (MT) a partir do acúmulo existente sobre o tema (Anexo I)

Os acúmulos e avanços (espaços formais):

- Na conjuntura atual no campo da educação formal, o que já temos? Cursos de especialização em economia solidária, gestores públicos da área e a formação do MEC para professores: EJA e ES. Será nas escolas públicas o PDE interativos, em duas modalidades (presencial e interativo);
- Edital n. 51 EJA e ES: produção de material e formação de professores;
- Proninc - Programa para as ITCPs;
- A academia está se apropriando da ES.

Caminhos (espaços formais):

- Pronatec/MEC: reúne todos os programas de ensino médio, profissionalizantes, fundamental e médio. Fundamental que o FBES construa uma proposta;
- Outras possibilidades de incidência: na EJA, Programa Mulheres Mil; Programas de Educação Integral-Escola Aberta; Projovem e Pronacan (para

⁸ Educação formal (escola, universidade), educação não-formal (ações da sociedade civil), educação informal (campanhas, modo de vida), etc.

peessoas que moram no campo)

Os acúmulos (educação não formal):

- Centro Nacional de Formação em Economia Solidária – CFES;
- Sistema Nacional de Comércio Justo;
- Bancos Comunitários e Fundos Solidários;
- Recid (inseriu a discussão da ES na educação formal);

Concepções e necessidades:

- Qual educação que o movimento quer? A educação formal, a não formal e a informal;
- A educação formal, não formal ou informal deve estar presente em todos os espaços;
- A educação para a economia solidária precisa acontecer desde o nascimento;
- É preciso transformar todos os espaços em espaço de educação;
- A emancipação do movimento se dará pela educação;
- A pedagogia tem que ser da Educação Popular.

Desafios:

- Muitos empreendimentos estão se desfazendo por causa da falta de assessoria técnica;
- Os empreendimentos também precisam caminhar pelas próprias pernas, cuidado com a dependência da acessória;
- Necessidade da formação continuada;
- Enfrentar as necessidades de educação informal;
- Trabalhar a consciência e o consumo;
- O educador precisa mudar sua postura, sem exemplo nada acontece;
- O retorno sobre as atividades geralmente não acontece;
- Ainda estamos praticando uma educação bancária e esta formação bancária não é a educação que queremos;
- Na ES estamos falando de práticas cotidianas: é preciso cuidar do local em

- que trabalho ao mundo que eu vivo;
- Trabalhar o aumento da escolarização dos trabalhadores da ES.

6.2.3 - Formação e assessoria técnica⁹

Coordenação: Ana Mercedes (RS)

Texto de subsídio ao debate (Anexo J)

6.2.3.1 - Debate em grupo

Provocação inicial realizada por Ana Mercedes a partir do acúmulo existente sobre o tema (Anexo J). Questões discutidas:

- Assistência é diferente de assessoria;
- Assessoria possui carácter técnico e político;
- Técnica é diferente de tecnologia, é importante usar a última;
- É preciso focar no desejo e nas necessidades de todos os sujeitos e não apenas dos empreendimentos;
- Há problemas recorrentes quanto a ferramentas e conteúdos utilizados pois não adequados a realidade dos empreendimentos;
- Essas ferramentas precisam ser desenvolvidas e aprimoradas;
- Tecnologia social incorporada nos territórios e a partir deles;
- A educação deve abarcar formação e assessoria técnica de forma a politizar a compreensão da assessoria como uma construção que se dá entre aqueles que participam do processo;
- É preciso resignificar a compreensão de técnica e de tecnologia e conhecimento de forma a avançar na compreensão de que a técnica é imbuída de um processo histórico que responde a demandas estruturais e que a economia solidária precisa recriá-la dando-lhe novo significado;
- Avançar para as estratégias – as ações – temos bastante acúmulo de ideias e propostas;

⁹ Relação entre estas esferas da educação em economia solidária, conteúdos e/ou processos de definição dos conteúdos.

- Estratégias:
 - a) Articular, integrar o dialogar: rede de educadores e o GT do FBES;
 - b) Programa Nacional de Assessoria Técnica – um programa nacional de ES – não projetos e programas separados;
 - c) Escola Nacional de Formação para a ES: sem muros, uma escola de ideias e de pensamento e que cada local possa adequá-la de acordo com a sua realidade;
- Novas formas de fazer educação - linhas de apoio educacional ao movimento a exemplo do Pronera.

6.2.4 - Identidade, cultura e expressões da solidariedade¹⁰

Coordenação: Fernanda Nagem (DF) e Índio (SP)

Texto de subsídio ao debate (Anexo L)

O debate foi iniciado com a leitura dos acúmulos sobre o tema sistematizado a partir dos documentos já elaborados pelo movimento de economia solidária (ver texto em Anexo L) e posterior abertura para discussão.

6.2.4.1 - Debate em grupo

- É importante um certo nivelamento sobre o conceito de identidade, cultura e bem-viver, e a partir do ponto de vista do território;
- Castel argumenta sobre a existência de três tipos de identidade: *a)* a tradicional, encontrado em qualquer lugar, espaço, região que diz respeito às manifestações locais e expressões tradicionais, que passam de geração para geração; *b)* a de resistência, onde se encaixaria a economia solidária, aquela gestada dentro do sistema capitalista, mas que resiste, ao falar em autogestão e negar a carteira assinada; *c)* a de projeto, aquela que elabora um projeto de sociedade. A ES seria um pouco a de resistência e a de projeto e as expressões seriam de solidariedade, autogestão, relação horizontalidade, de trocas de saberes e que precisa dialogar com a diversidade;

¹⁰ Bem-viver: identidade do-a educador-a, simbologias, mística, etc

- A definição de território, em muitos projetos governamentais chamados de territórios de identidade. Mas, qual a identidade? É preciso ir além das definições pelo governo e pelo IBGE. E, como entra a ES neste contexto
- Cada comunidade possui a sua cultura, os seu ritos, as suas músicas e o seu modo de viver. Não pode haver nivelamento, pois temos que respeitar as diferenças. Cada um tem seu ritmo de desenvolvimento, ou de não desenvolver se essa for a opção. Muitos locais não desejam abraçar os grandes projetos, que levam ao mesmo tempo desestruturação, prostituição e violência. As políticas públicas sempre alteram dada realidade;
- É preciso que a ES avance na discussão sobre cultura e identidade – o debate existente ainda é insuficiente;
- O Estado, a partir da última Constituição (1988) reconhece a diversidade e todo o movimento cultural está baseado nesta garantia;
- Existem várias definições do que seja cultura. Quando olhamos para os povos tradicionais, há uma forma de viver e estética para o fazer. Mas, o capitalismo possui por essência transformar tudo em mercadoria;
- O que desejamos em termos de cultura? É preciso dialogar mais com as experiências já existentes. É preciso dialogar com demais movimentos que já possuem acúmulo na temática: o movimento negro, a cultura digital, dentre outros. A cultura é dinâmica e constantemente se altera;
- A relação entre cultura e economia solidária pode se dar pela produção. Ainda há a questão das tecnologias sociais, pois estamos discutindo educação, resgate de tradições e o seu próprio modo de fazer;
- Cultura é algo dinâmico – não existe algo puro e temos que tomar o cuidado com as perspectivas preservadoras.
- Toda ação humana é cultural;
- A cultura que defendemos deve ser pensada a partir da autogestão e do trabalho e a perspectiva precisa possuir como fonte a educação freiriana;

- O desafio é construir uma identidade cultural a partir da nossa diversidade;
- Quanto à mística, o desafio é incorporar os elementos das manifestações populares para além do campo religioso;
- Precisamos trabalhar outras ferramentas nos espaços das místicas, como o Teatro do Oprimido, a Dança Circular;
- Nota-se, no geral, que há um certo preconceito no movimento às místicas, em muitos casos por está relacionada apenas as questões religiosas;
- A mística precisa ser uma forma de trabalhar os temas, uma das entradas para os processos educacionais assim como uma das formas de resgate das culturas tradicionais e locais;
- É preciso pensar sobre o que fornece identidade cultural a um determinado território. O que a cultura formal reforça?
- Os processos educacionais da economia solidária precisa fazer o resgate da cultura local;
- Identidade é algo muito ampla, pois envolve de classe, raça/etnia;
- É preciso fazer a ligação entre educação e cultura – nos processos educacionais inserir os aspectos culturais e, nas manifestações culturais, reforçar os valores e princípios que defendemos;
- Ainda não dominamos e sabemos trabalhar com a comunicação e as formas de comunicação;
- Temos que nos aproximar do movimento Recurso Educacional Aberto – REA: musica livre, livros didáticos regionais; pesquisar mais o turismo étnico; Como contribuímos para a pesquisa e o resgate da cultura tradicional? E ainda sobre o Arranjo Produtivo Local - APL, voltados para a música, a arte, dentre outros;
- A economia solidária precisa se apropriar e discutir a propriedade intelectual, assim como o acesso à Banda Larga, dentre outro temas;
- Nossa identidade será construída a partir do local e do território;

- É preciso construir os nossos símbolos e nos reconhecer neles. Por exemplo, como o caso do MST. Como estamos construindo os nossos símbolos? Exemplo, o da V Plenária.
- A questão de gênero precisa estar presente neste debate. Por exemplo, quando se analisa uma comunidade indígena e do campo, onde essa discussão de gênero não aparece.

6.3 – PLENÁRIA: DISCUSSÕES E ESCLARECIMENTOS

Alzira (PE) - *Sobre a construção desta escola da economia solidária. Percebo que talvez a gente tenha que amadurecer mais essa ideia. Pode haver um pouco de contradição, podemos estar falando algo diferente, pois para nós não existe educando de um lado e educador de outro. Como se daria essa escola? Não podemos estar repetindo os modelos já existentes?*

Tchê (RS) - *Minha preocupação também está relacionada a essa ideia de escola. Tenho cada dia mais claro que estamos ampliando as nossas identidades, sou agricultor familiar, como também sem terra e faço parte do movimento agroecológico, um exemplo e isso toca a questão da identidade.*

Rosana (DF) - *Com relação a identidade do educador da economia solidaria, entendo que educador/a somos todos nos que estamos na economia solidaria e os documentos de acúmulo reforçam e dizem isso. Estamos discutindo quem faz parte do movimento e a identidade pode estar ai relacionada. Sobre os espaços educativos, imagino que tenha entrado nos demais espaços formativos. O que estamos afirmando é como seria esses espaços e como se relaciona com a pedagogia e a autogestão. Quanto às parcerias, nota-se que há muitos projetos sendo executados sem o controle e participação do movimento.*

Arroyo (PA) - *Somos legítimos em dizer que temos um projeto para a sociedade, assim temos que dizer qual é esse o caminho. O FBES precisa ter uma política nacional de formação e a forma como ela vai ser expressar estou chamando de escola, mas pode ser outro nome também. E as políticas publicas estão inseridas nesse bojo. CONTAG e MST tem escolas, estão com propostas, e por que nos não? Há programas desses movimentos, com aliados e propostas. Não há educação, por educação, mas se trata de um projeto político intencional e precisamos incidir nesta linha.*

Ana Mercedes (RS) - *Reforço a importância da parceria com as universidades, muitas vezes a produção do conhecimento esta a serviço do mercado.*

Tchê (RS) -

Precisamos beber das escolas que já existem e a nossa produção precisa ser diferente. A escola seria uma o caminho? O CFES não conseguiu trazer os demais movimentos

sociais para o diálogo, como o MST. O nosso PPP não pode ser colocado em um documento ainda, pois a discussão ainda está muito incipiente e a proposta precisa ser amadurecida. Acho que ainda temos um longo e amplo caminho pela frente e precisamos de paciência histórica e pedagógica.

7 - MARCO OPERACIONAL: DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

7.1 - O QUE ACUMULAMOS E O QUE AINDA FALTA?

Em plenária, cada um/a dos/as participantes foi orientado/a a elaborar um pequeno texto a partir da seguinte inquietação: *a) o que acumulamos e o que faltou com relação à análise de conjuntura, a sociedade e a educação que queremos?* As contribuições foram sistematizadas no Quadro 1.

QUADRO 1 – ANÁLISE DE CONJUNTURA

ACÚMULOS	AUSÊNCIAS
Os debates sobre projetos de sociedade e modelos econômicos.	Análise da conjuntura do movimento - quem somos?
Falas que priorizaram o respeito ao local onde se vive.	Análise do contexto atual de cada região a partir do depoimento dos participantes presentes.
Direta em mostrar os pontos e as consequências da ação do capitalismo.	Aprofundar o debate sobre a conjuntura internacional, América Latina e Europa no quesito dos movimentos sociais e seus enfrentamentos.
Forneceu de forma simples e direta uma visão do cenário mundial.	Poderia ter sido elaborada a partir de uma metodologia participativa que envolvesse os presentes e coletivamente se exercitar essa forma de análise; o tema da diversidade, das tecnologias sociais e as estratégias de articulação com outros movimentos sociais e populares.
A experiência da nova maneira de conduzir a análise de conjuntura nos trouxe um novo olhar sobre a caminhada da ES para os militantes (novos) que se reconhecem nesta nova maneira de fazer.	Luta dos movimentos sociais e respectivas e as conquistas no contexto histórico.
Percebemos os avanços já conquistados - pelo menos na teoria;	Os temas diversidade, tecnologias sociais e as estratégias de articulação com outros movimentos sociais e populares.
	O tempo foi curto.
Importante para que todos percebessem a necessidade de se fazer o mesmo no território, pois é preciso ter mais clareza da conjuntura para avançarmos na luta.	Faltou relatos regionais do processo de discussão da economia solidária.
Contexto atual e a reflexão relacionada com as políticas públicas.	Debate voltado para os empreendimentos.

Importante para conhecermos mais as percepções do movimento	As ações do movimento de economia solidária e o aprofundamento da discussão sobre o projeto político.
Apontou os perigos e falácias do neoliberalismo: inclusão econômica despolitizada, a economia verde e as políticas públicas incompatíveis com o movimento de economia solidária.	Dados sobre as realidades locais.
Aprofundar quais seriam os movimentos sociais estratégicos para a economia solidária.	Explicação dos projetos que estão sendo desenvolvidos nas regiões.
Ajudou a situar as pessoas nos mais diversos contextos.	Exposição sobre a caminhada da economia solidária desde 2001
A discussão poderia ter partido do debate feito pelos estados.	A crise das organizações de assessoria – há um esvaziamento das entidades e muitas pessoas estão indo para as universidades ou outros órgãos públicos – devido a crise da cooperação internacional e pela nova orientação institucional do governo em não fazer cooperação com a sociedade civil
	A economia solidária como movimento social
	Pensar os desafios práticos do campo econômico para avançarmos na construção de outra sociedade.
	Contexto regional e correlação de forças presentes.
	Explicitar as estratégias e ações de resistências presentes nos territórios
	Explicitar que o território é um eixo transversal do movimento de economia solidária e reafirmar a autogestão em todos os espaços do movimento.
	Discussão sobre gênero.
	Nosso papel das eleições de 2012.

Fonte: textos escritos pelos/as participantes do evento.

QUADRO 2 – A SOCIEDADE QUE QUEREMOS

ACÚMULOS	AUSÊNCIAS
Baseada nos acúmulos do que viemos construindo a sociedade solidária é emancipada dos poderes que esmagam nossos valores.	Deve se pautar no resgate da relação simbólica do ser humano com o planeta, realizado em toda a dimensão da existência, a valorização das diversas formas de vida. Que pudéssemos ampliar estas relações para uma relação de aceitação, cumplicidade, amor e harmonia. Que as pessoas observem o cuidar uma das outras como primeira necessidade e que as relações de poder sejam suprimidas e substituídas pela democracia econômica.
Preocupação com a organicidade do movimento.	Ações e encaminhamentos concretos. Só

	conseguimos afirmar ou reafirmar a partir da prática.
Uma sociedade mais justa, onde todos possamos viver com dignidade e respeitando o meio ambiente e as outras pessoas.	Não ficou claro que sociedade queremos de fato.
Que favoreça a emancipação dos empreendimentos.	Faltou a concepção filosófica da sociedade que queremos.
Para nos contrapor ao modo-de-produção estabelecido necessitamos e já estamos construindo uma nova sociedade com uma outra economia, baseada na reciprocidade sem divisão de classe, sem acumulação. Nesta perspectiva mudar ou criar a partir das diversidades culturais. A educação que seja inerente as comunidades ou grupos humanos valorizando o acúmulo dos saberes, a linguagem com seus significados, sua arte enfim a cultura. Pois sabemos que a cultura não é estática e sim esta sempre em movimento. Neste sentido, estabelecer uma identidade para a educação da economia solidária. Sabemos que o capitalismo esta em crise, mas quando ele volta da crise vem mais forte com novas técnicas. Enfim, aprender que devemos fortalecer o movimento de economia solidária e estabelecer relações com outros movimentos e também incluir na educação formal a economia solidária.	Faltou tempo para a discussão.
Notamos muitos dissensos. Devemos praticar a solidariedade coletiva e praticar os princípios da ES (solidariedade, união, trabalho conjunto, etc.).	Faltou os acúmulos e as contribuições regionais.
Culturalmente solidária, economicamente justa e ambientalmente equilibrada.	Sonhar e escrever o como.
Relações sociais justas e emancipatórias com relações econômicas sustentáveis e territorializadas.	Apontar e evidenciar com mais clareza e ênfase os princípios do movimento, as bandeiras e alianças.
Efetivadas políticas públicas de Estado, garantindo a produção, a comercialização e a distribuição de produtos e serviços da economia solidária.	A importância de incluir os nossos sonhos e utopias no projeto de sociedade que queremos.

Fonte: elaborado a partir dos textos escritos pelos/as participantes do evento.

QUADRO 3 – A EDUCAÇÃO QUE QUEREMOS

ACÚMULOS	AUSÊNCIAS
Avançamos na conversa sobre a organização de nosso ppp (ou uma escola?).	Análise das demandas dos grupos em termos de assessoria.
Importante o debate em plenária sobre as diferentes concepções que temos acerca dos grandes temas da educação em economia solidária	Amadurecer mais a relação entre assessoria, formação, formação específica, analisar mais as dimensões da assessoria necessária, como vamos viabilizar / organizar isso.
A caminhada do movimento vem construindo uma educação libertadora, igualitária no fazer/fazendo juntos, aprender/aprendendo juntos, mas ainda não conseguimos chegar a uma definição.	Pensar mais sobre as relações entre cultura e formações em economia solidária.
Os temas abordados foram de suma importância e contribuiu para o nosso conhecimento de aprendizagem nesse novo modelo de educação para a economia solidária. Saímos daqui com o compromisso de socializar em nosso Estado.	Analisar/avaliar qual a capacidade de resposta dos coletivos – as demandas do movimento, dos empreendimentos, quais e como suprir as lacunas?
Participativa, de linguagem de fácil entendimento, mas sem deixar de partilhar termos científicos e que haja uma ampliação do vocabulário.	Uma educação multidisciplinar, com diálogo com a produção econômica e com ambientes não formais.
Criação de uma escola para a Economia Solidária.	Debater mais sobre identidade e expressões de solidariedade, ainda restam dúvida...
Pedagogia da autogestão na perspectiva da educação popular; educador/a (papel e identidade); educação (formação e assessoria técnica e política) e afinamos concepções e termos.	Faltou articular as ações a partir dos fóruns. Faltou desenhar as grandes linhas do tipo de educação que queremos.
Destaques: ênfase no território; autogestão em suas dimensões mais amplas (filosófica, produtiva, etc); ocupação dos espaços acadêmicos; investir na parceria com outros movimentos sociais.	A participação de outros movimentos sociais.
Contextualizada, engajada, comprometida com os princípios norteadores de desenvolvimento equilibrado, complexo, integrada, intensa e radical.	Organizar um momento para que as pessoas possam conhecer a cidade do evento – isso também é educação e cultura.
Contextualizada e a partir das experiências.	Não ficou claro qual a educação para a economia solidária.
É um direito dos trabalhadores	Faltou dizer o projeto político.
Processo formativos contínuos, pautados nas práticas e contextualizadas nos territórios, nos locais em que ocorrem.	Não ficou claro o que nos identifica enquanto movimento
Afirmção de que toda formação dentro do movimento deve ser política, o que inclui a assessoria técnica também.	Saímos sem algo consistente e falta um pouco mais de encaminhamento.
Precisa estar organizada em Rede	Discutir como percebemos a escola, a

	escolaridade e a relação com a economia solidária.
Tratar outras identidades: raça/etnia e gênero.	Não avançamos nas estratégias, ações e práticas.
Avançar em projetos para a juventude.	Multidisciplinar e que dialogue com a produção econômica e com o meio ambiente.
Na perspectiva da pedagogia da alternância e que valorize os saberes e os conhecimentos dos sujeitos da economia solidária.	Ideias-força contemplando os acúmulos e propostas.
Que trabalhe os valores e princípios do cooperativismo, da solidariedade e autogestão.	Faltou a forma de implementação.

Fonte: elaborado a partir dos textos escritos pelos/as participantes do evento.

7.2 - MAPA DOS/AS EDUCADORES/AS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Foi realizada a apresentação do *Mapa dos/as Educadores/as da Economia Solidária*, elaborado pelo empreendimento EITA a partir das informações fornecidas pelos Centros de Formação Regionais de Economia Solidária.

Rosana (CFES/DF)- *Em 2008, o movimento elaborou o que esperava da Rede de Formadores. Neste processo do CFES conseguimos dar conta de algumas questões e de outras não. Uma das solicitações foi um banco de dados. Apresentarei o que elaboramos neste sentido, a partir das fichas de inscrição enviadas para cada um dos centros de formação. Uma das questões que apareceram neste processo de construção do Mapa foi o envio de fichas cujo nome do educador não estava presente na lista dos estados. No total, dez estados enviaram as fichas de seus educadores/as. A página atual do Mapa esta hospedada, provisoriamente neste link, mas depois ela ficará na página do FBES. A logo foi uma proposta do EITA e temos que discutir se ela nos representa, são bonecos, cada um de uma cor e cada cor representa algo. Não é possível pessoas de fora se inscrevem, é fundamental estarem inseridos nos coletivos estaduais. O que chamou atenção foi a diversidade das formas de organização, como coletivos, redes e núcleos, além da diversidade das dinâmicas tanto regionais quanto estaduais e alguns estão com ações de preparação para a V Plenária. A relação com os Fóruns Locais de Economia Solidária também é diversificada, em alguns locais há GTs de Educação dos Fóruns, em outros essa dinâmica é conjunta com a Rede de Educadores e em outros as atividades acontecem paralelamente. A forma de comunicação é feita de duas formas, presencial e virtualmente - via listas de discussões. Quanto à forma de atuação, há animadores regionais, outros nos estados. Há alguns que já se reconhecem como Rede Regional, caso da região Sudeste, o Centro-oeste já elaborou uma carta de princípios e também estão se reconhecendo como rede. As demais regiões estão com dinâmicas nos estados. O que fica muito evidente é a relação muito estreita em alguns casos com o projeto CFES. Neste sentido, uma*

questão importante é nos perguntarmos como será depois do projeto, principalmente com relação à sustentabilidade. Seria possível uma conversa nacional de elaboração de proposta conjunta enquanto rede? Uma outra questão importante seria a dinâmica de reconhecimento de novos educadores nos estados e como fica a relação com os Fóruns? Como a rede de formadores se gestiona? Terá, ou não, uma coordenação? Em 2007, durante a II Oficina Nacional de Economia Solidária foi deliberado que o GT do FBES coordenaria a Rede de Formadores.

Questões a serem discutidas:

- a) A logo sugerida pelo EITA representa a Rede de Formadores?
- b) Como ficará a Rede de Formadores após a finalização do projeto CFES?
- c) Como se dará a sustentabilidade das dinâmicas locais e regionais após o término do projeto?
- d) Como será a relação entre a Rede de Formadores e os Fóruns Locais?
- e) Como será o processo de inserção de novos educadores na Rede?
- f) A Rede será coordenada pelo GT de Educação do FBES? Como se dará essa relação?

7.3 - ESTRATÉGIA POR REGIÃO

Para a elaboração das estratégias foram organizados debates em grupo e por cada uma das regiões. O debate foi orientado a partir das seguintes questões:

- 1) Acesso dos empreendimentos à formação e assessoria técnica;
- 2) Formação de educadoras-es: percurso, ferramentas, articulação com educação formal, etc;
- 3) Articulação das/os educadoras-es: a viabilidade e necessidade de constituição/ consolidação de um campo/ rede, participantes, coordenação, ações (foco no território, ações – autônomas e políticas públicas (incidência, controle social e implementação), relação com o fórum e com outros movimentos, sustentabilidade.

7.3.1 - CFES Nordeste

1) Acesso dos empreendimentos à formação e assessoria técnica

- **Bahia** - ocorre quando alguma entidade realiza a formação; os centros

públicos que não considera uma formação mas uma ação. São as entidades que tem atuado junto aos empreendimentos nos territórios, mas de modo pontual e não articulado. O SEBRAE é uma referência de formação e as incubadoras estão sendo solicitadas para resolver problemas pontuais e para fazer incubação. Não estamos apenas em busca de uma formação permanente, mas também holística. O coletivo, embora tenha muitas pessoas de entidades, não tem ainda uma ação organizada de formação junto aos empreendimentos.

- **Rio Grande do Norte** – a formação ocorre através das instituições de fomento e programas governamentais. A formação realizada através do projeto CFES garantiu formação a empreendimentos e tem priorizado empreendimentos que não tinham acesso a assessoria técnica. No estado há três grandes articulações de instituições, cooperativas e programas: a ASA, a Rede Pardal - instituições de assistência técnica e a Rede Xique-Xique, e o CF-8 formação feminista;
- **Ceará** – Entidades de apoio, o projeto CFES e os programas governamentais tem oferecido formação para empreendimentos. A formação em rede vem sendo trabalhada desde a construção da Rede Cearense. Temos várias entidades a FETRAECE, que trabalha com agricultoras e agricultores, o Palmas e o Ceará Periferia. A formação existe nos espaços de atuação das mesmas. Existe uma dificuldade de acesso a formação técnica e tecnológica. A formação dos formadores (pedagogia, sociologia) não dá conta de necessidades mais técnicas e tecnológicas dos empreendimentos e esses acabam repensando suas produções devido a ausência de assistência. A formação política em alguns espaços está dentro do processo de formação técnica e assessoria.
- **Piauí** – No estado não existe assistência técnica e a necessidade dos empreendimentos é profunda. O que tem acontecido, através do projeto CFES, é uma formação tendo as ONGs realizado o papel de identificação de quem precisa de formação. Os empreendimentos não tem demandado, mas chamados a realizar formação;

- **Sergipe** – A assessoria técnica que havia se afastou do Fórum e é raro a assessoria ser feita aos empreendimentos. Existe uma resistência dos empreendimentos em participar das atividades de formação, em razão das dificuldades de paralisar suas atividades produtivas. Fazer formação nos locais facilitaria? A formação continuada é uma necessidade e falta uma assessoria que não seja uma ação de assistência, mas sim de acompanhamento contínuo aos empreendimentos;
- **Pernambuco** – o chamada para a formação do projeto CFES tem-se dado através do fórum, assim como há outros projetos e instituições governamentais como as Incubadoras, entidades de apoio como a Cáritas que hoje tem se afastado e isso tem significado uma diminuição do acesso a assessoria técnica. A aproximação dos fóruns e de algumas instituições e entidades é que tem permitido a formação para alguns empreendimentos. Os projetos das entidades não são necessariamente os projetos do movimento ou estão a disposição, quanto a participação, do movimento. Por que nossos empreendimentos ainda vão buscar a assessoria no SEBRAE Temos experiências de formação através de redes sindicais, experiências de autonomia e autogestão de trabalhadores dos empreendimentos que tem recusado algumas assessorias, como a fornecida por espaços institucionais;
- **Alagoas** – existe o espaço de formadores/as organizados a partir da política do CFES que tem ajudado na identificação de empreendimentos e entidades. Há uma demanda muito grande, mas não há uma estrutura para a formação.

2) Formação de educadoras-es: percurso, ferramentas, articulação com educação formal, etc

- **Bahia** – inicialmente havia a expectativa de que o CFES iria capacitar pessoas que atuariam em entidades e fariam repasse nos estados;
- **Piauí** – Em nosso estado também havia a expectativa de um curso apresentado pela universidade para formação de formadoras/es; temos o CFES como espaço de formação de educadoras/es no estado;
- **Pernambuco** - como vamos promover a nossa formação para além das

políticas públicas? A partir de nossos referenciais é preciso pensar a formação de educadoras/es;

- **Sergipe** – ocorre o que é recorrente em todos os estados;
- **Ceará** – no processo de organização da Rede pensamos em organizar grupos de trabalho dentro da rede e fomos buscar outros formadores em outros espaços de organização formativa. A identificação do GT com o único responsável pelas mais diversas ações formativas e a importância dos espaços de formação criados regional e localmente ampliaram a participação de outras/os formadores. Esses formadores/as já existiam antes do CFES e podemos ver no espaço pessoas que vinham de outras caminhadas (CEBS, por exemplo), assim como pesquisadores que vieram ‘pesquisar’ e alguns foram conquistados no processo;
- **Rio Grande do Norte** – houveram dificuldades em identificar os formadores/as, mesmo com processos de formação anteriores ao CFES, como no campo da agroecologia e feminismo, ocorrido através de intercâmbios realizados já em outros espaços. Foram constituídos núcleos no estado, de formação e de gestão. O CFES veio ampliar esta formação, envolvendo grupos, empreendimentos e pessoas que nunca participaram de um processo formativo mas, com a participação em algumas atividades de formação do CFES, reivindicam ser formador, mesmo muitos sem o perfil (fica a dúvida sobre quem indica). Por outro lado, muitos se aproximaram em razão dos recursos ficando a pergunta se quando não tiver recursos haverá organização de educadoras/es;
- Alagoas - dificuldade de uma articulação sistemática, não há um núcleo em Alagoas que reflita sua prática. Há formadores que dão cursos, mas falta um enraizamento na reflexão das experiências construídas, assim como muitas entidades trabalhando com a economia solidária, mas existe dificuldade em garantir a permanência da militância que tem origem em outros movimentos como a RECID e a Cáritas.

Importante ressaltar:

- A importância do diálogo permanente do coletivo com os fóruns de

economia solidaria;

- Pedagogia do movimento - expectativa de aprender com professoras/es e de repente experimentou um processo de construção coletiva do conhecimento;
- Cursos como espaço de multiplicação de multiplicadores;
- Reforçar a busca de elaboração coletivas do conhecimento e não a perspectiva instrumental da compreensão dos espaços de formação, como os instrumentos, as apostilas e manuais;
- É preciso reforçar o compromisso dos educadores/as, assim como discussão de que o movimento ainda está acumulando em sua formulação nos diversos aspectos da educação.

3) Articulação das/os educadores-as: a viabilidade e necessidade de constituição/ consolidação de um campo/ rede, participantes, coordenação, ações (foco no território, ações – autônomas e políticas públicas (incidência, controle social e implementação), relação com o fórum e com outros movimentos, sustentabilidade.

- **Piauí** – está com uma dinâmica mais autônoma e uma relação mais sistemática com outros movimentos sociais;
- **Bahia** – o coletivo de formadores só tem razão de existir se articulado com os fóruns, não é um processo de subordinação, mas de cooperação que possa garantir a ação formativa do movimento. As definições dos caminhos da política tem que partir por dentro do movimento;
- **Rio Grande do Norte** – se o coletivo tiver que ter continuidade, já possui uma dinâmica própria. Mesmo sem recursos já existe uma compreensão deste espaço como um lugar de militância (sustentabilidade). As pessoas que integram a Rede também estão nos espaços do fórum e as atividades formativas do CFES trouxeram novos militantes para o fórum. Avaliamos que a política pública fortaleceu o movimento ao trazer novas pessoas para o movimento;
- **Ceará** - É difícil ver o espaço de forma apartada da Rede Cearense, o espaço se tornou uma ampliação do GT de Formação;

- **Pernambuco** - Fizemos o resgate do FBES quanto ao papel da rede, pois parte das pessoas não tinham no seu horizonte a organização/articulação de coletivos de formadoras/es e a compreensão os espaços como CFES em lugar do Fórum. Resgatamos o sentido de uma rede e que de um coletivo não se origina na política pública, mas no movimento. A sustentabilidade depende da realidade de garantir recursos que hoje existem em razão da política pública. É necessário uma sintonia estrutural com o movimento de economia solidária e para fora, com outros movimentos sociais e que dialogue com outras políticas públicas. O espaço da educação proporciona a possibilidade de articulação com outros espaços e bandeiras.

7.3.2 - CFES Norte

1) Acesso dos empreendimentos à formação e assessoria técnica

- De um lado temos que fazer o levantamento do que se tem de atividades a serem realizadas e quais as que estão sendo demandadas;
- Trabalho conjunto entre o fórum e os projetos.

2) Formação de educadoras-es: percurso, ferramentas, articulação com educação formal

- Ainda temos muito o que discutir;
- Partindo das discussões do fórum, que se observa como uma verdadeira escola de formação em economia solidária;
- A primeira dificuldade é a metodologia;
- Deve perpassar por momentos presenciais de participação, alternância, imersão, troca de saberes – desses momentos é que emergem as demandas para as futuras tecnologias sociais;
- Estão se organizando a partir dos GTs;
- Uma das pautas, é a articulação com a SEDUC;
- Os projetos passam a ser ferramentas a serem utilizadas junto as incubadoras e aos fóruns;

- Foi realizado um mapeamento para a inserção dos empreendimentos aos núcleos;
- É preciso que se elabore uma ferramenta que possibilite as pessoas a saberem que existe um coletivo;
- Cada coletivo local precisa saber quais as demandas existentes em seu local;
- A ES precisa estar presente na educação formal desde o ensino fundamental.

3) Articulação das/os educadores-as: a viabilidade e necessidade de constituição/ consolidação de um campo/ rede, participantes, coordenação, ações (foco no território, ações – autônomas e políticas públicas (incidência, controle social e implementação), relação com o fórum e com outros movimentos, sustentabilidade.

- Uma das preocupações é a criação de uma Rede de Educadores que venha a se tornar paralela aos fóruns, e que venha a ocorrer disputas por espaços políticos;
- Temos identidade e a partir dessa identidade é que devemos criar os critérios para a participação na rede;
- Os fóruns precisam se abrir para agregar mais pessoas e nesse processo há conflitos – o que é natural;
- Importante agregar quem esteja interessado em difundir a economia solidária, mas é preciso que haja critérios;
- A Rede de formadores deve estar dentro do Fórum e com o GT coordenando;
- Articulação com outros projetos e outros programas, com o projeto CFES ou sem o projeto CFES;
- Temos que inserir técnicos, nem sempre os empreendimentos conseguem replicar;
- Tentativa de inserir gestores e técnicos;
- Não constituímos uma rede ainda, o CFES ajudou um pouco, temos um coletivo mais ou menos constituído;
- Articulação com a SRTE;
- Além do grupo de estudo, deveria ser criado uma Escola de Formação para a

economia solidária;

- As vivências nos espaços dos Fóruns precisam ser valorizadas, pois trata-se de uma vivência que gera aprendizado;
- A formação tem que ser com os empreendimentos;
- O projeto CFES começou equivocado, marcado por um pensamento cartesiano – percurso definido, carga horária, metas, etc;
- A falta de sucesso econômico compromete o empreendimento e derruba as formações;
- Temos que ver o trabalho em seu conjunto, o todo, e não pedaços desse processo como ocorre;
- Para se educador/a a perspectiva militante é fundamental.

7.3.3 - CFES Sudeste

1) Acesso dos empreendimentos à formação e assessoria técnica

- Inclusão da demanda dos EES nos projetos elaborados pelas entidades;
- É importante garantir a formação técnica junto com a formação política. Podemos fazer intercâmbios (entre entidades e EES) para a questão da assessoria e também oficinas conjuntas e estágios de pessoas nas entidades;
- Fazer um mapeamento da demanda e da oferta e ajudar a articular com parceiros as demandas de formações específicas;
- É preciso aprimorar as tecnologias existentes, inclusive usando as universidades e outras estruturas públicas e privadas para isso e temos que cobrar isso, porque é uma demanda forte dos EES para melhorar o seu trabalho e ter mais acesso ao mercado;
- Há EES que desenvolveram ferramentas de gestão voltado às suas necessidades. Nem sempre estas ferramentas existem, mas temos que buscar as já existentes, onde estão e se não tiver definir quem topa o desafio de desenvolver novas ferramentas necessárias;
- Ter um documento (Projeto Político-Pedagógico) de referência para as educadoras e educadores da Região Sudeste;
- Contribuir para desenvolver e propagar tecnologias sociais, potencializar os

EES com linguagens adequadas, considerando as sistematizações realizadas pela rede.

2) Formação de educadoras-es: percurso, ferramentas, articulação com educação formal

- Fortalecer a formação de formadores, a partir do planejamento e execução de atividades de formação política e multiplicação de formadores, de forma prática, inovadora, contínua e integrada;
- Elaborar subsídios e materiais pedagógicos para atividades formativas;
- Articular e fortalecer grupos de formadores(as) locais regional/estadual/nacional;
- Difundir os saberes, práticas e experiências para a promoção do conhecimento;
- Difundir e resguardar os princípios da economia solidária;
- Promover e incentivar a sistematização de experiências em economia solidária e a construção coletiva de conhecimento;
- Contribuir para a construção de um projeto popular para o Brasil, articulando com os movimentos sociais e envolvendo a sociedade como um todo;
- Constituir-se como referência na formação em economia solidária.

Percursos:

- O que já foi feito está sistematizado nas publicações do projeto;
- Temos que discutir com a rede como será daqui para a frente, indicativo de discutir no encontro do SE em MG de 20 a 22/julho;

Ferramentas:

- Criar GT de comunicação interna e externa. Pensar em um material de apresentação da rede;
- Fazer um plano de Ação para ser implementado.

Articulação com educação formal e articulação dos-as educadores;

- Reconhecimento e priorização das educadoras e educadores da rede para as atividades formativas de Economia Solidária;

- Há uma pessoa responsável pela comunicação em cada estado da região: SP(Denis); RJ (Olinéia), MG (x), ES (Tide);
- Criar e-grupos através do Cirandas, contemplando todas educadoras e educadores do Sudeste, indicando suas respectivas habilidades;
- Atuar a partir de coletivos, GTs Temáticos;
- Estimular a conexão entre Redes da Economia Solidária.
- Identificar e articular as ações fragmentadas de formação em Economia Solidária.
- Utilizar o Cirandas como um dos meios de comunicação da rede para mapear os educadores e educadoras inseridos na Rede;
- Temos uma lacuna em pensar articulação política da rede;
- Viabilidade e necessidades de constituição/consolidação de um campo/rede;
- Estruturar ou criar as redes estaduais e educadores e educadoras;
- Criar o e-grupo e comunidade como meio de comunicação da Rede;
- Mapear educadores e educadoras na Região Sudeste;
- Criar Grupos Temáticos de Estudos: 1) Autogestão; 2) Sustentabilidade: produção, comercialização, comércio justo e logística solidária; 3) Consumo consciente; 4) Marco Legal; 5) Educação popular; 6) Finanças Solidárias: bancos comunitários, fundos e cooperativismo de crédito; 7) Sistematização 8) PPP; 9) Gênero e 10) Raça/etnia.
- Criar logomarca para a Rede;
- Criar informativo eletrônico para ser distribuído para aqueles e aquelas educadoras com dificuldades de acesso à internet;
- Alimentar o cirandas.net constantemente sobre ações formativas/informativas dos educadores e educadoras da Rede;
- Fazer conferências virtuais periodicamente;
- Promover encontros presenciais periodicamente;
- Distribuir o Almanaque/PPP prioritariamente para os membros da Rede Sudeste;
- Apresentar o projeto da Rede nos espaços de atuação dos educadores e educadoras; Constituir um grupo articulador/animador da Rede na Região

Sudeste a partir dos(as) animadores(as) estaduais;

- Elaborar projetos para financiamento de ações formativas;
- Reivindicar parceria na elaboração dos editais governamentais de formação em Economia Solidária;
- Articular com o governo federal para que editais de formação em Economia Solidária tenham na Rede um importante articulador;
- Ver com os estados contemplados nos editais da SENAES e outros projetos possibilidade de inserir a rede de formadores.

Participantes e coordenação

- Precisamos debater a relação do GT com a rede de formadores para que as relações não sejam “truncadas”. Esta coordenação não precisa ter o papel de coordenar, mas sim de mobilizar e articular Ações da rede.
- O GT tem que funcionar junto com a rede. Não podemos ter 2 estruturas/grupos separados;
- Descentralizada (municipal, regional, estadual e nacional);
- Horizontal e colegiada;
- Organização por meio de Comissões Temáticas;
- GT Educação e Cultura – FBES;
- Rede Nacional de Educadores e Educadoras Rede Regional Sudeste (animada por representantes estaduais);
- Coletivos Estaduais (ponte entre o estado e o CFES-SE);
- Coletivos locais e territoriais (em fase de organização);

Composição

- Militantes do Movimento de Economia Solidária que atuam com formação, organizados em coletivos que trabalhem com a temática e/ou fóruns de Economia Solidária.

Relação com o fórum e com outros movimentos

- Fortalecer os fóruns como estrutura de organização e formação do movimento da Economia Solidária;

- A Rede deve integrar-se aos fóruns: municipais, regionais, estaduais e brasileiro;
- Articular as ações de formação com o movimento social, ONGs, poder público, igrejas, universidades.

Sustentabilidade

- Criamos um Fundo da rede com o recurso da remuneração do relatório do curso (R\$ 1.300,00);
- Temos que criar formas de ampliar e manter este fundo;
- Buscar recursos públicos e privados para financiamento das ações da Rede, através de projetos;
- Estabelecer parcerias com universidades, poder público e ONGs;
- Pleitear política pública de constituição de fundos para a formação em economia solidária;
- Criação de um fundo regional pelos membros da rede;
- Buscar garantir fundos solidários para formação.

Ações fundamentadas no território: movimento e políticas públicas (incidência, controle, social e implementação):

- Não houve tempo de aprofundamento deste debate.

Questões para debate na rede sudeste:

- Podemos interferir nos editais públicos, vamos fazer este movimento de articulação política?
- A estratégia depende das alianças políticas existentes;
- Quem são as entidades que vão acessar estes recursos? A rede vai ter poder de influência sobre isso?

7.3.4 - CFES Centro-Oeste

1) Acesso dos empreendimentos à formação e assessoria técnica

- A formação na região Centro-oeste acontece de varias formas: pelo CFES,

ações dos Bancos Comunitários, dos Fundos Solidários;

- Há um grande numero de empreendimentos, mas é difícil atingir todos;
- A ATER na região não acontece na perspectiva de economia solidaria e muitas assessorias são são pontuais;
- Outros espaços de formação existentes: a Recid (formação política), a Central de de Comercialização, que também faz formação, as incubadoras, como a Católica e a UNB (DF) e a Católica de Goiás, além das universidades UEMS, UFMS e a UNEMT.

2) Formação de educadoras-es: percurso, ferramentas, articulação com educação formal, etc

- Percurso formativo: retomamos o trabalho feito ano passado e o território como espaço de trabalho;
- Ferramentas: rede e outras estratégias;
- Articulação – temos a proposta da Rede – carta elaborada ano passado (Anexo M)

3) Articulação das-os educadores-as: a viabilidade e necessidade de constituição/ consolidação de um campo/ rede, participantes, coordenação, ações (foco no território, ações – autônomas e políticas públicas (incidência, controle social e implementação), relação com o fórum e com outros movimentos, sustentabilidade.

- A rede seria para além dos fóruns – para outros que já estão organizados em Fóruns como a EJA;
- A Gestão da Rede será colegiada com a pedagogia da autogestão em todas as dimensões do trabalho.

7.3.5 - CFES Sul

1) Acesso dos empreendimentos à formação e assessoria técnica

- **Santa Catarina** – A formação ocorre ou em função da política pública, ou sem estar vinculado a um recurso público nos espaços do Fórum, como também durante os espaços das Feiras (Estadual e Municipal). Há entidades que também fazem assessoria, mas pouco se chega até os empreendimentos. Há ausência de assessoria técnica e formação e muitas são pensadas sem a participação dos empreendimentos que, na maioria das vezes, não se envolvem no planejamento das atividades formativas. Quanto à universidade, existe um preconceito com relação a essa. Em muitos casos, a incubação a certos empreendimentos não avança.
- **Paraná** - Os empreendimentos tem acesso a formação pelo SEBRAE, Emater e Cáritas.
- **Rio Grande do Sul** - Assessoria da Copisal e da Unisol. As demandas são específicas, como para a agricultura familiar. Algumas entidades conseguem avançar para um trabalho mais técnico, outras são feitas por entidades que não tem articulação com a economia solidária. Existem várias organizações com recursos para se trabalhar formação, mas é preciso articulá-las.

2) Formação de educadoras-es: percurso, ferramentas, articulação com educação formal, etc

- **Santa Catarina** – Quanto à formação de educadores, começamos com o CFES, mas existe a necessidade de se organizar e construir as atividades dos educadores a partir das demandas dos empreendimentos. Ainda não está incorporado a questão do percurso formativo e há experiências a serem sistematizadas. Faltam ferramentas, há ferramentas anteriores que precisam passar por um processo de aperfeiçoamento para serem utilizadas na economia solidária. Quanto à educação formal não existe diálogo com o 1º e 2º grau. Na campanha da Fraternidade (falar para o ensino médio e realizar formação para professores).
- **Rio Grande do Sul** – Há uma interação muito grande com as cooperativas de recicladores. Seria importante que os recicladores fossem às escolas. E, em muitos casos, esses não são vistos como economia solidária. É preciso falar para o ensino médio, a EJA e as escolas do ensino básico. É preciso que

o Fórum tenha uma intervenção junto às escolas. Todos os Colégios Marista prestam assessoria aos projetos. Quanto à universidade, as ações são de alguns professores, como nos espaços das Feiras, e não uma política da universidade. A relação com o ensino médio e fundamental é muito frágil;

- **Paraná** - Deveria ter uma formação para os educadores.

3) Articulação das/os educadores-as: a viabilidade e necessidade de constituição/ consolidação de um campo/ rede, participantes, coordenação, ações (foco no território, ações – autônomas e políticas públicas (incidência, controle social e implementação), relação com o fórum e com outros movimentos, sustentabilidade.

- **Santa Catarina** – Funcionado com precariedade. As ações são feitas, mas não são socializadas, falta comprometimento e muitas ocorrem sem a articulação necessária. A relação Fórum e Coletivo: é importante que o Coletivo entenda que o Projeto se deu no interior do Fórum. O CFES foi um espaço que propiciou novas incorporações e demos uma guinada nos fóruns, realizando reuniões a cada dois meses. Havia muito desentendimentos, mas hoje as reuniões do Fórum é diferente, pois conseguimos criar um ambiente favorável com metodologia para cada um dos espaços, o que demonstra organização. Mas, há ainda uma sobrecarga das lideranças e disputa política dentro do fórum. Quanto a Rede, só participa quem já participou das atividades do CFES, mas cada estado vai construindo sua própria dinâmica. Quem é que vai alimentar e estimular? Deveria ter um GT no fórum.
- **Rio Grande do Sul** – Muitas pessoas que estão no coletivo e núcleos vieram ou passaram pelo Fórum. As atividades e ações ainda são muito isoladas. O processo ainda está verticalizado e que está fora se articula dentro do Fórum. Há muitas disputas de concepções. Não existe esta identidade de coletivo CFES. Não há identidade de formador, mesmo passando por formação, mas se acham aptos para multiplicar. Quanto a relação com os fóruns, é difícil dizer que há em cada fórum pessoas que possam deflagrar um processo regional. A articulação dos educadores é um processo de formação mais aprofundado. A questão econômica é complicada, pois existe

certa falta de transparência, a gestão é mais tranquila e ocorre partilhada. O extremo sul não está articulado com a economia solidária. Pessoas do Sul estão participando do fórum, o que já é um ganho, a UNESCO tem um núcleo e fizeram uma feira “Feira sustentável”, “Feira de Torres”, mas não existe um fórum e uma regional está sendo criada. Laguna está bem desorganizado e Planalto Norte não consegue se organizar. As universidades e as três ITCPs estão participando e colaborado bastante com os fóruns, a Vale dos Sinos é bem atuante.

7.4 - INDICAÇÕES DAS REGIÕES PARA A V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Região Sul - Titular: Sabino (PR) / Suplente: Tatiana (RS).
- Região Sudeste - Mariana (SP) / Suplente: não elegeram.
- Região Nordeste - Alzira (PE) / Suplente: ainda vão eleger.
- Região Amazônica - ?
- Região Centro-Oeste – Rosângela (MT) / Suplente: ainda vão eleger.

7.5 - INDICAÇÕES DAS REGIÕES PARA A COMPOSIÇÃO DO GT DE EDUCAÇÃO DO FBES

- Região Sul – Titular: Katiucia / Suplente: Lorena.
- Região Sudeste: Titular: Índio / Suplente: Robson.
- Região Nordeste: Titular Ana Lúcia / Suplente: Andréa
- Região Amazônica: Titular: Arroyo / Suplente: Paula
- Região Centro-Oeste: Titular: Deusdete / Suplente: a região ainda elegerá.

7. 6 - INFORMES SENAES

Valmor (SENAES) - *reforçou a importância do seminário e que acompanhou muitos momentos pela internet e que gostaria de fazer alguns informes importantes.*

7.6.1 - Mudança de ministro no MTE

- Passado o processo de transição com a mudança do ministro do MTE, uma transição que está terminando agora e trouxe alterações. Do ponto de vista da SENAES, houve uma recomposição da equipe quanto à sua direção e este processo está terminado. Vamos lançar os editais de chamadas nacionais. Sempre defendemos a possibilidade de repasse direto de recursos para a sociedade civil e, a princípio, poderemos continuar fazendo esse repasse, mas há algumas reformulações;

7.6.2 - Nova regulação das cooperativas de trabalho

- Estamos em um momento significativo para o nosso movimento. Começamos o debate em 2004 e semana passada o Congresso Nacional aprovou uma nova ementa que regulamenta as Cooperativas de Trabalho. Esse processo tem o dedo do GT de Marco Legal que integramos. A ementa tem propostas controversas, mas está presente a ideia dessas cooperativas existirem sem a perseguição do Ministério Público e a de participarem de licitações, além da alteração do número de sócios. Ao mesmo tempo, as cooperativas precisam garantir algumas condições mínimas para os cooperados, o ponto mais polêmico. Além disso, foi criado um programa.

7.6.3 - Orçamento da União para 2013

- A situação está difícil. Com a crise do sistema capitalista, especialmente na Europa, cada vez mais os impactado serão sentidos no Brasil, o que quer dizer restrições orçamentarias, pois a nossa economia não vai crescer tanto. O Programa Brasil Sem Miséria não tem restrição ou corte orçamentário, mas os demais sim.

7.6.4 - Conselho Nacional de Economia Solidária

- A última reunião do conselho aconteceu semana passada em Brasília e o

conselho aprovou: 1) abertura de reorganização do conselho passa para o segundo semestre com uma nova reunião em novembro; b) coloca em prática uma das deliberações da II CNES quanto à composição do Conselho Nacional: 50% de EES, 25% de Entidades e 25% de integrantes do governo; c) aprovou uma agenda transversal das políticas existentes de ES no governo; d) aprovou a proposição proposta por esse coletivo aqui presente: que o Termo de Referência seja o documento que oriente todas as políticas de educação e do CETEFAT.

7.6.5 - Centro de Formação em Economia Solidária

- Estamos concluindo um ciclo do CFES com a realização das últimas agendas dessa etapa. Faremos uma nova chamada pública. No final de agosto faremos um seminário com todos os parceiros da SENAES que estão desenvolvendo ações de economia solidária. Serão aproximadamente 180 pessoas. Há duas concepções muito fortes nesse processo: ações integradas e com uma abordagem territorial. Verificamos que 80% do recurso da SENAES envolve assessoria e assistência técnica. Como organizar esse processo de formação?

7.6.6 - Diálogo para dentro do governo federal sobre educação

- Estamos promovendo um diálogo para dentro do governo federal sobre educação, junto ao MEC sobre EJA e o PRONATEC, o último ponto muito difícil o diálogo com o MEC, além do Programa Mulheres Mil, que envolve 20 mil mulheres, o Programa de Extensão Universitária – PROEXT. Além de outra agenda com a Secretaria Geral da presidência, a RECID que está elaborando uma política *para e da* educação popular. A questão colocada é aproximar as duas redes: a Rede de Educadores de Economia Solidária e a RECID. É preciso juntar esforços. Como podem dialogar e construir juntas?

7.6.7 - Mapeamento Nacional de Economia Solidária

- Conseguimos desbloquear os recursos e a região sudeste e centro-oeste reiniciar o mapeamento. O apelo que faço é que possamos contribuir nos

Comitês Estaduais. Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a UFMS está coordenando; em Goiás já está sendo implementado, o Nordeste precisa finalizar e a região Sudeste está sendo coordenado pela Universidade Federal de São João Del Rei.

7.7 - ENCERRAMENTO

*“Cirandeiro, cirandeiro ó
Rede e solidariedade, não se faz de uma mão só!
Vou construindo uma rede solidária
Que vive o sonho de uma vida melhor!
A rede cresce no sonho da liberdade
Que une nossas utopias, vidas, mãos e corações!
Essa ciranda não é minha só, ela de todos nós, ela é de todos nós!
A utopia é que nos uniu, para viver e cantar o sonho em uma só voz.
Para esta ciranda,
Juntamos mãos com mãos.
Unimos sonhos e vida,
Na força da ação.”*

O encerramento do seminário ocorreu por volta das 17h00 do dia 12 de junho. Em círculo, os/as participantes foram convidados a se abraçarem refletindo sobre o que foi o encontro e o que irão levar para as suas localidades.



8 - REGISTROS E IMAGENS

Fotografias do encontro disponíveis no site do Centro de Nacional de Formação em Economia Solidária – CFES, no Cirandas.net (www.cirandas.net) em: <http://cirandas.net/cfes-nacional/plenaria-educacao-seminario-ppp>

9 – ANEXOS

ANEXO A – TEXTO DE ACÚMULO “AUTOGESTÃO E AUTONOMIA”

Elaboração Tatiana Hausen (RS)

ACÚMULOS EM TORNO DOS TEMAS 'AUTONOMIA E AUTOGESTÃO' (Carta de Princípios, II CONAES, IV e V Plenária)

Por Tatiana Hausen (RS)

CARTA DE PRINCÍPIOS DO FBES

(no tópico Finanças solidárias, nº 16) - A dimensão das finanças solidárias deve ser incorporada ao Projeto Fome Zero como um elemento fundamental a permitir a necessária vinculação entre as imprescindíveis políticas compensatórias e políticas estruturais, por trazer em sua concepção, além do acesso ao crédito, elementos decisivos a democratização da pequena produção, à consolidação do trabalho cooperativo, ao estímulo à **autogestão** e às formas diferenciadas de produção de riquezas voltadas ao interesse comum.

(no tópico Democratização do Conhecimento e Tecnologia, nº 7) Ampliar Fóruns de ciência e tecnologia para contemplar os desafios da **autogestão**.

(Pela construção de uma política da Economia Solidária num estado democrático) A Economia Solidária exige o respeito à **autonomia** dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.

(no tópico Finanças Solidárias, nº 7) Ampliar o repasse de fundos públicos para instituições de finanças solidárias/microfinanças, inclusive de crédito popular solidário, visando fomentar o desenvolvimento local com um sistema que assegure **autonomia** para os empreendimentos.

IV PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

(tópico 2.1.1. Conjunto de afirmações sobre o desenvolvimento que queremos

a) Solidariedade, sustentabilidade e **autogestão** representam transformação socioeconômica. / b) Nosso desenvolvimento tem como prioridades construir a economia solidária como força econômica, baseada na apropriação coletiva, na **autogestão**, na sustentabilidade e na radicalização democrática. / c) Caminhamos para a solidariedade, a sustentabilidade, a **autogestão**, o controle e a justiça social, cadeias e redes solidárias. / d) Queremos um desenvolvimento que favoreça a auto-organização e **autonomia** das/os trabalhadoras/es.

(palavras-chaves – educação, conhecimentos) Educação para a **autogestão**.

(p. 13) Dentre as formas de garantia, os sistemas participativos, por serem baseados na **autogestão**, envolvendo os vários elos (produtores/as, consumidores/as e comerciantes/distribuidores/as) contribuem para que o processo de certificação e criação de identidade da economia solidária aconteça por iniciativa e organização do próprio movimento de economia solidária de forma democrática e participativa.

(2.2.2. Orientações, p. 15) Que o FBES priorize a organização de Redes de produção – comércio consumo como forma de assegurar os preços justos com base na **autogestão**.

(Ações propostas, p. 19) Estimular a **autogestão** e a organização de agricultores familiares, em associações cooperativas, redes e sistemas produtivos para a comercialização e consumo.

(2.3 Formação – 2.3.1 Orientações)

a) A formação em economia solidária deve estar baseada na concepção da educação popular como processo de construção de conhecimento, promovendo a formação continuada dos/as educadores/as, baseada em pedagogias e metodologias emancipatórias voltadas para a **autogestão**, conforme tematizado na 2ª Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária. / b) A formação técnica deve promover **autonomia** e emancipação do/a trabalhador/a com vista a superar o trabalho alienado e a divisão sexual do trabalho, fortalecendo cada vez mais suas identidades e incluindo o aumento da escolarização dos/as trabalhadores/as em todos os níveis.

(2.3.3. ações) Desenvolver processos formativos levando em consideração a pedagogia da **autogestão**.

(descrição, condições e características, p. 28) Devem focar a **autogestão** para gerar cultura nessa dimensão.

(por esta razão, espera-se que este programa (...) p. 29) ajude a garantir a ampliação da economia solidária, o estabelecimento de uma proposta de sustentabilidade pedagógica e política, e que a **autogestão** seja a base nos processos de organização tanto da produção como da gestão. / O Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária deve contar com técnicos preparados para prestar assistência aos empreendimentos nas áreas de **autogestão**, administração e comercialização.

(2.5. Marcos legais, p.35) Na discussão sobre direitos econômicos se busca uma nova concepção para a natureza jurídica das cooperativas. Dentro da discussão sobre o marco jurídico é possível buscar uma lei geral que garanta a **autogestão** e a democracia. Economia solidária é um conceito que juridicamente e legalmente ainda não existe.

(quanto à gestão e funcionamento interno, p. 43) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real. A forma jurídica não é o mais fundamental, mas sim a **autogestão**.

(Descrição, condições e características, p. 20) Esta é uma bandeira que consiste em elaborar e estimular uso das moedas sociais, respeitando as culturas de cada local, considerando as moedas sociais como instrumentos para construção de alternativa de desenvolvimento que visa a revalorização da pessoa e a troca da lógica da escassez pela lógica da abundância e a **autonomia**.

(descrição, condições, características, p. 25) A gestão dos Centros Públicos deve ser exercida pelos atores da Economia Solidária, de forma autogestionária, garantindo uma relação de parceria com o Poder Público, com autonomia.

II CONAES – Documento Final

(introdução) A II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília nos dias 16 a 18 de junho de 2010, foi convocada para debater o tema: o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na **autogestão**, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento.

(introdução) O presente Documento Final contém os acúmulos construídos coletivamente na II CONAES, em um grande mutirão nacional que deve ser permanente para que as suas resoluções possam ser efetivadas em um futuro próximo, reconhecendo a economia solidária como direito dos trabalhadores(as) e como dever do Estado em fomentar e apoiar as formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na **autogestão**.

(Eixo I, I.I, nº 3, p.10) Como modo de produção, a economia solidária apresenta vantagens em relação ao capitalismo: a **autogestão** torna cada trabalhador(a) consciente do seu papel no todo em que atua; a inteligência coletiva de trabalhadores(as) está permanentemente a serviço do desenvolvimento do Empreendimento Econômico Solidário e de seus sócios e sócias - inclusive porque todos os ganhos de produtividade e resultados da realização do processo de produção são diretamente apropriados pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as) -; há uma necessária vinculação ao território em que a atividade econômica solidária está inserida, acarretando o respeito às especificidades e culturas regionais e ao meio-ambiente em que está inserida.

(1.4 Acúmulos da Economia Solidária como alternativa diante da crise, p. 14)

Seu desafio é o de projetar-se como paradigma e modelo de desenvolvimento que tem por fundamento um novo modo de “produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a **autogestão**, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos”

(1.4 Acúmulos da Economia Solidária como alternativa diante da crise, p. 15)

As empresas recuperadas em regime de **autogestão** demonstram garra, capacidade e coragem de trabalhadoras(es) para manutenção de seus postos de trabalho, ao assumir coletivamente os meios de produção e a gestão do processo produtivo.

(1.4 Acúmulos da Economia Solidária como alternativa diante da crise, p. 16) A criação da SENAES representa também um avanço rumo à consolidação de uma política Federal de apoio a um novo sistema econômico com base na **autogestão**. Desta forma, a economia solidária deixa de ser um movimento marginal da economia tradicional e passa a articular vários segmentos e exigir reconhecimento e apoio público, inclusive do poder legislativo, com a criação da Frente Parlamentar de Economia Solidária.

(Eixo II, nº 39, p.20) Na construção de um modelo de desenvolvimento, a Economia Solidária organiza a produção de bens e de serviços, o acesso e a construção do conhecimento, a distribuição, o consumo e o crédito, tendo por base os princípios da **autogestão**, da cooperação e da solidariedade, visando à gestão democrática e popular, à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, ao respeito aos ecossistemas e preservação ao meio ambiente, à valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes, em relação a: gênero, raça, etnia, território, idade e padrões de normalidade.

(Eixo II, nº 41) Ao reconhecer a existência deste sujeito social e das potencialidades emancipatórias da Economia Solidária é igualmente necessário reconhecer novos direitos de cidadania para as formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na **autogestão**, na sustentabilidade e na solidariedade.

(Eixo II, nº 48) O avanço recente da economia solidária no Brasil e no mundo também tem sido caracterizado pela capacidade de trabalhadores(as) recuperarem empresas (falidas ou em processo falimentar), em regime de **autogestão**, com base na cooperação e no trabalho associado.

(características do empreendimento de economia solidária, p. 23) ser uma organização de **autogestão** cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania da assembleia e singularidade de voto dos sócios, cumprindo o seu estatuto ou regimento interno.

(objetivos a serem seguidos pela política nacional, p. 26) Garantir a formação para a **autogestão**, tendo em vista que esta forma de relação se diferencia fundamentalmente das relações que se estabelecem no sistema capitalista

(Tecnologia, formação e assessoria técnica, p. 27) Nesse sentido, especial atenção deverá ser dada à formação continuada direcionada aos profissionais da educação, com a elaboração de uma cartilha sobre economia solidária para que possam ser desenvolvidos conteúdos e atitudes pedagógicas coerentes com a **autogestão**

(Tecnologia, formação e assessoria técnica, p. 29) A utilização de metodologias adequadas a essa realidade deverá ser valorizada com base nas pedagogias participativas e com conteúdos apropriados à perspectiva da **autogestão**, a partir dos princípios, fundamentos e metodologia da educação popular em todas as suas formas e modalidades.

(Tecnologia, formação e assessoria técnica, p. 29) a) O acesso às informações deverá ser facilitado para o público em geral, como instrumento de divulgação e visibilidade das formas de organização e das práticas de cooperação e **autogestão**, promoção de intercâmbios organizativos e econômicos, para incentivo ao consumo solidário, ético e responsável, além de subsidiar a formação, a implantação e a avaliação de políticas públicas com dados consistentes e contextualizados que contribuam para o desenvolvimento solidário nos municípios. **b)** As ações formativas deverão considerar, sobretudo, as necessidades de fortalecimento da **autonomia** dos empreendimentos econômicos solidários contribuindo para que eles estejam esclarecidos e atuantes junto ao poder público (nas três esferas de governo), exigindo a implantação de políticas públicas

integralmente compatíveis com seus direitos e demandas. **c)** Os processos formativos deverão ter as seguintes finalidades: ampliar o quadro técnico dos órgãos públicos para atuação em economia solidária; fortalecer a integração e intersectorialidade da economia solidária com outras políticas públicas; aprimorar a formulação, gestão, execução e avaliação participativas de políticas públicas apropriadas à realidade dos empreendimentos econômicos solidários; subsidiar e facilitar os processos de diálogos e participação social, considerando a **autonomia** e as especificidades dos atores envolvidos nesses processos para o fortalecimento da Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária e sensibilização dos gestores para a questão do etnodesenvolvimento. **d)** Deve-se incentivar a criação e/ou reestruturação das incubadoras populares tecnológicas de economia solidária para apoio na formação e assessoramento técnico aos empreendimentos econômicos solidários, desde o momento de seu surgimento, fornecendo assessoria jurídica desde a formalização até a conquista de maior **autonomia** organizativa e econômica.

(O sistema nacional de economia solidária e seus objetivos, p. 41) A trajetória de implantação das políticas públicas de Estado de Economia Solidária como expressão da garantia do direito de organização econômica baseada no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e **autogestão** exige a constituição de um Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES) com os seguintes objetivos:

- i. formular, implantar e garantir a execução da política nacional de economia solidária, respeitando as especificidades locais, regionais e estaduais;
- ii. estimular a integração dos esforços entre os entes federativos e entre governos e sociedade civil, incentivando a criação de fóruns territoriais e municipais;
- iii. promover o acompanhamento, o monitoramento, pesquisa e a avaliação permanentes da política de economia solidária.

(Crise: enfrentamentos, desafios e oportunidades, p. 13/14) Embora o movimento de economia solidária tenha se fortalecido, crescido e ganhado maior visibilidade em nível nacional e de forma cada vez mais territorializada, percebe-se um processo de retração de suas forças políticas. Isso ocorre, em grande medida, devido à pouca **autonomia** e sustentabilidade para desenvolver suas práticas, o que está intimamente ligado às dificuldades de acesso às políticas públicas atuais, insuficientes para responder à realidade da economia solidária.

(o direito às formas organizativas econômicas solidárias, p 22) A ação do Estado (nos âmbitos federal, estadual e municipal) no reconhecimento do direito dessas organizações deve ser efetivada, garantindo também sua **autonomia** política e metodológica, para que não haja intervenção indevida e descaracterização dos princípios e práticas de finanças solidárias.

V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

(pontos a serem aprofundados nesta V plenária)

- a) Sustentabilidade;
- b) **Autogestão e autonomia;**
- c) Economia Popular;
- d) Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de ES
- e) Território e Territorialidade;
- f) Diversidades (gênero, raça, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, rural/urbano, pessoas em situação de vulnerabilidade,

egressos do sistema prisional e saúde mental);

g) Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado.

(p. 13) Precisamos debater as nossas prioridades em termos do envolvimento nacional e internacional a fim de que as articulações, diálogos e alianças com outros movimentos não sejam apenas uma tarefa da coordenação executiva, mas também que sejam apropriadas pelos fóruns locais de Economia Solidária. Este processo depende ainda da nossa capacidade de fortalecer os processos de **autogestão e autonomia** que são princípios fundantes do nosso movimento. Precisamos entender e refletir sobre o significado da autogestão, na ampliação dos espaços de participação, consulta e decisão. Precisamos entender e refletir sobre o significado da **autogestão**, na ampliação dos espaços de participação, consulta e decisão.

(p. 13) A **autogestão** parte do entendimento, da mudança de postura e da formação/vivência dos indivíduos na sua relação com os coletivos. Não podemos confundir a autogestão com desorganização, pois requer acordos, processos, dinâmicas para cada realidade, partindo de um entendimento comum entre os/as envolvidos/as. Como temos exercitado a autogestão no cotidiano de nossas estruturas organizativas? Para ampliação da nossa capacidade de ação e organização, como temos renovado nossas coordenações?

(p. 9) Sabemos que o desenvolvimento que queremos é de dentro para fora, tanto das pessoas quanto dos territórios, numa perspectiva emancipatória e de construção de **autonomia**, principalmente em relação ao mercado e o modo de vida capitalista. É evidente que isto se dá num processo de contradição, pois enquanto construímos esta perspectiva temos que nos relacionar com as estruturas e processos econômicos que já existem, inclusive não tendo ainda a nossa independência financeira. Precisamos por exemplo, questionar o crescimento econômico que estamos vivendo no Brasil, que é excludente, destrói a natureza e que reverte resultados limitados para os trabalhadores e trabalhadoras que o sustentam. As iniciativas governamentais que promovem o desenvolvimento territorial, sustentável e solidário no campo e na cidade ainda são incipientes diante do contexto mais amplo das políticas públicas.

(p.11) A emancipação política pode ser entendida quando os sujeitos atuam com liberdade, **autonomia**, com poder de decisão, influência e participação. A **autonomia** é um processo dinâmico e tem a ver com as relações que estabelecemos. Quando temos relações com o mercado capitalista há limitações na atuação, gerando relações de dependência, subordinação, promovendo a crescente desigualdade pela concentração da riqueza, do conhecimento e do poder. Como o econômico e o político dialogam e estão juntos nesta busca pela emancipação?

QUESTÕES PARA O TRABALHO EM GRUPO

► A **autogestão** parte do entendimento, da mudança de postura e da formação/vivência dos indivíduos na sua relação com os coletivos. Não podemos confundir a autogestão com desorganização, pois requer acordos, processos, dinâmicas para cada realidade, partindo de um entendimento comum entre os/as envolvidos/as. Nós, educadores, temos exercitado a autogestão no cotidiano de nossas estruturas organizativas? Quais os limites e possibilidades percebidos?

- ▶ Como garantir a formação para a **autogestão**, por dentro dos espaços de organização do movimento de economia solidária?
- ▶ Nossos processos educativos, tem contribuído para a **autogestão** dos empreendimentos e seus trabalhadores? Em que medida as práticas da pedagogia da autogestão, tem provocado no território a autonomia dos sujeitos?
- ▶ Quais ações poderíamos realizar/provocar nos nossos coletivos daqui até a V plenária para aprofundar a reflexão sobre nossas práticas de autogestão e autonomia, nos fóruns, empreendimentos e organizações?
- ▶ Como tem sido nossa articulação no território, com outros movimentos sociais que lutam pela **autonomia** dos sujeitos e vivenciam/praticam experiências de autogestão?

ANEXO B – TEXTO DE ACÚMULO “ECONOMIA POPULAR”

Elaboração Roseny de Almeida (MG)

ACÚMULOS EM TORNO DOS TEMAS ‘ECONOMIA POPULAR’ (Carta de Princípios, II CONAES, IV e V Plenária)

Por Roseny de Almeida (MG)

O objetivo desse pequeno texto é retomar o debate sobre o tema “Economia Popular”, ocorrido em alguns fóruns de discussão e deliberação do movimento de economia solidária. Assim tivemos como referência três documentos: Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, construída em junho de 2003, IV Plenária Nacional de Economia Solidária, março de 2008 e documento final da II Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES, junho de 2010.

Observou-se que na Carta de Princípios do FBES algumas questões relativas às formas de organização do trabalho não assalariado, possuem algum diálogo com a Economia Popular:

“Hoje, no Brasil, mais de 50% dos trabalhadores/as, estão sobrevivendo de trabalho à margem do setor capitalista hegemônico, o das relações assalariadas e “protegidas”. Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia solidária. (pág.3)”

“A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza. (pág. 3)”

“A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. (pg 4)”

Em relação à IV Plenária Nacional de Economia Solidária o debate sobre a importância de trazer esse segmento para dentro da Economia Solidária ainda não estava colocado.

Com a regulamentação da Lei do Microempreendedor Individual (MEI) – Lei 128/2008 e beneficiando membros dos Empreendimentos Econômicos Solidários, desprovidos de Notas Fiscais, esse debate aparece bastante forte na II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES). Seria estratégico trazer para dentro da economia solidária esse segmento ?

Segue abaixo trechos do documento final da CONAES:

“O fortalecimento organizativo da economia solidária enquanto movimento, por meio do fortalecimento dos fóruns e redes, da criação e aprimoramento de empreendimentos econômicos solidários, das práticas e iniciativas de autogestão, de integração de setores da economia popular, de construção de redes e complexos de produção, comercialização, consumo e trocas solidários em que se tornam possíveis a ajuda, a inter-cooperação, o aprendizado mútuo entre os empreendimentos econômicos solidários além da formação de cooperativas de 2º grau para unir as operações comerciais, financeiras e de inovação tecnológica que permitam economias de escala e ganhos de eficiência, atendendo demandas locais, regionais, nacionais e internacionais” (pág. 10)

“A recente crise econômica é apenas parte de uma crise civilizacional muito maior, que envolve o próprio modelo de desenvolvimento predominante hoje. Faz-se necessário, portanto, construir um padrão diferente do atual, que propicie o desenvolvimento efetivo com sustentabilidade ambiental, justiça socioeconômica e cultural, consolidação de um modelo de consumo justo e consciente, superação da cultura do individualismo, e radicalização da democracia em todas as esferas, incluindo o âmbito econômico e o respeito à diversidade sexual, às diferenças étnicas e às relações de gênero. A crise é uma oportunidade para que a economia solidária seja apropriada e acessível ao povo brasileiro, rompendo o paradigma da hegemonia do mercado.” Pág. 13

“Embora o movimento de economia solidária tenha se fortalecido, crescido e ganhado maior visibilidade em nível nacional e de forma cada vez mais territorializada, percebe-se um processo de retração de suas forças políticas. Isso ocorre, em grande medida, devido à pouca autonomia e sustentabilidade para desenvolver suas práticas, o que está intimamente ligado às dificuldades de acesso às políticas públicas atuais, insuficientes para responder à realidade da economia solidária. Tal situação exige a mobilização dos empreendimentos para a transformação da agenda social em agenda política. Dessa forma, o movimento de Economia Solidária constata a necessidade de avançar política e economicamente em todos os estados da Federação e de identificar, ampliar, articular e construir alianças estratégicas com outras forças sociais e políticas do campo democrático, popular e sindical, com base em plataformas emancipatórias e com o envolvimento de outros segmentos sociais como os(as) trabalhadores(as) da economia popular urbana e rural, a fim de firmar-se como um movimento de resistência e luta reivindicatória, com autonomia e articulação das redes e cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo.” (p. 14).

Vale ressaltar a conceituação de EES:

“Nesse sentido, os Empreendimentos Econômicos Solidários e seus participantes, como novos sujeitos de direito da Política Nacional de Economia Solidária, são aqueles que possuem as seguintes características:

- i. ser uma organização coletiva, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadoras(es) do meio urbano ou rural;
- ii. realizar atividades de natureza econômica, socioambiental e cultural que devem ser as razões primordiais da existência da organização;
- iii. ser uma organização de autogestão cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania da assembleia e singularidade de voto dos sócios, cumprindo o seu estatuto ou regimento interno;

iv. ser uma organização permanente, considerando tanto os empreendimentos que estão em funcionamento quanto aqueles que estão em processo de implantação, desde que o grupo esteja constituído e as atividades econômicas definidas.” (pág. 23)

“A economia solidária também contribui para o combate à exclusão social através da organização social e econômica de sujeitos nas mais variadas situações de exclusão e de vulnerabilidade. Por isso, é fundamental que as políticas sociais do país incorporem ações de fomento à economia solidária e se articulem com a Política Nacional de Economia Solidária nas três esferas governamentais.” (pág. 37)

“Na promoção do desenvolvimento territorial sustentável, endógeno e solidário, deve-se ampliar o conhecimento sobre processos e redes produtivas da Economia Solidária e envolver os atores territoriais, sobretudo aqueles oriundos de comunidades e povos tradicionais.” (Pág.37)

QUESTÕES PARA O TRABALHO EM GRUPO

- Como a formação pode sensibilizar esse novo segmento, com uma trajetória no trabalho individual, ao trabalho coletivo ?
- Qual é a “porta de entrada” da formação para discutir um novo modelo de economia e de sociedade ?
- Que desafios estão colocados na política de educação em economia solidária, com a chegada de um novo segmento “economia popular”, caso a V Plenária aponte como estratégico?

ANEXO C – TEXTO DE ACÚMULO “EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA”

Elaboração Rosana Kirch (DF)

**ACÚMULOS EM TORNO DO TEMA
‘EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA DOS EMPREENDIMENTOS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA’
(Carta de Princípios, II CONAES, IV e V Plenária)**

Por Rosana Kirsch (DF)

Contexto - V Plenária

A efetivação do projeto político da economia solidária nos territórios acontece com a emancipação econômica e política dos empreendimentos de economia solidária. Adotar esta perspectiva significa refletirmos sobre a nossa relação com o mercado. Atualmente, muitos de nós temos trabalhado de maneira a construir estratégias de inclusão no mercado capitalista. No entanto, esta perspectiva é reducionista para o projeto político da economia solidária.

A construção da autonomia passa pela criação de um outro tipo de mercado? qual o papel do Estado nesta construção? Como avaliamos a contribuição do PAA e do PNAE, enquanto políticas públicas? Apostamos na estratégia de organização de redes e cadeias econômico solidárias, ancoradas nos processos de articulação territorial, garantindo a soberania alimentar e a preservação do meio ambiente. Olhando para os territórios, o quanto temos nos dedicado à organização de redes e cadeias solidárias? Quais as dificuldades encontramos? Como pensar em estratégias de articulação de redes e cadeias solidárias que fortaleçam a construção de outro tipo de mercado, ao mesmo tempo, e enquanto construímos esta perspectiva? Como nos relacionamos com o mercado sem abrir mão de princípios, valores e práticas da economia solidária? Como projetamos que deva ser a economia?

A emancipação política pode ser entendida quando os sujeitos atuam com liberdade, autonomia, com poder de decisão, influência e participação. A autonomia é um processo dinâmico e tem a ver com as relações que estabelecemos. Quando temos relações com o mercado capitalista há limitações na atuação, gerando relações de dependência, subordinação, promovendo a crescente desigualdade pela concentração da riqueza, do conhecimento e do poder. Como o econômico e o político dialogam e estão juntos nesta busca pela emancipação?

No concreto, a participação econômica e política só podem se viabilizar a partir da construção de estratégias que garantam a soberania alimentar nas realidades urbanas e rurais e nas relações que estes campos estabelecem entre si. A soberania alimentar, conceito construído pelos movimentos sociais do campo, é mais amplo que a segurança alimentar. Compreendida como o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e agroecológica, decidindo seu próprio sistema alimentar e produtivo, que envolve a necessidade de acesso (nos espaços urbanos e rurais) à terra e aos recursos naturais. (Documento 2 - V Plenária)

Momento 1 – Marco Situacional

Carta de Princípios do FBES

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela “competitividade”.

Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos. Assim, as formas de trabalho chamadas de “atrasadas” que deveriam ser reduzidas, se ampliam ao absorver todo esse contingente de excluídos.

CONAES

A continuidade dos processos de acumulação, no capitalismo, depende da capacidade do sistema capitalista de se recriar após as suas crises e da permanente transformação dos espaços da vida social em mercadoria, desde os bens naturais indispensáveis à vida, - como a água, a terra, o ar, os alimentos, a saúde e a cultura -, até os espaços subjetivos de relacionamento. Da mesma maneira, as formas associadas, coletivas ou comunitárias foram e continuam sendo substituídas por formas individualizadas, impulsionando a concorrência de todos contra todos, pela apropriação das condições materiais da vida social. (p. 11)

A história mostra que no capitalismo, o enfrentamento das crises econômicas depende da correlação de forças e do contexto territorial onde ocorre. Assim, encontramos situações em que há uma intensificação da destruição por meio de guerras, ocupações militares, desastres socioambientais, que geram o aquecimento da economia, ou simplesmente pelo abandono das pessoas à própria sorte, para reduzir os custos de reprodução do capital. Há formas de enfrentamento que passam por um fortalecimento da atuação do Estado, com sua crescente intervenção na economia, salvando empresas, ampliando investimentos ou regulando mercados, mesmo que temporariamente. Esta foi a principal forma adotada pela maioria dos países afetados pela recente crise econômica, sobretudo a partir da injeção de liquidez no mercado financeiro, mas sem nenhuma medida mais eficaz de controle sobre ele. As crises são também oportunidades para a ampliação e diversificação dos investimentos e da crescente mercantilização, por meio de medidas como a promoção do consumo de massa e a criação de novos mercados, a exemplo dos créditos de carbono, da reciclagem e do hidronegócio.

Questões para debate:

1. Qual o impacto da conjuntura macro na sua realidade (crise econômica, crescimento econômico do Brasil)?
2. Como percebe a correlação de forças (política, econômica, social, cultural e ambiental) no seu contexto?
3. Como se situa a economia solidária nesta realidade? Qual a relação da economia solidária com o mercado capitalista?
4. Como a ação educativa tem enfrentado esta realidade?

Momento 2 – Marco político-filosófico

Carta de Princípios do FBES

A Economia Solidária ressurge hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

Por um sistema de finanças solidárias.

- Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:

- A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças.
- A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o consequente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólicia, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apoiam e se complementam:

- Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.
- Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.

- A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.
- A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a **territorialidade e o desenvolvimento local** como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.
- A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.
- A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

O que a economia solidária não é

A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.

A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

Plataforma do FBES

- **Finanças Solidárias**

Ampliar o repasse de fundos públicos para instituições de finanças solidárias/microfinanças, inclusive de crédito popular solidário, visando fomentar o desenvolvimento local com um sistema que assegure autonomia para os empreendimentos.

- **Redes de PCCS**

Desenvolver, fortalecer e articular as redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, com base nos princípios da Economia Solidária, propiciando auto-sustentabilidade as mesmas, respeitando a regionalidade dos empreendimentos e estabelecendo a equidade entre os pares, como a igualdade de gênero, raça, etnia, idade etc., garantindo a emancipação dos grupos que ainda são discriminados dentro da Economia Solidária.

- Democratização do conhecimento

Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico, visando à promoção de processos produtivos que sejam adequados a como produzir, considerando as diversidades regionais do país, sua necessária sustentabilidade social e ecológica, às peculiaridades do público a quem se destinam essas tecnologias e às finalidades para as quais são desenvolvidas, gerando produtos, serviços, processos, máquinas, equipamentos e técnicas adequados aos desafios atuais da Economia Solidária no país, visando superar as dificuldades dos empreendimentos de Economia Solidária em ser eficientes, terem viabilidade e sustentabilidade.

IV Plenária Nacional de Economia Solidária

Mosaico do desenvolvimento

- O que queremos? Superar o capitalismo ou conviver com ele?
- Queremos a construção de novas relações sócio-econômicas.
- A economia solidária se constitui com movimento dos Fóruns, redes e cadeias, entre outros, como estratégia para o desenvolvimento sustentável de um novo tecido social, por meio da educação em todos os seus níveis.
- Queremos um desenvolvimento que favoreça a auto-organização e autonomia das/os trabalhadoras/es.
- Queremos um processo autogestionário que proporcione a emancipação através do trabalho e do desenvolvimento integral do ser humano (p. 11).

Texto introdutório de PCCS

Quando falamos que “Outra Economia Acontece”, estamos nos referindo à prática da Economia Solidária, que aparece justamente nas iniciativas de produção, comercialização e consumo solidários. Trata-se de um eixo complexo, pois envolve e articula os diferentes estágios da atividade econômica dos empreendimentos solidários, desde a produção até o consumidor final.

Um dos grandes desafios está justamente em construir uma diversidade de estratégias para a alteração dos atuais mecanismos de funcionamento do mercado e das atividades econômicas, que ao mesmo tempo dêem um retorno imediato aos empreendimentos solidários para que a economia solidária aconteça concretamente e mostre seus resultados e suas vantagens para a sociedade brasileira.

A vida econômica dos empreendimentos solidários e as diversas possibilidades de transformação dos atuais modelos de produção, de mercado e de consumo em nossa sociedade encontram-se então nesse eixo. Suas bandeiras prioritárias são bastante inter-relacionadas, dependem fortemente das bandeiras dos outros 3 eixos tratados na IV Plenária (Formação, Finanças Solidárias e Marco Legal) e apontam essencialmente para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à potencialização, fortalecimento e consolidação de redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidárias, nas áreas de logística, infra-estrutura e para a criação de espaços de comercialização e distribuição. Essas políticas devem ter um caráter nacional, indo além de programas governamentais e devem respeitar as características regionais e locais, lutando pela criação de mecanismos de reconhecimento.

Neste sentido, a identidade e o reconhecimento dos produtos e serviços da economia solidária por parte de consumidores são de fundamental importância. Dentre as formas de garantia, os sistemas participativos, por serem baseados na autogestão, envolvendo os vários elos (produtores/as, consumidores/as e comerciantes/distribuidores/as) contribuem para que o processo de certificação e criação de identidade da economia solidária aconteçam por iniciativa e organização do próprio movimento de economia solidária de forma democrática e participativa. Além disso, estes sistemas têm forte elemento de apoio ao desenvolvimento local solidário, pois criam um ambiente e uma identidade dentro dos territórios, fortalecendo as cadeias curtas de produção, comercialização e consumo.

Outra ferramenta estratégica para dinamizar a circulação econômica nos territórios dentro dos princípios da Economia Solidária é a incorporação das moedas sociais. As moedas sociais são instrumentos para fortalecer redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidários e ao mesmo tempo apontam para formas diferentes de crédito à produção ou ao consumo. Além disso, exigem uma identidade por parte de quem está utilizando (seja identidade territorial, do bairro ou da comunidade, seja identidade de setor econômico ou de grupo de trocas). O desafio é garantir a força propositiva e transformadora das relações de mercado que esta ferramenta pode oferecer.

O FBES (local e nacionalmente) pode e deve avançar criando e dando visibilidade a experiências próprias do movimento neste eixo, buscando articular a dimensão política com a dimensão econômica em suas ações, além de lutar pelas políticas públicas de apoio à produção, comercialização e consumo solidários. Se uma destas dimensões for privilegiada em detrimento da outra, o movimento perde a sua identidade.

A perspectiva de transformação social que constitui o horizonte mais amplo do movimento de Economia Solidária só pode ser garantida se conseguirmos afirmar os empreendimentos solidários como motores de desenvolvimento local, solidário e sustentável, o que indica a responsabilidade e importância deste eixo e da estratégia de organização e articulação em redes e cadeias solidárias.

Orientações

Mercado solidário como estratégia de modificação do mercado convencional (mais lento, porém mais sólido). (p. 14)

As políticas públicas, para setores produtivos urbanos e rurais são pouco conhecidas, pois falta democratização da informação. O FBES precisa criar mecanismos e canais de informação sobre as políticas públicas, em especial, a comercialização; destacamos: SECAFES, SNCJS, PAA, Pronaf entre outros, **ampliando assim o acesso dos reais protagonistas da economia solidária as fontes públicas de fomento e promoção.** (p. 15)

Que o FBES priorize a organização de Redes de produção – comércio consumo como forma de assegurar os preços justos com base na autogestão. (p. 15)

Bandeira

a) Por programas e políticas de infra-estrutura e apoio a formação de redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e logística solidária,

- Os recursos sejam repassados diretamente para os empreendimentos (sem intermediário) (p. 16)

c) Criar e articular redes e cadeias de produção, comercialização e consumo

- Organizar e sistematizar experiências exitosas em economia solidária. (p. 18)

Bandeira

d) Por programas e políticas de apoio à criação e sustentação de espaços de comercialização solidários

- Consideramos que a comercialização é um ponto crucial para a sustentabilidade dos empreendimentos e a maior reivindicação dos mesmos. Os espaços de comercialização vão responder a uma demanda imediata de geração de renda para os empreendimentos. (p. 19)

f) Estimular e elaborar propostas de uso de moedas sociais e trocas solidárias.

Elaborar e estimular uso das moedas sociais, respeitando as culturas de cada local, considerando as moedas sociais como instrumentos para construção de alternativa de desenvolvimento que visa a revalorização da pessoa e a troca da lógica da escassez pela lógica da abundância e a autonomia. (p. 20).

Texto introdutório do Sistema de Finanças Solidárias

Os bancos comunitários, fundos solidários, cooperativas de crédito e outras experiências de finanças solidárias são os instrumentos para o acesso popular ao financiamento da economia solidária. (p. 30)

Estas ações articuladas provocam o estímulo ao comércio justo e solidário e o empoderamento financeiro das comunidades. (p. 30)

CONAES

3. Como modo de produção, a economia solidária apresenta vantagens em relação ao capitalismo: a autogestão torna cada trabalhador(a) consciente do seu papel no todo em que atua; a inteligência coletiva de trabalhadores(as) está permanentemente a serviço do desenvolvimento do Empreendimento Econômico Solidário e de seus sócios e sócias - inclusive porque todos os ganhos de produtividade e resultados da realização do processo de produção são diretamente apropriados pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as) -; há uma necessária vinculação ao território em que a atividade econômica solidária está inserida, acarretando o respeito às especificidades e culturas regionais e ao meio-ambiente em que está inserida. Na heterogestão capitalista nada disso se aplica: a maioria de trabalhadores(as) se limita a cumprir tarefas e os ganhos de produtividade são apropriados pelos capitalistas; a relação com as comunidades em que estão inseridas é instrumental, subordinando a realidade local aos interesses globais da acumulação do capital além de excluir a solidariedade do trabalho entre as pessoas cada vez mais escravizadas e doentes. A economia solidária, ao contrário, se propõe a tornar-se um novo sistema sócio-econômico, uma economia social pós-capitalista cujas atividades tenham como fim a satisfação sustentável das necessidades e o desenvolvimento humano e social. (p. 10)

4. Entretanto, apesar de suas vantagens comparativas em relação ao capitalismo, para se tornar efetivamente um modelo de desenvolvimento justo, sustentável e democrático, a economia solidária ainda carece de instrumentos públicos de reconhecimento, apoio e fomento que historicamente os empreendimentos capitalistas tiveram (...)

i. O fortalecimento organizativo da economia solidária enquanto movimento, por meio do fortalecimento dos fóruns e redes, da criação e aprimoramento de empreendimentos econômicos solidários, das práticas e iniciativas de autogestão, de integração de setores da economia popular, de construção de redes e complexos de produção, comercialização, consumo e trocas solidários em que se tornam possíveis a ajuda, a intercooperação, o aprendizado mútuo entre os empreendimentos econômicos solidários além da formação de cooperativas de 2o grau para unir as operações comerciais, financeiras e de inovação tecnológica que permitam economias de escala e ganhos de eficiência, atendendo demandas locais, regionais, nacionais e internacionais;

ii. A economia solidária trava a luta política ideológica contra o neoliberalismo e disputa com o capitalismo o fundo público pelo direito de viver e trabalhar em organizações coletivas e democráticas. (p. 11)

14. [A crise] - É uma oportunidade para afirmar um novo fundamento ético que estabeleça o primado da lógica das necessidades sociais e ambientais (tal como é praticado na economia solidária e na agroecologia) sobre o objetivo do crescimento econômico. (p.13)

16. Embora o movimento de economia solidária tenha se fortalecido, crescido e ganhado maior visibilidade em nível nacional e de forma cada vez mais territorializada, percebe-se um processo de retração de suas forças políticas. Isso ocorre, em grande medida, devido à pouca autonomia e sustentabilidade para desenvolver suas práticas, o que está intimamente ligado às dificuldades de acesso às políticas públicas atuais, insuficientes para responder à realidade da economia solidária. Tal situação exige a mobilização dos empreendimentos para a transformação da agenda social em agenda política. Dessa forma, o movimento de Economia Solidária constata a necessidade de avançar política e economicamente em todos os estados da Federação e de identificar, ampliar, articular e construir alianças estratégicas com outras forças sociais e políticas do campo democrático, popular e sindical, com base em plataformas emancipatórias e com o envolvimento de outros segmentos sociais como os(as) trabalhadores(as) da economia popular urbana e rural, a fim de firmar-se como um movimento de resistência e luta reivindicatória, com autonomia e articulação das redes e cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo. (p.13)

20 – 22 Formas dos empreendimentos e suas potencialidades. (p. 14-15)

31. Muitos empreendimentos econômicos solidários deixaram de existir por falta de leis e assessoria técnica e jurídica adequadas à realidade dos mesmos. (p. 18)

41. Ao reconhecer a existência deste sujeito social e das potencialidades emancipatórias da Economia Solidária é igualmente necessário reconhecer novos direitos de cidadania para as formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade. Além disso, é necessário implantar e efetivar o acesso aos bens e recursos públicos de forma subsidiada e diferenciada para seu desenvolvimento, tal qual ocorre com outros segmentos sociais, para garantir a capacidade produtiva e organizativa de todos os indivíduos que participam do movimento de economia solidária, sem discriminação de raça, gênero, classe social, etnia, de pessoas com deficiências e de pessoas em desvantagem ou em vulnerabilidade social. (p.20)

69. O que se espera da política pública. (p. 26-27)

97. A estratégia nacional de comercialização Solidária deve ter dois objetivos complementares. O primeiro é dar uma resposta imediata aos empreendimentos econômicos solidários na forma de abertura de canais e possibilidades de vendas, para que a economia solidária se concretize e mostre seus resultados e suas vantagens para a sociedade brasileira. O segundo é apoiar a construção de uma diversidade de estratégias para a alteração dos atuais mecanismos de funcionamento do mercado, na perspectiva de construção de formas solidárias de interação econômica que se contraponham ao monopólio da distribuição dos produtos e à imposição dos critérios e valores das grandes empresas. (p. 32)

141. Indicadores de desenvolvimento. Para a formulação e aperfeiçoamento de uma política e estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário, faz-se necessário aprofundar a discussão sobre indicadores que incorporem os valores e princípios da Economia Solidária, como o FIB (Felicidade Interna Bruta), já aplicado em outros países, uma vez que os atuais indicadores- Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)- não o fazem. (p. 39).

ANEXO D – TEXTO DE ACÚMULO “TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE”

Elaboração: Alzira Medeiros (PE)

ACÚMULOS EM TORNO DOS TEMAS “TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE” (Carta de Princípios, II CONAES, IV e V Plenária)

Por Alzira Medeiros(PE)

A pesquisa que fizemos nos documentos do FBES e da SENAES sobre educação e formação, bem como em relatórios de atividades compartilhadas pelo FBES e a SENAES, revela que os primeiros registros que falam sobre o tema território e territorialidades estão na publicação da II Oficina Nacional de Formação. Na Plataforma para Educação do FBES (2003/2004) e na I Oficina de Formação (2006), não existem referências.

Na II Oficina, os Princípios e diretrizes metodológicas ressaltam “processos de trabalho e práticas sócio-ambientais que respeitam e preservam a biodiversidade da flora e fauna, assim como dos demais elementos que compõem o ambiente, as práticas educativas buscam o reencontro dos seres humanos consigo mesmos, com a comunidade local, com a sociedade [...]”. (Item 4, 2007)

Nessa Oficina, o conteúdo curricular se refere às comunidades e considera as “diversidades regionais e culturais.” E que estes só têm sentido e pertinência se situados na realidade dos educandos/as e educadores. Desta forma, considerávamos a relação dialógica entre sujeitos e culturas.

Ao relacionar educando/a, cultura, região e saberes locais e suas experiências, foi elaborado um tema específico para inserirmos nas formações e assessorias, relacionados ao “processo de constituição do sujeito político [da economia solidária]” e “as questões identitárias (gênero, raça, geração e etnia) que deveria abordar o “resgate e valorização da história das comunidades e dos territórios, ressaltando a luta das mulheres, negros e indígenas e dos trabalhadores e trabalhadoras, todos os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais.” Aparecia outro ponto para compor os conteúdos com o título de “desenvolvimento local sustentável” que deveria abordar os conceitos de desenvolvimento, economia solidária como estratégia de desenvolvimento (social, ambiental, local, humano), a relação respeitosa com a natureza e o planeta (agroecologia, convivência com os diversos biomas brasileiros) e, a segurança alimentar.”

Então, como vimos acima, aparecem termos como local, comunidade, cultura, região, etnia, experiências e saberes locais e o território ainda aparece pouco. Desta forma, passamos a entender que há uma diferença quando dizemos região, comunidades e território.

Mas o que quer dizer território para os participantes da II oficina de formação? Vasculhando as exposições dos participantes, observamos que o representante do MDA/SDT afirma que este órgão “vai trabalhar a economia solidária a partir dos territórios”. Mas não explica na Oficina o que entende por território e nem a oficina também abordar estes conceitos e sentidos. Será que foi por isso que sempre que falamos em território nas atividades de formação e nas reuniões de coletivos, núcleos e rede de

educadores se confunde território com a organização geopolítica do Ministério do Desenvolvimento Agrário?

É claro que existe uma fundamentação sobre território para as políticas, programas e ações dos órgãos governamentais. Mas já paramos para refletir se isso corresponde à construção da economia solidária?

Uma vez, numa reunião do coletivo de educadores da BA, um educador disse que o território dos Fundos Solidários reúne três territórios de identidade do MDA! O que ele quis dizer com isso? Se pararmos para pensar sobre onde estamos atuando, com quem atuamos e a extensão dessa prática com os valores e experiências socioculturais e políticas, situadas num ecossistema perceberíamos um território de ação da economia solidária?

É possível pensarmos a viabilidade e a sustentabilidade dos EES sem olhar para o entorno onde se situam e de onde vêm os/as trabalhares/as, quais suas crenças e jeitos de produzir, comercializar e distribuir o resultado de seu trabalho? Como se movimentam dentro do espaço físico e como se organizam e toma as suas decisões?

O que é território, então? E qual a importância de falarmos sobre isso na ação de educação em economia solidária?

Tudo isso é para pensarmos no lugar que ocupamos com o nosso trabalho e quais as relações que estabelecemos entre nós (pessoas, grupos, raças, etnias) e com o ambiente construído e natural.

Território e desenvolvimento sustentável

Na IV plenária, o Relatório Final apresenta na página 12 o “fortalecimento territorial” como inserido nas palavras-chave para o desenvolvimento sustentável.

Aparece neste Relatório, também, na página 13, que “os sistemas de comércio justo e solidário têm forte elemento de apoio ao desenvolvimento local solidário, pois criam um ambiente e uma identidade dentro dos territórios, fortalecendo as cadeias curtas de produção, comercialização e consumo”.

Então, vemos que há uma relação direta entre produção e comercialização com o território. É possível entendermos que o território está relacionado à proximidade entre as pessoas e que ao estabelecerem vínculos pelo consumo criam uma identidade relacionada à economia solidária.

Surge também a relação território e moedas sociais. Em cada experiência de finanças que utiliza moeda social há uma realidade diferenciada são bairros, favelas, municípios que podem caracterizar o território da economia solidária cuja identidade se dá pelas práticas das moedas sociais.

O mesmo pode ocorrer com os Fundos Solidários, com os Bancos de Desenvolvimento Comunitário, entre outras experiências.

São estas relações que revelam ações de dimensão econômica e política capazes de criar novas dinâmicas de transformação e nos revelar o território da economia solidária.

Território e Educação em economia solidária

Na IV Plenária as orientações foram para uma “formação contextualizada, emancipatória e engajada, a partir das práticas e que considere as diversidades de gênero, etnia, raça e geração e promova os direitos humanos. Que tenha um olhar crítico da sociedade e promova transformações nos sujeitos e na realidade, rompendo com as desigualdades, incentivando a participação política e social, e promovendo a difusão de conceitos e terminologias coerentes com os princípios da economia solidária”.

Foi pensando sobre o território que vivemos, trabalhamos, aprendemos amamos e construímos à vida que se deu a construção da educação contextualizada pelos educadores do Semiárido. Porque não adianta termos uma proposta de educação se ela não reflete a identidade e a realidade ambiental (ecossistema, agroecossistema, biomas etc) das pessoas, se ela não serve para o bem viver. Se a educação não vem com este propósito, ela assume um papel para reprodução de um saber e um poder alheio aos sujeitos do processo educativo, portanto, antidemocrática, colonialista. E isso existe. Concluímos na Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica, em 2010, que a “educação é uma construção social” e nesse processo existem conflitos e jogos de poder.

Nessa Conferência Temática (2010, pág 5), o território é um princípio metodológico o ponto de imersão inicial na realidade para o processo formativo. Como aprender se não mergulhamos no nosso ambiente cultural, social, econômico, político e ambiental? Qual a nossa identidade nesse contexto? Até onde alcança a nossa ação? Como nos movimentamos? Como nos comunicamos? Tudo isso é território.

A partir da Conferência Temática de Educação, o território adquire uma dimensão político-metodológica para a construção do conhecimento em economia solidária. O Território está presente na II Conaes e vai refletir as deliberações das conferências temáticas.

Estamos aqui nesta Plenária Temática de Educação em Economia Solidária rumo a V Plenária Nacional de Economia Solidária cujo tema é "Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável" (pág.4) Pela primeira vez, nós fazemos uma Plenária Temática dentro da organização das Plenárias Gerais do FBES.

Somos chamadas/os a pensar sobre “economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, como opção de organização popular e luta emancipada das/os trabalhadoras/es associadas/os. A economia solidária é, assim, uma proposta transversal e articulada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para o enfrentamento e superação do modelo capitalista” (pág 9).

Aqui, então o território passa a ser o centro, o foco de onde partimos e queremos começar a transformar!

Somos também provocadas para refletir sobre desenvolvimento que historicamente tem se baseado no crescimento econômico, na exploração da natureza e do trabalho para gerar uma riqueza de “coisas” e de dinheiro que tem esgotado a natureza e pelo consumo desenfreado e não resolveu a fome. É nesta perspectiva que o texto provocativo da V Plenária fala na perspectiva de um *Envolvimento e no Bem Viver!*

Ao longo destes anos fomos consolidando a compreensão que “economia solidária e economia popular têm no território e nas territorialidades o espaço de encontro e relação”. Falamos sobre isso acima quando nos reportamos à comercialização e às finanças solidárias. Será que sem estabelecermos estes vínculos de proximidade, vamos ter condições de fazer a ação política e econômica? Pois, “os territórios são espaços de identidade, também de disputa de poder e de projetos de sociedade e economia”, afirma o documento da V Plenária (pág 9). Como podemos identificar os territórios de economia solidária? Alguém já tentou fazer este exercício antes? O que se revelou?

O território que falamos não é o mesmo que o Estado brasileiro tem definido na sua institucionalidade, com os Estados da Federação e os Municípios e também uma institucionalidade nova de consórcios territoriais. Mas tudo isso está relacionada às políticas do Estado e dos governos. O que nós necessitamos é “reconhecer os territórios da economia solidária, sua dinâmica e os significados culturais, políticos e sociais de quem a pratica é importante para ampliar e fortalecer nossa identidade [e desde aí] disputar o projeto político transformando os territórios: introduzindo uma cultura de cooperação e solidariedade com os outros movimentos sociais, de cuidado com a natureza, de incidência e controle junto ao Estado e de práticas econômicas justas, sustentáveis e solidárias” (pág 9).

Outra responsabilidade para nós “é identificar nos territórios os atores e movimentos sociais parceiros na construção da economia solidária” e também nos solidarizarmos com suas lutas por terra, habitação, saúde, educação etc. Nesse sentido, o território favorece a construção de convergências e ações coletivas e públicas desde as práticas na resolução dos problemas que enfrentamos no dia-a-dia.

O território e as diferentes territorialidades (governamentais, étnicas, institucionais) se apresentam como um novo desafio para nós educadoras/es, inclusive para a nossa própria organização como rede.

Referências dos documentos pesquisados:

- Documento do CTFAT para a Conferência temática de Formação e Assessoria Técnica. Brasília, Conselho Nacional de Economia Solidária, 2010.
- V Plenária da Economia Solidária. Documento 2. Brasília, FBES, 2012.
- Plataforma de Educação do FBES, 2003/2004. Anexo do Relatório da I Oficina Nacional, 2006.
- Relatório Final da I Oficina Nacional de Economia Solidária, Brasília, 2006.
- Relatório Final da II Oficina Nacional de Economia Solidária, Brasília, 2007.
- Relatório Final da IV Plenária, FBES, 2008.
- Relatórios Finais da I CONAES (2006) e da II CONAES (2010).

ANEXO E – TEXTO DE ACÚMULO “DIVERSIDADES”

Elaboração: Tatiana Castilha (DF)

ACÚMULOS EM TORNO DOS TEMA ‘DIVERSIDADE’ (Carta de Princípios, II CONAES, IV e V Plenária)

Por Tatiana Castilha (DF)

Carta de Princípios do FBES

O que é economia solidária:

- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade.

Plataforma de Economia Solidária

Marco legal

16. Criar legislação sobre políticas de cotas para o acesso ao mercado de trabalho, visando combater as discriminações de gênero, raça, etnia e promover a igualdade no acesso e na permanência no emprego.

Educação

12. O ensino da Economia Solidária deve contemplar temas transversais como gênero, raça, etnia e fazer parte dos programas de Ministérios como o da Saúde, Trabalho e Meio Ambiente.

13. Adotar uma estratégia de formação e capacitação articulando as atividades da Economia Solidária, com estrutura metodológica que leva em consideração as diversidades culturais e o acompanhamento das novas tecnologias.

Redes de Produção, Comercialização e Consumo

1. Desenvolver, fortalecer e articular as redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, com base nos princípios da Economia Solidária, propiciando auto-sustentabilidade as mesmas, respeitando a regionalidade dos empreendimentos e estabelecendo a equidade entre os pares, como a igualdade de gênero, raça, etnia, idade etc., garantindo a emancipação dos grupos que ainda são discriminados dentro da Economia Solidária.

II Conferência Nacional de Economia Solidária

I.3. Crise: enfrentamento, desafios e oportunidades

14. A recente crise econômica é apenas parte de uma crise civilizacional muito maior, que envolve o próprio modelo de desenvolvimento predominante hoje. Faz-se necessário, portanto, construir um padrão diferente do atual, que propicie o desenvolvimento efetivo com sustentabilidade ambiental, justiça socioeconômica e cultural, consolidação de um modelo de consumo justo e consciente, superação da cultura do individualismo, e radicalização da democracia em todas as esferas, incluindo o âmbito econômico e o respeito à diversidade sexual, às diferenças étnicas e às relações de gênero. A crise é uma oportunidade para que a economia solidária seja apropriada e acessível ao povo brasileiro, rompendo o paradigma da hegemonia do mercado.

I.4. Acúmulos da Economia Solidária como alternativa diante da crise

19. Nos momentos de crise econômica aumenta o interesse pela economia solidária, suscitando o debate sobre o tema. No entanto, a economia solidária não deve ser considerada apenas como um conjunto de políticas sociais ou medidas compensatórias aos danos causados pelo capitalismo, nem como responsabilidade social empresarial. Seu desafio é o de projetar-se como paradigma e modelo de desenvolvimento que tem por fundamento um novo modo de “produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos” (I CONAES, 2006, p.1). Nesse sentido, as políticas públicas de economia solidária podem ser medidas anticíclicas efetivas, estruturais e emancipatórias que possibilitam um conjunto de microrrevoluções.

25. Verifica-se também que a economia solidária é espaço potencial para o aumento da participação das mulheres e de povos e comunidades tradicionais em iniciativas econômicas solidárias de produção, serviços, finanças e consumo, ainda que permaneçam existindo relações desiguais de gênero, raça e etnia que precisam ser superadas com o fortalecimento das redes feministas e de etnodesenvolvimento. Por isso deveremos estabelecer um marco legal da economia solidária para contemplar essas importantes iniciativas econômicas que visam fortalecer a inclusão dos povos e comunidades tradicionais.

I.5. Avanços e limites das políticas públicas de economia solidária

29. Os avanços acima listados somente foram possíveis com a criação da SENAES e a ampliação das parcerias com organizações da sociedade civil e órgãos governamentais, embora seja necessário melhorar a comunicação e a articulação com os fóruns territoriais e locais e ampliar as parcerias com governos municipais e estaduais que possuem políticas de apoio e fortalecimento da economia solidária. Houve também a consolidação de entidades de fomento e apoio à economia solidária. A interlocução da economia solidária avançou em várias políticas setoriais, tais como: trabalho e renda, desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial, saúde mental, territórios da cidadania, segurança e cidadania, cultura, políticas para mulheres, igualdade racial, tecnologias sociais, educação de jovens e adultos, ensino tecnológico, pesca e aqüicultura, entre outros.

II. 2. O direito às formas organizativas econômicas solidárias

47. É preciso avançar também na constituição de uma nova legislação para o cooperativismo social, de forma a abranger todas as necessidades já identificadas e não contempladas pela lei 9867/99, tais como: isenção de tributos; reconhecimento dos empreendimentos como de utilidade pública; articulação com o poder judiciário e o Ministério Público para o reconhecimento destes empreendimentos; inserção dos usuários da rede de saúde mental interditados civilmente nos EES como instrumento nos processos de suspensão de curatela; possibilidade de redução de pena mediante o trabalho do apenado em cooperativas sociais; criação de instrumentos legais nos estados e municípios que fomentem e apoiem a participação das cooperativas sociais nos processos licitatórios; permissão para que as pessoas em desvantagem possam ser cooperativadas, assegurando a manutenção do benefício no teto de até 5 salários mínimos enquanto permanência na cooperativa social o que requer a criação de um programa especial da previdência social para esses trabalhadores; além de soluções para as necessidades que possam ser identificadas em grupo de trabalho interministerial, pactuando as políticas públicas de inclusão pelo trabalho.

EIXO II

Direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade, como modelo de desenvolvimento

II.2. O direito às formas organizativas econômicas solidárias

51. É preciso aperfeiçoar e fazer cumprir a legislação pertinente, no sentido de facilitar a criação das cooperativas de crédito, bem como ampliar e potencializar suas capacidades de prestação de serviços de poupança e de crédito junto às populações excluídas do acesso ao sistema financeiro, no campo ou na cidade, especialmente aquelas residentes em comunidades rurais, ribeirinhos, outros povos e comunidades tradicionais. Para que as cooperativas de crédito possam cumprir adequadamente suas finalidades sociais e econômicas, é preciso reduzir as barreiras que ainda impedem seu amplo acesso aos fundos públicos

52. É necessário também avançar no reconhecimento do direito às formas econômicas associativas de povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.). Existe uma grande variedade de organizações comunitárias, formais e informais, que precisam ser reconhecidas e apoiadas pelo Estado e ter acesso às políticas públicas necessárias ao seu desenvolvimento, considerando as especificidades regionais e/ou territoriais, preservando e valorizando suas características culturais, étnicas e de gênero, sem que haja descaracterização de suas organizações internas e interferência na condução de suas associações.

II.2.1. Empreendimentos Econômicos Solidários como novos sujeitos de direito.

viii. respeito à equidade de gênero, raça, etnia e geração;

II.3.1. Objetivos da Política Nacional de Economia Solidária

69. A Política Nacional de Economia Solidária, como parte de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo, deve perseguir os seguintes objetivos:

v. Contribuir para a igualdade entre homens e mulheres, respeitando a diversidade sexual, de raça, de etnia e de geração, propiciando condições concretas para a participação de todos e organização dos setores historicamente excluídos;

ii. Promover a integração, interação e intersetorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia solidária e o etnodesenvolvimento;

x. Promover práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, a agroecologia e o etnodesenvolvimento;

xii. Fomentar a articulação em redes e cadeias solidárias entre os grupos de economia solidária e entre as iniciativas de etnodesenvolvimento;

II.3.2. Os eixos de ação da Política Nacional de Economia Solidária

i. Processo de construção de conhecimentos: educação, formação, cultura, qualificação, inclusão digital, assessoria técnica continuada, apoio à pesquisa e ao desenvolvimento, produção e troca de saberes e de tecnologias, respeitando as características das comunidades e povos tradicionais;

A) Tecnologia, formação e assessoria técnica

72. É preciso incluir os princípios, práticas e saberes populares da economia solidária nos parâmetros curriculares nacionais em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) como tema transversal. Também se deve garantir a oferta de educação qualificada e adequada para trabalhadores (as) da economia solidária, com foco na escolarização e educação continuada ao longo da vida. Destaque especial para a inserção da economia solidária nos processos de Educação de Jovens e Adultos e de educação no campo, quilombola e indígena, possibilitando e incentivando o uso de ferramentas e práticas para esse público nos meios rural e urbano, respeitando as diversidades regionais. Nesse sentido, especial atenção deverá ser dada à formação continuada direcionada aos profissionais da educação, com a elaboração de uma cartilha sobre economia solidária para que possam ser desenvolvidos conteúdos e atitudes pedagógicas coerentes com a autogestão

78. O investimento na formação deve ser planejado e realizado, considerando a área de atuação e o segmento produtivo; atingindo públicos diferenciados como assentados da reforma agrária, acampados, integrantes de associações, cooperativas, organizações de empreendedores, colônias de pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, comunidades de terreiros, artesãos, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais historicamente discriminadas, grupos informais do meio urbano e rural (indígenas e quilombolas) e valorizando também os intercâmbios e trocas de experiências entre os empreendimentos da economia solidária. Nesse sentido, devem ser instituídos os núcleos territoriais de qualificação e formação em economia solidária, observando as necessidades de cada local.

81. Faz-se necessário promover programas de formação de gestores públicos em economia solidária, focando principalmente os funcionários públicos de carreira,

envolvendo instituições de ensino e as escolas de governo. Os processos formativos deverão ter as seguintes finalidades:

ampliar o quadro técnico dos órgãos públicos para atuação em economia solidária; fortalecer a integração e intersectorialidade da economia solidária com outras políticas públicas; aprimorar a formulação, gestão, execução e avaliação participativas de políticas públicas apropriadas à realidade dos empreendimentos econômicos solidários; subsidiar e facilitar os processos de diálogos e participação social, considerando a autonomia e as especificidades dos atores envolvidos nesses processos para o fortalecimento da Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária e sensibilização dos gestores para a questão do etnodesenvolvimento.

B) Finanças Solidárias e crédito

87. A Política Nacional de Economia Solidária nos níveis federal, estadual e municipal deverá garantir o acesso a serviços de finanças e de crédito que atendam as necessidades de financiamento de capital de giro, de custeio e para a aquisição de equipamentos e infraestrutura destinados à consecução das atividades econômicas fomentadas. Além disso, é preciso ampliar o financiamento da assessoria para elaboração de projetos de orientação técnica e comercial. Os juros devem ser subsidiados, respeitando as especificidades e realidades dos empreendimentos solidários rurais e urbanos, tais como: os diferentes portes dos empreendimentos (pequenos, médios e grandes), o tempo necessário para consolidação das atividades produtivas, a escala de produção, os recortes de gênero, raça, etnia e geração, bem como as características específicas dos distintos setores econômicos. As linhas de crédito com uso de moedas sociais locais, bem como clubes de troca, devem ser reconhecidas e estimuladas. Uma das fontes de recursos deve ser o Fundo Nacional de Economia Solidária a ser criado, além de se buscar a garantia de ampliação e simplificação do acesso a outros fundos já existentes, tais como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), as linhas de crédito do BNDES, o Fundo da Amazônia, Fundos de Desenvolvimento Regionais e Fundos Constitucionais, entre outros.

108. Considerando as dificuldades de escoamento da produção dos empreendimentos econômicos solidários situados em locais de difícil acesso e as especificidades da produção extrativista dos povos e comunidades tradicionais, faz-se necessário a promoção de parcerias com os governos municipais, estaduais e federal na criação e manutenção das vias de acesso aos mercados consumidores e a garantia de recursos para aquisição de veículos e fomento à logística solidária entre os empreendimentos.

II.4. Estratégias de Articulação da Política Nacional de Economia Solidária

119. Assim, é necessária a incorporação do feminismo como estratégia de igualdade, reconhecendo a contribuição econômica das mulheres, atuando na desnaturalização do seu papel de cuidadora, colocando a produção do viver como central na organização da economia e incorporando ações que promovam a igualdade. Faz-se, portanto, necessário o fomento de políticas públicas de economia solidária voltadas para a questão de gênero em articulação com a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.

120. Juventude. Faz-se necessário incentivar as(os) jovens a construir organizações de economia solidária ou a participarem efetivamente de organizações já existentes por meio da ampliação das políticas da juventude que enfatizem a economia solidária. Para tanto é necessário garantir linhas de crédito específicas e acompanhamento técnico para atender

às demandas dos jovens urbanos e da zona rural, evitando o êxodo rural e dando especial atenção aos jovens em conflito com a lei. O trabalho contínuo junto aos jovens visa o aumento da auto-estima, a valorização do local onde moram e de suas identidades culturais, tais como as formas de organização autogestionárias e solidárias da juventude negra nas periferias.

121. Cultura. No campo da cultura, é preciso propiciar maior acesso às informações ligadas à economia da cultura, estimulando a criação e consolidação de empreendimentos solidários culturais, implantando políticas públicas nos segmentos setoriais: artesanato, culturas indígenas, culturas populares, culturas afrobrasileiras, culturas dos povos tradicionais, cultura dos povos ribeirinhos, artes visuais, teatro, circo, audiovisual, música, literatura, arte digital, design, museu, patrimônio material. É necessário também ampliar o investimento público para valorização, reconhecimento e fomento da cultura popular e dos povos tradicionais, contribuindo para um movimento de contracultura ao consumismo e a outros valores capitalistas. No apoio aos empreendimentos solidários, deve haver um estímulo financeiro para que incluam em seus planejamentos esporte, cultura, lazer, intercâmbio cultural e uso dos conhecimentos tradicionais.

122. Meio-ambiente. A dimensão ambiental é um desafio importante para a economia solidária e constitui um de seus pilares. Para a efetivação desta prioridade, é preciso desencadear ações articuladas, como: levantamento das riquezas ambientais existentes; criação de práticas de aproveitamento sustentável a partir de métodos econômicos solidários, como a construção de barragens para a sobrevivência no semiárido e a revitalização dos rios e preservação da Mata Atlântica; incentivos a projetos agroecológicos e ambientais de produção; pesquisas tecnológicas para sustentabilidade e defesa do meio ambiente; fomento ao desenvolvimento regional e comunitário com base em estudos de impactos ambientais; zoneamento econômico ecológico regional e social; conhecimento das características ambientais de territórios onde estão localizados os empreendimentos de economia solidária; estímulo à criação e consolidação de empreendimentos solidários de bioconstruções, construções sustentáveis e energias renováveis já praticadas na permacultura; a capacitação em práticas de aproveitamento sustentável e o reconhecimento das práticas de preservação ambiental dos povos e comunidades tradicionais.

126. Dentre estas políticas, vale destacar, em especial, as seguintes: Segurança Alimentar e Nutricional; Desenvolvimento Social e Inclusão Sócio-produtiva (pelo incentivo de produção e trabalho via economia solidária para famílias que recebem auxílio social como o bolsa-família); Emprego, Trabalho e Renda; Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável; Reforma Agrária; Agricultura urbana e periurbana, apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais; Educação; Cultura; Habitação; Saúde do Trabalhador; Resíduos Sólidos; Saúde Mental; Direitos Humanos de pessoas com deficiência; Gênero; Turismo; Saúde Sexual (DST-AIDS) e de combate às drogas.

130. Territorialidade. Na promoção do desenvolvimento territorial sustentável, endógeno e solidário, deve-se ampliar o conhecimento sobre processos e redes produtivas da Economia Solidária e envolver os atores territoriais, sobretudo aqueles oriundos de comunidades e povos tradicionais. Faz-se necessário desenvolver diagnósticos e construir novos indicadores socioeconômicos, medindo os impactos da economia solidária e estimulando o aproveitamento sustentável dos recursos naturais com base em planejamentos territoriais. Estes estudos e debates devem servir também como instrumento estratégico de confronto com a implantação dos grandes projetos

insustentáveis na região.

131. Os critérios de territorialidade devem ser concebidos para além da definição por territórios da cidadania (IDH – Índice de Desenvolvimento Humano), percebendo como desafio definir esses territórios também pelos elementos culturais, dos povos tradicionais, ambientais, geográfico e das potencialidades econômicas e os problemas desse espaço sócio-econômico solidário.

134. Integração internacional: No âmbito internacional, é fundamental uma revisão profunda da política de Integração Regional da América Latina adotada pelo país. Deve-se incluir a economia solidária na pauta das relações comerciais e políticas de integração regional latino americana e mundial. Portanto, não se deve colocar o foco apenas na integração por meio de grandes empresas nacionais e internacionais, mas é preciso avançar para uma concepção solidária de integração econômica entre os países do nosso e de outros continentes. Esta integração deve, portanto, priorizar os povos e comunidades do continente africano e ameríndios e buscar o fortalecimento de laços econômicos, políticos e culturais entre empreendimentos de economia solidária e micro e pequenas empresas, apontando para uma rede econômica mundial pautada pelos indicadores, princípios e valores do comércio justo e solidário. Para tanto, faz-se necessário respeitar os povos de cada país, suas culturas, especificidades e trajetórias históricas.

137. Raça e etnia. Deve haver uma articulação com as ações de políticas afirmativas para superar a desigualdade racial persistente historicamente na realidade social brasileira.

138. É fundamental a participação dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias deliberativas da economia solidária brasileira. Nesse sentido, considerando a sua diversidade de representação direta nos conselhos, fóruns e demais espaços de controle social, estimulando os estados e municípios a garantir a participação das representações legítimas que façam a defesa dos seus direitos. Além disso, é preciso fortalecer a política de economia solidária, levando em consideração as legislações existentes que garantem os direitos econômicos dessas comunidades.

139. Cultura afro. Tendo em vista a produção existente de artesanatos, comidas e bebidas típicas e outros, nas comunidades de terreiros de religião de matriz africana, faz-se necessário incluir este segmento religioso no fazer da economia solidária, sobretudo, viabilizá-lo com ações contra a discriminação e intolerância religiosa.

140. Indígenas. Com relação às comunidades indígenas, faz-se necessário ampliar e qualificar o debate e a construção de políticas públicas de economia solidária no âmbito da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), possibilitando maior fluxo de informações pela formação e capacitação que fortaleçam e potencializem as práticas produtivas e os saberes tradicionais e contribuindo para a construção de uma rede indígena de economia solidária. É necessário também que a Política Nacional de Economia Solidária apoie a demarcação e ampliação de terras de povos indígenas do Brasil.

IV Plenária Nacional de Economia Solidária

Elementos encontrados na discussão da IV Plenária sobre Diversidade

2. Bandeiras e estratégias de ação

2.1. Mosaico do desenvolvimento que queremos

• Queremos um desenvolvimento social, econômico e político que garanta a igualdade de gênero, o empoderamento das pessoas, o acesso ao conhecimento produzido culturalmente e a apropriação de tecnologias adequadas às realidades dos empreendimentos.

2.1.2. Palavras-chave sobre o desenvolvimento que queremos

Diversidade

- Igualdade
- Humano
- Garantir a participação efetiva da economia solidária considerando gênero e etnia
- Diversidade
- Identidade
- Cultural
- Gênero
- Valorização
- Respeito (2 grupos)
- Conquistas
- Inclusão

2.2. Produção, Comercialização e Consumo Solidários

2.2.2. Orientações

· Construir ações de valorização dos trabalhos das mulheres, fortalecer a presença dos espaços de PCCS, garantindo linhas de créditos para as mulheres urbanas, desburocratizar o acesso ao PRONAF mulher, e a economia solidária tem que ampliar a discussão de gênero, não refletindo apenas sobre a questão produtiva, mas sobre a ótica reprodutiva. Refletindo sobre o trabalho doméstico.

· Construir uma educação e formação que rompa com as desigualdades de classe, de gênero, raça e etnia, combatendo a linguagem racista e sexista, oral e escrita em todos os documentos e discursos.

2.3. Formação

2.3.1. Orientações

- Queremos uma formação contextualizada, emancipatória e engajada. Que parta das práticas e considere as diversidades de gênero, etnia, raça e geração e promova os direitos humanos. Que tenha um olhar crítico da sociedade e promova transformações nos sujeitos e na realidade, rompendo com as desigualdades, incentivando a participação política e social, e promovendo a difusão de conceitos e terminologias coerentes com os princípios da economia solidária.
- As dimensões de gênero, raça e etnia, como estruturantes das desigualdades sociais, culturais, econômicas e políticas, devem ser incorporadas em todos os processos de formação da economia solidária.
- Deve-se combater a linguagem sexista e racista oral e escrita em todos os docu-

mentos e discursos do movimento de economia solidária.

- A formação em economia solidária deve educar para o compartilhamento do trabalho, do cuidado com as pessoas, entre homens e mulheres, desnaturalizando a divisão sexual do trabalho.

2.3.3. Detalhamento das bandeiras

a) Realizar ações de formação junto aos/às trabalhadores/as do movimento de economia Solidária e estimular seu ingresso no ensino formal e técnico

Ações:

- Desenvolver processos de formação que estimulem a auto organização e emancipação das mulheres;
- Desenvolver metodologias emancipatórias que assegurem a superação das desigualdades de gênero, orientação sexual, raça e classe;

b) Articular e fomentar a Rede de Formadores em Economia Solidária

Forças com as quais devemos contar:

- Movimentos sociais que já trabalham na temática da economia solidária, mesmo que de maneira indireta, ou seja, com temas estruturantes ou transversais tais como gênero, etnia e raça.

e) Pela inclusão da Economia Solidária na Educação Formal (educação infantil, de jovens e adultos, básica e superior)

Descrição, condições e características

8. Realizar curso de formação continuada para professores em economia solidária, incluindo as temáticas sobre gênero, raça e etnia.

f) Formar e sensibilizar a população para o consumo consciente

Por campanhas e programas públicos de divulgação e comunicação da Economia Solidária

Os materiais devem abordar questões importantes como gênero e o trabalho reprodutivo,

- As campanhas devem contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas, culturais, ambientais, regionais e de gênero;

g) Por um Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária

No Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária deve constar ações de formação / educação, assessoria técnico-gerencial, jurídico, contábil que incorpore os temas gênero, raça e etnia como estruturantes do Programa, visando também a constituição de uma logística que atenda as necessidades dos empreendimentos de economia solidária.

2.4.4. Detalhamento das bandeiras

a) Por um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES)

Forças com as quais devemos contar:

- Movimentos sociais, como a Marcha Mundial de Mulheres;
- Governo Federal, por exemplo: Ministério do Trabalho e Emprego (Secretaria Nacional de Economia Solidária, Super intendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ministério de Desenvolvimento Agrário (Secretaria de Agricultura Alimentar - SAF), Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia - PIGRE, Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Meio Ambiente;

2.5.4. Detalhamento das bandeiras

a) Por uma Lei Geral da Economia Solidária

Descrição, condições e características

Uma Lei Geral da economia solidária pode ser caracterizada como uma lei:

- Que respeite todas as manifestações da economia solidária, incluindo os recortes de gênero, raça, etnia e geração, além de uma relação sustentável com o meio ambiente e a inclusão das pessoas com necessidades especiais.

Descrição, condições e características

3.2. Dos segmentos e representação

3.2.1. Empreendimentos Solidários

a) O que é um empreendimento de Economia Solidária

• São organizações que respeitem os recortes de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, grupos sociais minoritários como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, portadores de necessidades especiais; que abominem toda a forma de violência contra mulheres, crianças, índios, negros:as; e que contemplem a dimensão ética em suas ações e atividades.

Sobre empreendimentos da agricultura familiar, urbanos, indígenas, extrativistas e comunidades tradicionais:

- Empreendimentos da agricultura familiar, unidades indígenas, quilombolas e extrativistas, agricultores urbanos são empreendimentos solidários se estiverem integrados em empreendimentos coletivos, autogestionários e supra-familiares.
- Comunidades tradicionais (ribeirinhas, quilombolas, pescadores, etc.) podem ser considerados empreendimentos solidários se de fato tiverem uma ação econômica coletiva.
- Empreendimentos familiares urbanos podem ser considerados como empreendimentos solidários desde que integrados a uma organização por ramos de atividades ou território e que obedeçam os princípios da economia solidária.

3.2.2. Entidades de assessoria

a) O que é Entidade de Assessoria

- Respeitam os recortes de gênero, raça, etnia, geração e diferentes orientações sexuais em suas ações e atividades.

Anexo B: Carta das Mulheres da Economia Solidária presentes na IV Plenária do FBES

Nós mulheres que somos a grande maioria na Economia Solidária, que participamos do movimento de mulheres, do movimento feminista, do movimento agro ecológico, da luta pela terra, pela reforma urbana e rural, trabalhadoras da Economia Solidária do campo e da cidade, negras, índias, extrativistas, brancas, jovens, lésbicas, de todas as crenças e de todas as regiões desse país.

Nós, mulheres que contribuimos com a construção de um nova sociedade com igualdade e justiça para todos as mulheres e homens, que somos responsáveis pela produção e reprodução da vida, e pela soberania alimentar e conservação da biodiversidade do planeta. Queremos registrar a nossa indignação pela invisibilidade das mulheres no documento base da IV Plenária, pela inteira ausência das nossas falas, questões e propostas vindas dos nossos estados e territórios.

Reafirmamos um espaço próprio de auto organização das mulheres no FBES, reconhecendo e valorizando a participação das mulheres enquanto sujeitos políticos e econômicos em todas as instâncias e processos dos Fóruns, municipais, estaduais e regionais. *Luziânia, 29 de Março de 2008*

QUESTÕES PARA O TRABALHO EM GRUPO

- Como tem sido a formação e a discussão sobre os temas de diversidade nas nossas regiões? De que maneira nos como educadores temos incluído e dado visibilidade?
- Com quais movimentos e como tem sido a nossa articulação com outros movimentos que levantam as bandeiras da diversidade?
- Quais ações detalhadas poderíamos realizar nos nossos coletivos daqui até a V plenária para dar visibilidade aos temas de DIVERSIDADE?

Além das da do documento da V plenária:

- Como consideramos as especificidades das diversidades em nossas lutas?
- Como evidenciamos as diversidades na nossa organização, nos fóruns, empreendimentos e organizações?
- Como desmontamos as estruturas existentes que apresentam relações de poder verticais e opressoras?

Anexo F – Texto de acúmulo “Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado”

Elaboração: Mônica Vilaça da Silva (PE)

ACÚMULOS EM TORNO DOS TEMAS “CIDADANIA, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE, RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E O ESTADO” (Carta de Princípios, II CONAES, IV e V Plenária)

O texto abaixo foi elaborado a partir de um diálogo entre o texto do documento 2 “Questões orientadoras” da V plenária e a reflexão que temos feito sobre a temática no contexto dos debates dos espaços que têm discutido a Educação em Economia Solidária. Assim, cada vez que o texto for do documento da plenária estaremos usando o negrito e itálico para demarcar a diferença com o texto que preparamos para a plenária temática.

Relação com o Estado

Um outro ponto importante para debatermos nesta V plenária está relacionado a aprofundarmos o que entendemos por Cidadania, organização da sociedade e relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado. Estes aspectos estão relacionados diretamente com a nossa capacidade de colocar em prática o nosso projeto político. O Estado brasileiro foi construído de forma a manter e reproduzir o capital, apoiando sempre os grupos que já tem poder e recursos financeiros. Temos tido dificuldade de fazer com que as estruturas do estado compreendam a lógica da economia solidária e partam desta lógica para pensar a estratégia de desenvolvimento para o nosso país. Mesmo os planos de combate à pobreza, como é o caso do Brasil sem Miséria, propõem ações na direção da inclusão produtiva, o que fortalece mais ainda o sistema capitalista.

Apenas teremos condições de disputar políticas e espaços no Estado se estivermos organizados, como mostrou o processo de debate do PL 865. Precisamos encontrar espaços de articulação entre nós para desenvolver processos de incidência política junto ao Estado nos seus diferentes níveis (federal, estadual e local). Precisamos refletir sobre estratégias que possam significar pautas claras da economia solidária para os governos nas diferentes áreas para que possamos reivindicar o fortalecimento de nossos EES e por consequência, do movimento de economia solidária.

O texto da plenária nos leva à reflexão sobre o debate que os educadores do movimento têm feito, sobre a institucionalidade da ES que se reflete na forma como, nos diferentes níveis de governo temos trabalhado o lugar institucional (secretaria? Ministério?) e a prioridade orçamentária, assim como o marco legal da economia solidária que tem avançado, mas em passos lentos. A criação de um arcabouço legal e institucional que reconheça o lugar do trabalho associado frente ao estado é fundamental.

Especificamente, no que tange à Política Pública de educação em Economia Solidária, desde a I CONAES, discutimos a formação e a assessoria técnica como uma prioridade. Além disso, mesmo nos projetos de comercialização, finanças e fomento, são as ações de assessoria técnica e formação que despontam como centrais. Nesta primeira conferência, cria-se também o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e nele a Câmara Temática de Formação e Assessoria Técnica – CTFAT, espaço de diálogo entre o movimento e o governo federal. É no CTFAT, que deveriam se estabelecer as orientações

para o CNES em termos dos processos educativos em Economia Solidária, porém, apenas neste primeiro semestre de 2012, observamos a iniciativa de recomposição do CTFAT para que ele possa efetivamente alcançar este objetivo.

No processo preparatório da II CONAES, realizamos a I Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária, onde discutimos a necessidade de não mais tratar formação e assessoria técnica como processos separados e estanques, entendendo estas ações como parte do processo educativo em economia solidária que envolve também, elevação de escolaridade, produção do conhecimento, tecnologias sociais, entre outros. Estamos agora, num processo de diálogo com o governo federal, para aprofundar o debate sobre a política pública de educação em ES, a partir da recomposição do CTFAT que ficou algum tempo sem se reunir, buscando incidir na forma como serão configurados os novos editais para as diferentes políticas públicas a partir deste ano.

Nos debates que temos feito, a partir dos nossos representantes na coordenação executiva do FBES, tanto no CTFAT quanto no CNES, temos procurado indicar da importância de articulação das ações de formação e assessoria técnica, construindo a política pública da educação em economia solidária.

Observamos ainda que o governo federal tem utilizado a estratégia do repasse de recursos para estados e municípios dentro da lógica do fortalecimento do “pacto federativo”, o que implica, numa ação mais organizada do movimento em nossas bases, na participação em conselhos estaduais e municipais, e nos diálogos mais amplos estabelecidos com estados e municípios. Precisamos dialogar com os governos estaduais e municipais no sentido de fortalecer a estratégia de consolidação da rede de educadores do movimento. É a rede quem deve ser o protagonista do fomento às ações de educação em economia solidária, ao invés de fortalecer aqueles que não conhecem a ES e muito menos os processos educativos em economia solidária, a exemplo do SEBRAE e outros organismos desta natureza.

Para a vivência destes processos, é fundamental que possamos também utilizar os mecanismos da pedagogia da autogestão para trocar experiências e realizar formações autogestionárias sobre como estabelecer esta relação com os estados. Alguns exemplos destas formações seriam: o debate aprofundado com os representantes do movimento em diferentes tipos de conselhos, a troca de informações e as formações autogestionárias que nos ajudem a entender como funciona o orçamento do estado, a troca de materiais pedagógicos sobre estas temáticas, entre outros.

Relação com os outros movimentos sociais

No texto da V plenária temos que...

Nos processos de organização do movimento de economia solidária temos que refletir ainda na nossa relação com os outros movimentos sociais e redes, tanto em nível nacional quanto internacional. Nos últimos anos o FBES tem dedicado uma grande energia para fomentar esta articulação.

No Brasil, o FBES teve um papel importante, em conjunto com outros nove movimentos e redes, na construção dos Diálogos e Convergências, uma articulação entre várias redes e movimentos sociais: agroecologia, economia solidária, soberania alimentar, saúde e justiça ambiental, e feminista. Resta o desafio de promover ambientes de diálogos e convergências entre os vários movimentos, lutas e bandeiras, nas cidades, territórios e regiões do país, a partir das experiências concretas de resistência, de denúncia ao atual modelo e de construção de alternativas concretas. O FBES também está participando

ativamente na organização da Cúpula dos Povos, que vai acontecer paralelamente à Rio +20, em que os vários movimentos sociais vão questionar as falsas soluções da chamada “economia verde” e propor alternativas concretas que superem a centralidade do lucro e apontem efetivamente para outro modelo de desenvolvimento. Este trabalho permitiu também participar enquanto atores ativos em articulações internacionais, como as edições do Fórum Social Mundial, a RIPESS (Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária) ou ainda o Espaço Mercosul Solidário.

O FBES é responsável hoje pelo Secretariado Técnico da RIPESS Latino América e Caribe (RIPESSLAC), e tem o importante desafio de preparar o encontro da RIPESSLAC no Brasil, com participação dos movimentos de economia solidária de toda a América Latina e Caribe, no Rio de Janeiro, nos dias que antecedem a Rio +20. Tais articulações, para além de aumentar a nossa capacidade de incidência e fortalecer a nossa capacidade de trocas políticas e econômicas, apontam caminhos no processo de globalização solidária, promovendo e debatendo uma identidade internacional para o nosso movimento, em especial, na construção da pátria latino americana.

Precisamos debater as nossas prioridades em termos do envolvimento nacional e internacional a fim de que as articulações, diálogos e alianças com outros movimentos não sejam apenas uma tarefa da coordenação nacional, mas também que sejam internalizadas na ponta, pelos fóruns locais de Economia Solidária.

O que percebemos é que grande parte dos processos de articulação do movimento de economia solidária com outros movimentos tem se restringido ao âmbito nacional. Porém é muito importante que possamos avançar no sentido de estabelecer encontros de diálogos e convergências entre movimentos sociais em nossas bases. Como podemos dialogar com os movimentos que têm ações nos territórios onde atuamos, para buscar dialogar nas prioridades das ações de gênero, agroecologia, cidadania, etnia, juventude, meio ambiente, entre tantas outras temáticas que são essenciais à construção de um novo tipo de desenvolvimento e de economia buscado pelo movimento de economia solidária. Esta articulação entre movimentos se concretiza sobretudo a partir dos processos de interiorização do fórum e de como podemos em cada território, enxergar as articulações que podem nos fortalecer e vice-versa, e os educadores têm papel fundamental nesta construção.

Além disso, não podemos nos descolar do contexto internacional e de como o movimento de economia solidária pode incidir, através de seus educadores, nos processos internacionais de articulação entre movimentos. Quando pensamos numa globalização da solidariedade, a articulação entre educadores em diferentes continentes é fundamental. E a troca de experiências entre nós, só enriquece os processos que vivemos em cada uma das nossas realidades.

As estratégias do movimento para a ação pública dos educadores em ES

Como podemos organizar a nossa ação pública, ou seja, como dar visibilidade às pautas da economia solidária para construir processos de cidadania para dentro do movimento e melhorar a nossa incidência para fora, ou seja, para a sociedade geral e para o Estado?

Esta é a grande pergunta que o documento da plenária faz, em termos deste tópico. Assim, é essencial, compreender que todo movimento só se faz a partir da construção de uma ação coletiva e pública (que é diferente de estatal), onde possam se articular para

buscar as pautas conjuntas para fortalecer o movimento.

Neste sentido, propomos ao grupo discutir:

- Que estratégias e propostas podemos construir enquanto educadores do movimento de economia solidária, para qualificar o nosso debate com o estado através da inserção nos espaços de diálogo e da pressão para construção de novos canais?
- Quais movimentos sociais são prioritários em nossa articulação para construção de uma outra economia e como podemos, enquanto educadores do movimento de economia solidária, fortalecer processos de diálogos e convergências em nossas bases? Com que objetivos?
- Que estratégias definimos para contribuir com o movimento de economia solidária, para dar visibilidade à ação coletiva que desenvolvemos no sentido de dialogar com o estado, com os outros movimentos sociais e com a sociedade em geral?

ANEXO G – TEXTO DE ACÚMULO “SUSTENTABILIDADE”*

* Texto não enviado até a data de finalização deste relatório.

ANEXO H – TEXTO DE ACÚMULO “AUTOGESTÃO E PEDAGOGIA”

Elaboração: Ana Dubeux (PE)

ACÚMULOS EM TORNO DOS TEMAS “AUTOGESTÃO E PEDAGOGIA”

Por Ana Dubeux (PE)

“A educação em economia solidária é definida como uma “construção social” que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. Do mesmo modo, a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção.

Por quê a Educação Popular é referência nos processos educativos em Economia Solidária ?

Desde a primeira Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária, definimos a educação popular como pressuposto da ação educativa em Economia Solidária. O texto da I Conferência Temática Nacional de Formação e Assessoria Técnica em ES, realizada em 2010, e resultado do acúmulo que diferentes momentos anteriores estabelecemos, entre outras coisas, que a educação em economia solidária:

- estabelece como pressuposto o respeito e a valorização dos saberes locais, a formação contextualizada no tempo e no espaço e a socialização de conhecimentos e saberes;
- promove o desenvolvimento participativo de processos e metodologias adequadas de reconhecimento, validação e certificação de saberes dos trabalhadores e trabalhadoras;
- reconhece as experiências e os saberes dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nos atos formativos autogestionários;
- valoriza os acúmulos, a diversidade e a pluralidade de iniciativas de formação e assessoria técnica em ES. Significa o reconhecimento dos saberes e concepções dos sujeitos formadores e educadores em ES, das suas iniciativas de organização e de formação e das concepções que lhes dão substância. Articula as experiências formativas construídas com e sob os princípios da economia solidária na perspectiva da educação popular buscando convergências das iniciativas das organizações e movimentos sociais, das universidades, dos centros de estudos e pesquisas, dos empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos públicos;
- tem a pesquisa participativa como referência de estratégias de ação e construção do conhecimento;
- considera a diversidade política, econômica e cultural do movimento da Economia Solidária, dialogando com as perspectivas dos diferentes movimentos sociais

populares

A partir do pressuposto da Educação Popular, temos tentado avançar no debate sobre a Pedagogia da Autogestão e nos documentos que refletem este acúmulo, encontramos como ideias força:

- Afirmação da gestão participativa dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nas experiências cotidianas dessa outra economia na construção e no desenvolvimento das atividades formativas;
- Trata-se de tomar os momentos de reflexão e pesquisa sobre os processos coletivos de gestão e organização do processo de produção da vida material e social como ingredientes para os momentos de experimentação no local de trabalho, ao mesmo tempo em que o cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários converte-se em condições para novos processos de debate e reflexão; Essa estratégia amplia a abrangência dos processos formativos alcançando uma quantidade cada vez maior de trabalhadores(as) da economia solidária. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais;

Como podemos avançar na construção da teoria e da prática da pedagogia da autogestão para ir para além da divisão de trabalho nos momentos formativos e inserir esta prática no cotidiano dos diferentes participantes do movimento de economia solidária ? Que elementos podemos distinguir como fundamentais na construção da pedagogia da autogestão ?

Neste sentido, precisamos nos descolar das diretrizes e estratégias clássicas ofertadas por certos organismos de formação para refletir o percurso formativo da educação em Economia Solidária.

São princípios do percurso formativo em economia solidária:

a) o território como ponto de partida da imersão na realidade bem como da articulação do currículo. Isto significa que os temas da formação são organizados a partir das demandas de cada território;

b) a investigação como produção de conhecimento. A investigação é o ponto de partida essencial para mergulhar na realidade e estimular à prática da investigação participante e a ação ativa dos sujeitos formadores-educandos. Consiste na afirmação da indissociabilidade entre teoria e prática e um processo formativo que envolve formadores e comunidades, formadores e empreendimentos, entre outros;

c) a alternância, compreendida por tempos presenciais de jornadas pedagógicas e tempos de experimentação formativa – comunidades, empreendimentos, territórios.

Isto se reflete na prática através:

5. De uma orientação pedagógico-metodológica que valoriza os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como o uso sustentável dos recursos naturais e a diversidade cultural, étnica, social, regional, geracional e de gênero;
6. Do resgate e valorização dos acúmulos da “pedagogia da alternância” que

combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados, articulando igualmente formação/ educação dos/as trabalhadores/as com assessoria técnica. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais;

7. Do uso dos momentos de reflexão e pesquisa sobre os processos coletivos de gestão e organização do processo de produção da vida material e social como ingredientes para os momentos de experimentação no local de trabalho, ao mesmo tempo em que o cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários converte-se em condições para novos processos de debate e reflexão;

8. Da formação continuada e permanente dos diversos formadores na construção de estratégias organizativas e no uso de tecnologias sociais do movimento de economia solidária, considerando igualmente todos os aspectos relacionados ao processo produtivo dos empreendimentos econômicos solidários

9. De uma estratégia metodológica que realize processos estruturados de avaliação e sistematização das práticas e experiências desenvolvidas no campo da educação em Economia Solidária, tendo em vista a produção e a socialização dos conhecimentos e/ ou tecnologias sociais que resultem das ações efetivadas com e pelos Empreendimentos Econômicos Solidários;

6. Da pesquisa participativa como referencia de estratégias de ação e construção do conhecimento

QUESTÕES PARA O TRABALHO EM GRUPO

1. Como utilizamos os princípios da pedagogia da autogestão e da educação popular para o fortalecimento do projeto político do movimento de economia solidária ?
2. Como podemos concretizar uma estratégia do movimento que garanta a alternância entre o chão do trabalho e os momentos formativos ?
3. Como em cada uma das nossas regiões temos organizado os conteúdos da formação em vinculação com as demandas do território?

ANEXO I – TEXTO DE ACÚMULO “ESPAÇOS EDUCATIVOS”

* Texto não enviado até a data de finalização deste relatório.

ANEXO J – TEXTO DE ACÚMULO “FORMAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA”

Elaboração: Ana Mercedes (RS)

ACÚMULOS EM TORNO DOS TEMAS “FORMAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA”

Apresentação

Este documento traz os trechos de relatórios e documentos de atividades nacionais sobre o tema Formação e Assessoria Técnica. Está organizado considerando a sequência de atividades, desde a I Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em 2002 até o Termo de Referência do CTFAT, em 2008. Esta compilação visa contribuir com o registro do acúmulo do debate sobre Formação e Assessoria Técnica, a relação entre estas esferas também com o tema da territorialidade.

A proposta é que este texto seja provocador de reflexão sobre o que foi até agora produzido e quais os desafios atualmente colocados.

I Plenária Nacional da Economia Solidária

Garantir centros de referências públicos, nos quais sejam oferecidos cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da economia solidária. O objetivo é assegurar formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de economia solidária, como forma de sensibilizar trabalhadoras e trabalhadores desempregados para alternativas de trabalho coletivas. Proporcionar também informações, conhecimentos e tecnologias sobre os aspectos que envolvem o empreendimento solidário e formas de geri-lo de forma coletiva e democrática, estudos de viabilidade econômica e planos de negócio, superando as dificuldades dos trabalhadores se apropriarem das tecnologias e saberes disponíveis no processo produtivo, da gestão, do gerenciamento, dos resultados, etc.

III Plenária Nacional da Economia Solidária

10. estímulo à extensão universitária junto ao MEC, com atuação frente às questões da economia solidária, buscando a pesquisa e a formação;
11. usar recursos do FAT;
12. estímulo ao estudo formal e técnico.

I Oficina Nacional de Formação/ Educação em Economia Solidária

Conteúdos a serem trabalhados nas formações em Economia Solidária

h) Viabilidade, sustentabilidade e gestão administrativa: a formação em Economia Solidária também precisa abarcar as questões operacionais visando à qualidade dos produtos e serviços ofertados pelos empreendimentos e buscando o selo de certificação de produtos e serviços da Economia Solidária.

- Plano de negócios.

- Plano de ação.
- Captação de recursos.
- Controles contábeis e rotinas administrativas. (Nota: Questões para o debate que surgiram na plenária: Até que ponto vamos continuar utilizando as mesmas ferramentas dadas (ou nomenclaturas) pela organização capitalista? Como incluir mecanismos como o planejamento participativo?)
- Entendimento da cadeia do produto.
- Sustentabilidade como elemento de viabilidade.
- Processo de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização.

i) Outros temas/ conteúdos a serem abordados nos processos formativos:

- Comunicação interna e comunicação para a mobilização social (como trabalhar conteúdos de massas? Qual/como se dá a formação para sociedade como um todo?).
- Inclusão digital.
- Elaboração de projetos.
- Acesso ao crédito.
- Cadeias produtivas e APLs.
- Consumo ético.
- Saúde e segurança do trabalhador.

Obs.: Incluir a questão da arte e da cultura como fundamento da técnica e da prática política.

Elementos metodológicos

a) Lema dos processos educativos:

- Uma outra prática educativa é possível!

b) Conceitos básicos:

- Método: compreende os caminhos, as técnicas, as ferramentas (e os conteúdos) para se atingirem determinados objetivos e desafios coletivamente definidos.

- Metodologia: compreende estudos, abordagens, compreensões de diferentes métodos, construídos coletivamente pelos trabalhadores, formadores e outros atores, a partir dos desafios e princípios de Economia Solidária, desde a concepção de mundo, planejamento, diagnóstico, projeto, execução, monitoramento e avaliação dos processos de construção coletiva de conhecimentos.

As metodologias em Economia Solidária devem considerar a interação entre o saber popular e o saber técnico-científico valorizando ambos. O espaço social de interação e de construção coletiva dos saberes – intelectual e prático – encontram-se na prática pedagógica do apre(e)nder a Economia Solidária.

Elementos para uma Política pública de formação em ES:

a) Princípio geral de uma política pública de formação em Economia Solidária: uma política de formação em Economia Solidária somente terá sentido quando associada a um processo de fortalecimento:

- dos empreendimentos econômicos solidários e seus sócios (econômico, social e politicamente).
- do movimento de economia solidária (articulação e estruturação dos fóruns e demais mecanismos de mobilização);

- da política da Economia Solidária com a implementação de programas, adoção de legislação e sua incorporação na agenda política do País.

b) Alguns elementos necessários da política de formação: A partir desse princípio temos o desafio de articular e implementar um conjunto de elementos do que entendemos ser uma política nacional de formação/educação em Economia Solidária. Cada elemento apresenta questões que requerem maior reflexão e definição dos atores/sujeitos da Economia Solidária:

- O Estado deve garantir recursos permanentes para processos formativos continuados e sua universalização; (Questões: de que forma instituir fontes de recursos e qual a forma para acessá-los?, Como quebrar as barreiras dentro dos espaços já conquistados no exercício da cidadania, pela disputa política, por exemplo: representações no sistema público de emprego, no Sistema S, etc?, Como informar a população sobre o uso destes recursos?).
 - Articulação com outras políticas de educação, formação e ciência e tecnologia tais como: alfabetização, educação de jovens e adultos, ensino fundamental, médio e superior, pós-graduação, ensino profissionalizante, qualificação profissional e social, incubagem e tecnologia social, extensão rural, dentre outros; (Questões: Qual seria o espaço da Economia Solidária nesta articulação? Como estruturar ações públicas permanentes para a Economia Solidária como proposta estratégica em cada uma destas políticas? – considerar que cada uma destas políticas tem seus atores/sujeitos e que há ainda grande fragilidade de sua interação com a Economia Solidária).
- S ECRETARIA N ACIONAL DE E CONOMIA SOLIDÁRIA
- Articulação da formação com outras políticas de fortalecimento da Economia Solidária tais como: crédito orientado, assistência técnica, marco jurídico, comercialização, consumo, desenvolvimento local, saneamento básico, agricultura familiar, meio ambiente etc. (Questões: Qual seria a relação entre formação e educação e estas políticas? Como fazer esta articulação? - Não se pode desconsiderar a fragmentação das ações para se pensar uma política de Estado que contemple diferentes áreas do espaço público – capacitação, crédito, investimento, etc. (Considerar que um movimento disperso e frágil significa uma política pública frágil).

c) Identificar fontes de recursos nacionais e inserção da Economia Solidária em programas já existentes. Busca de recursos nos organismos estaduais e municipais; realizar mobilização e articulação para apresentar e incluir demandas da Economia Solidária em programas municipais, estaduais e federais. Citamos alguns exemplos:

- Programa Escola de Fábrica – (SETEC/MEC).
- EJA Campo – Programa Saberes da Terra – (MEC/MDA/MTE).
- Alfabetização – Programa Brasil alfabetizado – (MEC).
- Plano Nacional de Qualificação (MTE).
- Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC (MCT/MDS/MTE).
- Programas de Inclusão Tecnológica (MCT).
- Programa Fome Zero e Segurança Alimentar – Mobilização Social – Talheres (MDS).
- Programa de Assistência e Extensão Rural (MDA).
- Programa de Desenvolvimento Local Integrado – (M. Integração).
- Programa Agenda 21 (MMA).
- Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (Banco do Brasil).
- Primeiro Emprego – Consórcios da Juventude (MTE).
- Pró-Jovem (Presidência da República).

Carta de princípios FBES

Educação

6. Adequar os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres, tanto em termos de locais e horários de realização, como também de oferta/conteúdo de cursos oferecidos, de forma a oferecer novas perspectivas profissionais para as mulheres.

7. Elaborar uma política específica que vise estimular as meninas e as jovens para as carreiras científicas e tecnológicas, bem como garantir o apoio social e material para assegurar a permanência das mulheres pesquisadoras nas comunidades científicas em condições de equidade.

9. Utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para realização de cursos profissionalizantes, com a participação não só de técnicos e empreendedores, mas também de multiplicadores e agentes da Economia Solidária, bem como obter apoio do SEBRAE como agente formador.

II Oficina Nacional de Formação/ Educação em Economia Solidária

Apresentação

A Oficina Nacional também foi uma oportunidade de aprofundamento de dois temas fundamentais para os processos formativos na economia solidária. O primeiro se refere ao debate sobre a relação da formação em economia solidária e a “Educação Popular”, incorporando o acúmulo histórico dos movimentos sociais e populares. O outro tema aprofundado diz respeito aos desafios da formação em Economia Solidária para a organização autogestionária e a qualificação para a eficiência econômica.

Diretrizes para a metodologia de formação /educação em Economia Solidária:

8. A metodologia de formação/educação para a Economia Solidária deve ser pensada também no contexto do trabalho de forma específica para os membros de assessorias e entidades de apoio e fomento à Economia Solidária, buscando construir a autogestão nas práticas desses sujeitos. Essa metodologia deve proporcionar que os membros de assessorias e entidades de apoio construam relações de cooperação internas e entre suas organizações.

9. Construir instrumentos metodológicos de gestão, administração, planejamento, entre outros, com linguagens apropriadas para a Economia Solidária, tratando de fenômenos inerentes aos conteúdos e princípios, linguagens e valores pertinentes à Economia Solidária que não são os do capitalismo.

Os métodos devem adequar a satisfação (imediate e a longo prazo) do indivíduo com a satisfação coletiva, levando em conta os princípios da Economia Solidária e os aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais, psicológicos e as políticas organizacionais. O sujeito histórico autogestionário é múltiplo, diverso e uno. Articula as necessidades imediatas dos indivíduos com as lutas coletivas dos grupos e classes sociais. O sujeito histórico autogestionário une economia e política. Faz economia política a partir do seu trabalho e faz política para valorização do seu trabalho na economia.

11. As metodologias em Economia Solidária devem considerar a interação entre o saber popular e o saber técnico-científico valorizando ambos. O espaço social de interação e de construção coletiva dos saberes – prático e intelectual – encontram-se na vivência pedagógica do apre(e)nder a Economia Solidária.

(Parte 2 – Política Nacional de formação e rede de formadores em ES)

Articulação e relação da Política de Formação com as demais ações/programas/políticas governamentais

1. As parcerias devem ser qualificadas podendo ser definidas como parcerias permanentes (aliados) e parcerias estratégicas.
2. As parcerias permanentes possuem identidade com movimento de Economia Solidária e as estratégicas são feitas a partir de interesses comuns.
3. Foi consenso que a Rede de Formadores deverá ser articulada junto com as redes estaduais e regionais tanto de formação quanto as já existentes.
4. Deverá ter orientação política do FBES, assim como as redes estaduais e regionais de formação não podem estar dissociadas dos FEES.
5. Os encontros Estaduais, Regionais e Nacionais devem ocorrer como estratégia de fortalecimento da Rede de Formação nos três níveis.
6. As parcerias devem se constituir a partir da demanda territorial, onde os parceiros tenham inserção nacional e local.
7. Que a rede propicie as diretrizes das parcerias tanto Nacionais quanto Internacionais, a partir da política de formação em Economia Solidária.
8. Articulação com outros movimentos sociais que possam desenvolver formação de acordo com os princípios da Economia Solidária.

Fala de Kraichete (nos Anexos):

Os empreendimentos da economia popular solidária possuem uma lógica peculiar. Não podem ser avaliados ou projetados copiando ou tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos à empresa capitalista. Tradicionalmente, os instrumentos de gestão e os estudos de viabilidade reportam-se às características das empresas de médio ou grande porte, notadamente a concentração do conhecimento sobre a atividade nas mãos da alta administração e a hierarquia nas relações de gestão. Essa perspectiva se distancia de uma proposta de transformação política nas relações de trabalho, que no caso das iniciativas populares se impõe como condição necessária a sua sustentabilidade.

A dimensão gestonária diz respeito às condições do trabalho vivo, do trabalho real. Incluem as relações do trabalhador com os outros, com a organização e o processo de trabalho específico de cada atividade. Incluem as relações do trabalhador consigo mesmo, dos usos que faz de si – suas aspirações, desejos, crenças; ou, poderíamos dizer, sua ética. Desse modo, a dimensão gestonária supõe a indissociabilidade, num modo de produção, entre subjetividade e política.

Se é verdade que a autogestão descolada dos processos de trabalho é uma abstração, e que não existe uma formação para a eficiência econômica e outra para a autogestão, nos deparamos com o seguinte desafio: como implementar estratégias de formação em que os integrantes dos empreendimentos associativos construam, simultaneamente, num mesmo ato, a compreensão das condições necessárias à viabilidade econômica e autogestionária dos empreendimentos, considerando as relações técnicas e sociais de produção peculiares a cada empreendimento.

IV Plenária Nacional de Economia Solidária

Formação

- As práticas formativas em economia solidária devem estar articuladas em nível local, regional, territorial e nacional, promovendo o acesso a novas tecnologias com vistas a favorecer o aprimoramento dos sistemas produtivos, baseados nos princípios do conhecimento livre e da democratização da informação.
- A formação técnica deve promover autonomia e emancipação do/a trabalhador/a com vista a superar o trabalho alienado e a divisão sexual do trabalho, fortalecendo cada vez mais suas identidades e incluindo o aumento da escolarização dos/as trabalhadores/as em todos os níveis.

Principais Bandeiras

c) Demais bandeiras

- Por um Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária

Seminário Nacional sobre Assistência Técnica

Maurício: É fundamental para nos que estamos construindo a política nacional de economia solidária. Desejamos fazer um vínculo mais afinado entre formação e assistência técnica. Não temos como desvincular estas duas áreas. A aproximação destes dois campos deverá estar mais articulada. O CTFAT iniciou a dois anos a discussão do tema formação e assistência técnica..

Carta de Princípios FBES – Plataforma - Educação

8. Garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de Economia Solidária.

9. Utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para realização de cursos profissionalizantes, com a participação não só de técnicos e empreendedores, mas também de multiplicadores e agentes da Economia Solidária, bem como obter apoio do SEBRAE como agente formador.

II Conaes

– III.3.2. Os eixos de ação da Política Nacional de ES 27)

– A) Tecnologia, formação e assessoria técnica

– Resolução 73. “Os empreendimentos econômicos solidários devem ser empoderados para acessar as políticas públicas, o que requer a formação sistemática dos trabalhadores e de seus familiares, além dos aspectos técnicos, nas práticas educacionais. Desta forma, além de permitir melhor resultado na produção, a educação ampliada aos familiares dissemina o conceito de economia solidária mesmo antes da implantação das políticas públicas.”

– Resolução 74. “A educação em economia solidária é definida como uma “construção social” que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões

econômica, ambiental, cultural, social e política. A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. Do mesmo modo, a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção.

Resolução 76. Nesse sentido, a formação e a assessoria técnica são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à economia solidária tanto através da apropriação/tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento de cadeias econômico-solidárias e redes de cooperação. Envolvem a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e consideram o contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida.

Resolução 82. A Política Nacional de Economia Solidária buscará implantar núcleos e redes de assessoria técnica e tecnológica, gerencial, jurídica, contábil, formação sociopolítica e comunicacional, no acompanhamento permanente aos empreendimentos econômicos solidários nas áreas rurais e urbanas, fomentando e assessorando sua criação, formalização e funcionamento. A utilização de metodologias adequadas a essa realidade deverá ser valorizada com base nas pedagogias participativas e com conteúdos apropriados à perspectiva da autogestão, a partir dos princípios, fundamentos e metodologia da educação popular em todas as suas formas e modalidades.

Resolução 83. Deve-se incentivar a criação e/ou reestruturação das incubadoras populares tecnológicas de economia solidária para apoio na formação e assessoramento técnico aos empreendimentos econômicos solidários, desde o momento de seu surgimento, fornecendo assessoria jurídica desde a formalização até a conquista de maior autonomia organizativa e econômica. Para tanto, faz-se necessário apoiar e fomentar as incubadoras vinculadas às instituições de ensino e pesquisa e as incubadoras públicas de economia solidária, além de criar mecanismos de controle social dessas iniciativas.

Resolução 84. Estas incubadoras devem ter um programa de capacitação, formação e participação ativa dos alunos no processo de acompanhamento, assessoria técnica e educacional aos empreendimentos econômicos solidários. Devem também dispor de estrutura organizacional dentro das instituições de ensino, de modo que estas exerçam efetivamente o papel social de transferência de tecnologias, pesquisa e desenvolvimento à sociedade, o que levará a economia solidária e o país a um patamar mais elevado.

Conferência Temática de Educação e Assessoria Técnica em Economia Solidária

TERMO DE REFERÊNCIA - CTFAT

1.1. Da Concepção

A formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção.

Esses processos são concebidos como práxis de aprendizagens coletivas, construção e partilha de saberes, reflexões e pesquisas sobre a (e a partir da) realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária. Entendendo práxis como a inter-relação entre teoria(s) e prática(s) a partir da observação sobre a realidade, num constante movimento de reflexão e avaliação, resultando em novas ideias e ações.

A formação e a assessoria técnica são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à economia solidária tanto através da apropriação/tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento de cadeias econômicas solidárias e redes de cooperação. Envolve a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e consideram o contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida.

1.2. Das diretrizes político-metodológicas

d) Valorização dos acúmulos, diversidade e pluralidade de iniciativas de formação e assessoria técnica em ES. Significa o reconhecimento dos saberes e concepções dos sujeitos formadores e educadores em ES, das suas iniciativas de organização e de formação e das concepções que lhes dão substância. Articula as experiências formativas construídas com e sob os princípios da economia solidária na perspectiva da educação popular buscando convergências das iniciativas das organizações e movimentos sociais, das universidades, dos centros de estudos e pesquisas, dos empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos públicos;

e) Afirmação da gestão participativa dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nas experiências cotidianas dessa outra economia na construção e no desenvolvimento das atividades formativas;

f) Resgate e valorização dos acúmulos da “pedagogia da alternância” que combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados, articulando igualmente formação/ educação dos/as trabalhadores/as com assessoria técnica. Trata-se de tomar os momentos de reflexão e pesquisa sobre os processos coletivos de gestão e organização do processo de produção da vida material e social como ingredientes para os momentos de experimentação no local de trabalho, ao mesmo tempo em que o cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários converte-se em condições para novos processos de debate e reflexão; Essa estratégia amplia a abrangência dos processos formativos alcançando uma quantidade cada vez maior de trabalhadores(as) da economia solidária. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais;

g) Articulação com as ações e políticas de fomento e apoio à economia solidária, tais como: incubação, assessoria técnica, promoção do desenvolvimento local, desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias aplicadas à Economia Solidária, crédito e finanças solidárias, etc. Realizar a complementaridade entre órgãos governamentais e de organizações da sociedade, assim como a interlocução entre esses sujeitos e as diferentes legislações que se relacionam com a Economia Solidária das quais os Empreendimentos Econômicos Solidários podem participar/se beneficiar;

h) Desenvolvem tecnologias adequadas para a autogestão dos empreendimentos econômicos solidários. Os processos pedagógicos voltados à busca de melhor aproveitamento dos meios de produção disponíveis, melhoria da qualidade dos produtos e serviços realizados, utilização de novos materiais etc., devem ser parte integrante do processo de gestão coletiva dos empreendimentos, das redes de cooperação e cadeias solidárias;

i) Pressupõem a formação continuada e permanente dos diversos formadores na construção de estratégias organizativas e no uso de tecnologias sociais do movimento de

economia solidária, considerando igualmente todos os aspectos relacionados ao processo produtivo dos empreendimentos econômicos solidários. A tecnologia social compreende o processo de adequação, reprojeto ou desenvolvimento de novos produtos e processos de trabalho que são participativos desde a sua concepção até seu desenvolvimento e aplicação;

j) Devem envolver a diversidade das iniciativas e manifestações da Economia Solidária, incluindo o planejamento, produção de bens e serviços, distribuição, comercialização, finanças e consumo solidários, redes e cadeias de cooperação;

k) Devem prever e incorporar como parte integrante da estratégia metodológica a realização de processos estruturados de avaliação e sistematização das práticas e experiências desenvolvidas no campo da educação em Economia Solidária, tendo em vista a produção e a socialização dos conhecimentos e/ ou tecnologias sociais que resultem das ações efetivadas com e pelos Empreendimentos Econômicos Solidários;

l) Considerar as perspectivas de desenvolvimento territorial como estratégia de reorganização social, econômica, política, cultural e ambiental;

1.3. Princípios do percurso formativo

São princípios do percurso formativo em economia solidária:

a) o território como ponto de partida da imersão na realidade, investigação como produção de conhecimento. A investigação é o ponto de partida essencial para mergulhar na realidade e estimular à prática da investigação participante e a ação ativa dos sujeitos formadores-educandos. Consiste na afirmação da indissociabilidade entre teoria e prática e um processo formativo que envolve formadores e comunidades, formadores e empreendimentos, entre outros.

c) a alternância, compreendida por tempos presenciais de jornadas pedagógicas e tempos de experimentação formativa – comunidades, empreendimentos, territórios.

1.4. Dos conteúdos do percurso formativo.

EIXO TEMÁTICO 4. Formação e Assessoria Técnica para Autogestão; Educação popular; Saúde e segurança do Trabalhador e da trabalhadora; Constituição e organização dos empreendimentos da Economia Solidária; Autogestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários; Relações humanas e afetividade; Análise participativa da viabilidade econômica do empreendimento; Diagnóstico e planejamento estratégico participativos; Aspectos contábeis e financeiros, jurídicos e tributários; Pesquisa participativa; Qualidade de produtos e processos.

EIXO TEMÁTICO 5. Processos de produção, comercialização, consumo e finanças solidárias. Sustentabilidade dos EES; Monitoramento e avaliação dos processos de produção, comercialização e consumo, das redes e cadeias produtivas solidárias; Experiências de Tecnologia social (Software livre e inclusão digital, agroecologia); Certificação dos produtos, serviços e de EES; Comunicação e divulgação solidária; Intercooperação entre iniciativas econômicas solidárias; Consumo consciente e comércio justo; Finanças e trocas solidárias;

Referências para as Políticas de Formação em Economia Solidária.

h) Ampliação e potencialização dos instrumentos e políticas públicas para a formação e assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários, inclusive prevendo-se o acesso aos fundos públicos existentes, tendo em vista a construção de ações permanentes e sistemáticas de assessoria técnico e tecnológico, em conformidade com os princípios e

diretrizes aqui estabelecidos;

j) Ao considerar os empreendimentos como sujeitos da política pública, o “fazer com” e não o “fazer para”, os mesmos devem ser considerados como educadores e educadoras na realização de processos estruturados e planejados de troca de experiências entre empreendimentos econômicos solidários, assim como a interação de saberes com as instituições de apoio e fomento à economia solidária e os gestores públicos.

2.2. Instrumentos e competências das políticas de educação em Economia Solidária.

2.2.3. Os Órgãos Governamentais responsáveis pela implementação de planos, programas e ações de formação.

Os órgãos do Governo Federal responsáveis por planos, programas e ações que envolvem formação, qualificação social e profissional, educação e assistência técnica deverão contribuir de forma efetiva para o fortalecimento da economia solidária enquanto estratégia emancipatória. Para tanto deverão desenvolver seus processos formativos em consonância com o presente Termo de Referência, priorizando parcerias com as políticas de fomento à economia solidária, com a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Fomento a Economia solidária, com as Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária e incentivando a organização e consolidação sustentável de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas representações.

2.2.4. As Entidades de Apoio e Fomento a Economia Solidária (EAF's).

A experiência histórica das EAF's deve ser vista como fundamental para a formulação das políticas e estratégias formativas em economia solidária. As entidades, em parceria com as políticas de formação em economia solidária deverão fortalecer a economia solidária desenvolvendo ações de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários de qualificação social e profissional, educação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.

2.2.6. Instituições de ensino médio e superior As instituições da rede de ensino médio, de educação tecnológica e superior possuem papel fundamental na formação/ educação e formadores e assessores técnicos, desenvolvimento e socialização de tecnologias, pesquisas, incubação, tecnologias de gestão e organização do processo produtivo. Devem, para tanto, considerar o próprio local de trabalho dos empreendimentos econômicos solidários como espaços de aprendizagem e colaboração para pesquisas, visando o fortalecimento das iniciativas de economia solidária.

1º Módulo do Curso Nacional de Formação de Formadores em Economia Solidária – Oficina Nacional de Metodologias de Assessoria Técnica a EES.

Debate conceitual da assessoria e assistência técnica:

A assistência, em uma visão crítica, parte da prerrogativa que existe uma relação vertical entre aquele oferece um serviço e outro que recebe, traz em seu interior desse modo relações de paternalismo, dependência, passividade, tutela (dominação), auxílio, hierarquia. Nesse sentido, assistência parte do pressuposto de consultoria, presta-se simplesmente um serviço sem uma relação mais profunda com o beneficiado desse serviço. Sem uma relação mais profunda com o beneficiado desse serviço. Ainda, a questão que se coloca não é se assessoria é ou não prejudicial, mas sim a forma como se dá essa relação. Desse modo, diferentemente da assistência, a assessoria, a depender da relação, pode alcançar uma relação baseada na auto-gestão, autonomia, postura proativa, equidade nas

relações. O sujeito passará a ter uma visão muito mais holística da gestão.

O assessor/assessoria, nesse sentido, deve compreender a realidade, as contradições diárias, propondo alternativas a fim de superar essas problemáticas, apontando graus crescentes de autonomia.

A dinâmica do assessor deve estar pautada nas respostas do público aos seus questionamentos alcançando desse modo os objetivos traçados no início dos trabalhos. De modo sintético o assessor deve ter domínio da habilidade em provocar, questionar, realizar diagnóstico, mediar, problematizar, realizar uma mediação entre o “saber científico” e o “saber popular”. Mediando as discussões a fim de encontrar um consenso.

O assessor é permanente e contínuo, não realiza atividades pontuais (como a consultor).

ANEXO L – TEXTO DE ACÚMULO “IDENTIDADE, CULTURA E EXPRESSÕES DA SOLIDARIEDADE/ BEM-VIVER: IDENTIDADE DO-A EDUCADOR-A, SIMBOLOGIAS, MÍSTICA”

Elaboração: Fernanda Nagem (DF)

**ACÚMULOS EM TORNO DOS TEMAS
“IDENTIDADE, CULTURA E EXPRESSÕES DE SOLIDARIEDADE/BEM VIVER:
IDENTIDADE DO-A EDUCADOR-A, SIMBOLOGIAS, MÍSTICA”**

Por Fernanda Abreu Nagem

O texto que segue foi elaborado a partir de um olhar sobre alguns documentos de acúmulo do movimento de economia solidária no que diz respeito às temáticas “Identidade, Cultura e expressões de solidariedade / bem-viver: identidade do-a educador-a, simbologias, mística”.

Caderno de aprofundamento rumo à IV Plenária - 2007

“A metodologia autogestionária, orientada pelos princípios da educação popular, visa contemplar a participação radical de todos/as os/as envolvidos/as nos processos de decisão, seja no planejamento, na realização, na avaliação e na sistematização das atividades. Essa participação diária geraria uma nova cultura: a cultura autogestionária.”

“Cultura autogestionária quer dizer reconhecimento e convivência com a diversidade de expressões humanas, que juntas, constroem uma nova sociedade. Ela elabora metodologias que privilegiam a diversidade de linguagens (seja gestos, danças, música, novos termos, glossário para facilitar a compreensão), respeitando os tempos de aprendizagem, os repertórios, as expectativas e condições existentes em diferentes contextos.

“Fazer educação e formação para economia solidária e para autogestão significa desconstruir a cultura “neoliberal” para construir outra sociedade, com novas práticas sociais, políticas, econômicas e culturais”.

IV Plenária Nacional de ES – 2008

“Os processos formativos devem contemplar, valorizar e promover o uso dos recursos da cultura e saberes populares locais [...]”

“As práticas formativas em economia solidária devem estar articuladas em nível local, regional, territorial e nacional [...]”

Termo de Referência - Conselho Nacional de ES / Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica “Educação em Economia Solidária: Formação e Assessoria Técnica”

“[...] Conselho Nacional de Economia Solidária propõe o presente Termo de Referência contendo princípios e diretrizes político-metodológicos para orientar os planos, programas, ações de formação e assessoria técnico em economia solidária desenvolvidos no âmbito do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) do Governo Federal.”

“De maneira mais geral os avanços da economia solidária foram insuficientes para que ela passasse a ser reconhecida pelas camadas populares, trabalhadores e suas organizações como uma alternativa efetiva de enfrentamento do *status quo*. A experiência da economia solidária não conseguiu ainda impactar de maneira mais geral sobre a cultura política individualista e competitiva.”

“1) Considerar as perspectivas de desenvolvimento territorial como estratégia de reorganização social, econômica, política, cultural e ambiental;

São princípios do percurso formativo em economia solidária:

a) o território como ponto de partida da imersão na realidade

I Oficina Nacional de Formação / Educação em Economia Solidária

“Formação integral dos agentes considerando a formação e disseminação de valores éticos, sociais e culturais.”

“Incluir as crianças nos processos educativos que favoreçam uma nova cultura”

“A dificuldade de superação da cultura da subordinação que limita os processos formativos autogestionários. A cultura dominante dificulta a autogestão já que as pessoas estão acostumadas com lógicas diferentes da Economia Solidária (patrão/propriedade privada). Exemplo: Tudo é de todo mundo ou nada é de ninguém. Por isso, nos processos formativos, é preciso desconstruir o individualismo e a ausência de cultura de participação e as relações de poder que mantêm a subordinação dos trabalhadores.”

“Trabalhar a ansiedade dos grupos considerando que a temporalidade sociocultural é diferente da temporalidade financeira.”

“Ao resgatar valores e práticas que nos encaminham para o exercício de uma ética calcada numa solidariedade consciente, as práticas educativas/formativas que se espelham nos princípios da Economia Solidária, contribuem para a auto-estima do grupo de trabalhadoras e trabalhadores associados, estimulando o desenvolvimento de todas suas potencialidades como seres humanos. Defendendo o respeito à vida em todas as suas dimensões e incorporando a afetividade e a sensibilidade como elementos de formação humana. Os processos educativos favorecem a redescoberta do sentido do fazer, o reencontro do prazer da criação. Nesse horizonte, a música, a dança, o teatro, as artes plásticas e outras manifestações da cultura são considerados elementos constituintes das práticas educativas/formativas. Em especial, o resgate da cultura popular e a incorporação dos bens simbólicos e experiências concretamente vividas (mas não valorizadas pelo sistema capitalista), tornam-se também um importante desafio.”

p.16: “Respeitando as afinidades já existentes entre as pessoas, respeitando também o tempo de caminhada de cada grupo e de cada um dos trabalhadores e trabalhadoras da

Economia Solidária, as ações pedagógicas percorrem caminhos que propiciam a reintegração dos saberes que o capitalismo fragmentou, articulando-os às práticas cotidianas de vida e trabalho, de maneira a favorecer o nexos entre ação/reflexão/ ação. Indo além do ativismo e da mera “ação-militante”, cabe aos educadores buscar os meios para incorporação de referenciais teórico-metodológicos que ajudem na compreensão e transformação da realidade, estimulando a criação de novos conhecimentos que possam ressignificar valores e práticas sociais.”

“A cultura autogestionária supõe a diversidade das expressões humanas como fundantes de uma nova sociedade. Os métodos devem privilegiar a diversidade da linguagem (incluindo gestos, danças, música, novos termos, glossário para facilitar a compreensão), respeitando os tempos de aprendizagem, os repertórios, as expectativas e condições existentes em diferentes contextos.”

“O processo de construção da cultura da solidariedade requer espaços sociais em que a formação deve ser construída de forma lúdica e prazerosa. A descoberta do mundo pela atividade de transformação da natureza e pelos sentidos que se dá a este mundo e as relações humano sociais são partes integrantes do processo formativo dos participantes da Economia Solidária. ” p. 23

“A construção coletiva de conhecimento requer a produção social da mística de solidariedade e autogestão como símbolos, trocas e sinergia positiva em diferentes momentos do processo educativo. Portanto, no processo educativo, nunca se “erra”, nunca se “acerta”, mas aprendemos em comunhão.”

“Mística da solidariedade e autogestão:

- Nossa ciranda (marca);
- Troca de produtos, cuidados e saberes;
- Fortalecimento da amizade;
- Simbologia dos produtos – trabalho humano;
- Símbolos e gestos humanos que universalizam sentidos de vida. p. 25”

II Oficina Nacional de Economia Solidária

“A cultura autogestionária reconhece a diversidade das expressões humanas como fundantes de uma nova sociedade. Os métodos devem privilegiar a diversidade da linguagem (incluindo gestos, danças, música, novos termos), respeitando os tempos de aprendizagem, os repertórios, as expectativas e condições existentes em diferentes contextos.”

“O processo de construção da cultura da solidariedade requer espaços sociais em que a formação deva acontecer de forma lúdica e prazerosa. A descoberta do mundo pela atividade de transformação da natureza e pelos sentidos que se dá a este mundo e as relações humano-sociais são partes integrantes do processo formativo em Economia Solidária.”

ANEXO M – CARTA DE PRINCÍPIOS DA REDE DE EDUCADORES DA REGIÃO CENTRO-OESTE”

Apresentação

Prezados amigos e amigas da Rede de Formadores do Centro Oeste. Esperamos que esta chegue até vocês e os encontrem bem, com muito entusiasmo para tecer no coração e nas ideias o desejo de criação da nossa rede de formadores do centro oeste.

Vamos nos reportar e fazer memória no nosso II módulo do Curso de Formação Regional Realizado em Goiânia de 3 a 7 de agosto de 2011, na sede do ECOCUT. Neste curso tivemos a oportunidade construir alguns indicativos da carta de princípios da Rede, através de uma oficina. Os indicativos foram feitos a partir das experiências formativa realizadas no decorrer dos último três anos de atividades no CFES. A presente proposta parte das reflexões construída nos estados de Goiás, Mato, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Foi encaminhada a proposta de constituir uma comissão para discutir e elaborar a carta de princípios e a mesma fosse encaminhado para os estados para ser revisada e adequada pelos coletivos estaduais.

Na socialização das experiências o coletivo de Goiás assumiu a responsabilidade de sistematizar e apresentar uma proposta para ser construídas nos coletivos estaduais na oportunidade dos cursos que irão acontecer a partir de setembro.

Para tanto, segue a proposta. Bom trabalho a todos e a todas! Para amimar a nossa caminhada uma fala do nosso mestre Paulo Freire: **“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.”**

Abraços,
Bom Trabalho!
Coletivo de Goiás

Proposta da Carta de Princípios da Rede de Educadores em Economia Solidária da Região Centro Oeste

Nossa compreensão sobre a Rede de Formadores do Centro Oeste

As redes de educadores e educadoras em economia solidária do Centro Oeste é uma estratégia de organização de mulheres e homens comprometidos com a construção de uma nova sociedade a partir da formação na perspectiva de outra relação, econômica sustentável e solidária.

A Rede é um espaço plural e diversificado, sem vinculações confessionais, governamentais ou partidárias, articulada para servir como ponto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate e elaboração do processo pedagógico de formação da economia solidária.

Agentes da Rede – Composição da Rede.

A Rede de Educadores em Economia Solidária da Região Centro é composta por Educadores e Educadoras em Economia Solidária comprometidos com a construção de uma nova sociedade, acreditando que ela acontece com um processo formativo permanente para buscar um novo modelo econômico sustentável e solidário.

A Rede de Educadores com vários atores de princípios e objetivos comuns na

pedagogia de coletivos da região centro oeste, atuando de forma horizontal, fundamentada nos princípios da economia solidária e da educação popular.

A rede é formada por homens e mulheres das mais diversas origens sócio-culturais, credos, etnias, idades, orientação sexual, profissões, ideologia política ou filosófica, empenhados e na construção de uma sociedade justa e igualitária, onde os Direitos Humanos sejam universais, indivisíveis e inalienáveis.

São todos aqueles que compartilham de objetivos comuns, que buscam por meio da cooperação a superação das dificuldades encontradas. Grupos gestores públicos, assessorias técnicas e empreendimentos dentre outros. São pessoas que possuem afinidade e identidade com a ECOSOL, comprometendo-se e assumindo as responsabilidades inerentes aos princípios da ECOSOL. Educadores, integrantes de empreendimentos de EES; gestores, simpatizante da EES, comunidades étnicas diferenciadas dentre outros.

Missão da Rede

A Rede tem como Missão Promover o vínculo dos educadores e educadoras no processo de formação em economia solidária como estratégia do desenvolvimento sustentável em toda a Região Centro Oeste. Construir a partir da educação popular um processo pedagógico próprio das práticas do trabalho cooperado autogestionário, interferindo na realidade sócio-econômica, política, social e no resgate da identidade cultural de cada região.

Objetivo da Rede

- A Rede tem como Objetivo desenvolver um processo de articulação e organização dos educadores e educadoras em Economia Solidária da região Centro Oeste;
- Capacitar trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos Econômicos Solidários para o fortalecimento do movimento e a construção da política pública de Economia Solidária na região.

Papel da Rede de Formadores do Centro Oeste

- Possibilitar continuidade no processo formativo em economia solidária iniciado no Centro de Formação em Economia Solidária da Região Centro Oeste – CFES\CO;
- Apoiar, motivar e fortalecer o movimento de economia solidária no centro oeste a partir do debate e reflexão do trabalho associado;
- Construir uma mesma linguagem no processo formativo em economia solidária considerando e respeitando as mais diversas expressões culturais e modalidades do processo produtivo;
- Ser espaço de socialização da experiência do processo formativo a luz do Projeto Político Pedagógico da Economia solidária do Centro Oeste;
- Ser espaço de integração das diversas experiências formativas na promoção de economia solidária construindo uma pedagogia própria da formação em economia solidária a partir dos referenciais teóricos da educação popular;
- Ser espaço de construção de marco referencial no processo de conhecimento e formação em economia solidária;
- Sistematizar as experiências como forma de assegurar a memória e a história da economia solidária e do trabalho associado;
- Articulação com outras redes e movimentos como forma de ampliar o trabalho formativo e o fomento da economia solidária;
- Socialização de saberes, soma dos esforços e trocas de experiências entre os

estados;

- Intencionalidade política fundamentada na construção coletiva do trabalho e o perfil políticos dos educadores e educadoras;
- Implementar espaços e tempos específicos para a Formação em Economia Solidária, seja na forma de Centros ou Escolas de Formação;
- Promover a formação continuada, com qualidade da ação social de formadores (as), a sistematização e disseminação de metodologias e organizar documentação pedagógica própria;
- Articulação e organização das políticas Públicas de Economia Solidária em todas as esferas da gestão públicas, municipais e estaduais;
- Ressignificar o conceito de desenvolvimento e pensar que sociedade queremos, Apresentando um modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental, sustentável, priorizando o desenvolvimento local;diminuindo as desigualdades sociais;
- Valorizar os trabalhadores, ao mesmo tempo, o combate as práticas comerciais dos atravessadores. Respeito ao consumidor evitando a exploração ao apelo à ES;
- Promover relações pessoais humanizadas, com o respeito ao conhecimento do outro e ao saberes tradicionais e populares;
- Implementar Projeto Político Pedagógico da Região Centro-oeste.

Princípios Orientadores da Rede de Educadores da Região Centro Oeste

- Vivencia da Coesão no processo formativo;
- Dimensão da ética no processo formativo em economia Solidária;
- Promoção do Desenvolvendo Sustentável e solidário;
- Adesão livre e voluntaria dos participantes;
- Pedagogia Freriana;
- Pedagogia da autogestão;
- Pedagogia da Alternância;
- Construção coletiva dos saberes;
- Princípio da cooperação e autogestão em todas as instâncias;
- Planejamento participativo;
- Unir teoria e prática;
- Formação continuada;
- Centralidade do ser humano;
- Valorização da diversidade;
- Emancipação;
- Valorização do saber local;
- Valorização da aprendizagem;
- Justiça social.

Papel do Educador

- O formador deve se identificar enquanto formador de economia solidária seguindo os princípios da Economia solidaria.
- O formador deve estar continuamente em formação e em avaliação do processo formativo;
- Estar em comunhão como os demais formadores na região Centro Oeste
- O Educador é o agente multiplicador das praticas, das filosofias e princípios da Economia Solidaria.

- Atuar nos fóruns locais, territoriais e estaduais de Economia Solidária fomentando, ampliando, motivando a participação das pessoas e EES acompanhados pelo mesmo- Coletivo
- Motivar a articulação da ação conjunta em âmbito local, territorial regional, estadual e nacional, com representatividade sócio cultural e coletivos que se interessem no projeto em rede.
- Promover discussões e métodos junto aos empreendimentos, criando mecanismos de articulação participativa em rede junto às comunidades.

Eixos norteadores da Rede

Formação:

- Desenvolver ações formativas para a sociedade organizada e não organizada considerando as diferentes realidades, rural, urbana, quilombola, ribeirinhos, pantaneiros, povos das florestas, povos indígenas, agricultores familiares tradicionais de assentados da reforma Agrária. Construir no processo formativo uma nova concepção da atividade produtiva com base na identidade e trabalho cooperado;

Sistematização:

- Sistematizar o processo vivenciado das práticas formativas como forma de assegurar a troca de experiência e os saberes para a construção de uma pedagogia própria para a economia solidária. Garantir o resgate e memória nas mais diversas formas e experiências dos grupos, almejando a construção de processos coletivos de formação e consolidando redes, cadeias e trocas de vivências.

Organização e Funcionamento da Rede

- A rede se organiza através dos Coletivos estaduais, coletivos territoriais e ou câmara temáticos e coletivos locais;
- A Rede terá uma coordenação colegiada constituída pela representação dos estados Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal;
- Fazem parte da Rede os coletivos de formadores de Goiás, MT, MS e DF os atuais e os a serem constituídos;
- Cada estado indicará um ou mais articuladores, responsável pela representação estadual na coordenação da Rede.

Gestão política

- A Gestão da Rede será colegiada com a pedagogia da autogestão em toda as dimensões do trabalho.

Gestão Financeira

- Criação de Fundo solidário com a contribuição de empreendimentos e coletivo de educadores
- Contribuição pessoal Mensal.
- Valores:
Até 10 participantes por empreendimento= 10,00 por mês.
De 10 a 20 participantes =30,00
De + de 20 Participantes- 50,00.

Gestão administrativa.

Estratégia de Ação

- Fortalecimento dos coletivos locais, grupos de base.
- Integração de ações, política de governo e das e políticas públicas.
- Ampliar a discussão de Economia solidaria nas esferas municipais, territoriais, estadual e federal.
- A continuidade de formação e fortalecimento da ES, o surgimento de novas lideranças.
- Dialogo com entidades de apoio e fomento da economia solidaria na perspectiva de fortalecimento da rede
- Contribuir para a melhoria das comunicações e interações, aproximando os grupos, diminuindo as distâncias e diferenças, agrupando e integrando-os cada vez mais.
- Contribuir com a discussão da temática da educação popular, apropriar de outros movimentos para trazê-los como parceiros.
- Estimulo a troca de saberes entre os grupos, defesa da preservação do meio ambiente e busca o desenvolvimento sustentável, respeito a diversidade étnico-cultural;
- Promoção de formações em ECOSOL, difusão dos princípios e fundamentos da ECOSOL, estímulo a realização de oficinas que contribuem com nossa prática pedagógica,
- Fortalecimento e consolidação da política de ECOSOL, garantia de recursos financeiros.
- Integração da ECOSOL com diferentes políticas. Melhoria de condições de vida e renda aos sujeitos, estabelecimento de laços de amizade, confiança e solidariedade e auxílio na criação de empreendimentos solidários no intuito de fortalecê-los.
- Levantamento dos educadores dos estados e promover uma reunião de consolidação e assinatura do termo de adesão.

Proposta de nomes apresentados

- Rede Cerrado
- Rede Trama Pedagógica
- Rede Tecendo Saberes
- Rede Ponto sem nó
- Rede Trama se nó
- Rede Ipê amarelo
- Rede Ipê Roxo
- Rede Outra Educação é Possível

Sustentabilidade de Rede

- A sustentabilidade será assegurada pela contribuição dos Empreendimentos dos educadores, de Entidade de apoio e Assessoria e projetos.
- Plano de trabalho para a construção da Rede do Centro Oeste

Articulação com Entidades Parceiras

Escola Sindical da Cut Centro Oeste; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar; Federações; Central Sindical; Universidades; Pastorais Sociais; Associações; Incubadoras; ONG. São todos aqueles que compartilham de objetivos comuns, que buscam por meio da cooperação a superação das dificuldades encontradas. Grupos gestores públicos, assessorias técnicas e empreendimentos etc. São pessoas que possuem afinidade e identidade com a ECOSOL, comprometendo-se e assumindo as responsabilidades inerentes aos princípios da ECOSOL. SENAES; SEBRAE; RECID; PROJOVEM, EJA/Secretarias Estaduais de Educação, Prefeituras, Universidades; Associações e Cooperativas; Banco do Brasil; Sistema Prisional/Penitenciário; Sindicatos; Instituições Religiosas; Fóruns, Fundações; FUNAI.

Estratégia e Plano de Ação

- Promover o conhecimento científico, conhecimento do vivido e produzido no chão do trabalho;
- Compromisso com processo formativo para todos e todas envolvidos;
- Fortalecer e sensibilizar e contribuir com empreendimentos e comunidades para promover e valorizar iniciativas solidárias que já existem estimular para criação de outras;
- Debater permanentemente a conjuntura econômica ambiental política e social micro e macro, no sentido da ruptura com a organização capitalista ou seja, informar e educar, para que outra economia é possível;
- Envolver e garantir a intencionalidade política deste exercícios de papéis diferentes entre os formadores, e educandos: Como momento de planejamento, ação;
- De estudo aprofundamento;
- Mapear os formadores mais comprometidos com a economia solidária;
- Articular os formadores para formalizar a rede;
- O acúmulo das reflexões sobre rede, sistematização e formação em economia solidária;
- A presença e articulação dos empreendimentos atuantes no processo de formação cursos estaduais, oficinas e curso regional do CFES;
- O quantitativo de educandos que passaram pelo processo formativo nos estados do centro oeste;
- A presença das entidades de apoio na articulação e mobilização de lideranças nos estados.

ANEXO N – LISTA DOS-AS PARTICIPANTES

Adalberto Sabino
Ademar Bertucci
Alzira Josefa de Siqueira Medeiros
Ana Lourdes de Freitas
Ana Lúcia Ferraz de Menezes
Ana Mercedes Sarria Icaza
Andreia da Silva Santos
Antônio Edson Barreto
Antônio Marcos Passos de Mattos
Antônio Prado
Aparecida Gloria Pacheco Rodrigues
Barbara Santos Macedo Espinola
Carlos Arns
Carlos Laran Taborga
Denise Maria Oliveira dos Santos
Deusdete Jose de Oliveira
Edson Luiz Ambrósio
Eliandra Marques
Elza Santiago
Fernanda Nagem ¹¹
Ginaldo Custódio Lessa
Gracilena do Socorro Araujo Palmeirim
Ioshiaqui Shimbo
Ivanilda Maria Morais e Silva
Joana Chaves Pimentel
João Cláudio Tupinambá Arroyo
João Lopes
Jussara Margareth de Paula Loch
KADIO SERGE ARISTIDE
Katiucia Gonçalves
Leila Oliveira de Araújo Mota
LEONISE NICHELE PEREIRA
Leuda Evangelista de Oliveira
Lídia Carine da Silva Ferreira
Lorena de Fátima Prim
Luciano Mina
Luciene Bracht
Marco Antônio Levay Filho
Marcos Wesley Leite Lopes
Maria Beatriz Ferreira Lima
MARIALDA MOURA DA SILVA

11 Relatoria/elaboração do relatório

Mariana Baptista Giroto
Marinalva Angelica Leite Nascimento
Marinalva de Souza Leitão
Mônica Vilaça da Silva
Nelcy Barcellos Cordenonsi
Olinéa Costa Cysneiros
Patricia Ferreira de Almeida
Paula Zerbini
Paulo Edison de Oliveira
Raimundo Rodrigues da Silva
Robson Grizilli
Rosana Kirsch
Rosangela Góes
Roseny de Almeida
Rosevany Valente
Samara Francione da Silva Araújo
Sandra Magalhães
Sidomar Carvalho de Castro
Tatiana Castilla
Tatiana Hausen
Teresa de Souza Bahia
Tuira Tule Outono Ribeiro Moraes
Wilson Roberto Fernandes
Zadelene Zaro